

MARINHA DO BRASIL  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS MARÍTIMOS

ROGÉRIO DO NASCIMENTO CARVALHO

**A INFLUÊNCIA BRITÂNICA NO ATLÂNTICO SUL:  
O CASO DAS ILHAS MALVINAS**

RIO DE JANEIRO  
2017

ROGÉRIO DO NASCIMENTO CARVALHO

**A INFLUÊNCIA BRITÂNICA NO ATLÂNTICO SUL:  
O CASO DAS ILHAS MALVINAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Orientação: Prof. MsC. CMG (Ref) Cláudio Rogério Andrade Flôr.

RIO DE JANEIRO  
2017

C331i Carvalho, Rogério do Nascimento

A influência britânica no Atlântico Sul: o caso das ilhas malvinas  
/ Rogério do Nascimento Carvalho. \_\_\_ Rio de Janeiro, 2017.  
101 f. : il.

Orientador: Cláudio Rogério Andrade Flôr.  
Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de  
Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2017.  
Bibliografia: f. 88-100.

1. Geopolítica - Reino Unido 2. Geopolítica - Atlântico Sul  
3. Malvinas, Guerra das, 1982 I. Flôr, Cláudio Rogério Andrade  
II. Escola de Guerra Naval (BRASIL). III. Título.

CDD 327.101

ROGÉRIO DO NASCIMENTO CARVALHO

**A INFLUÊNCIA BRITÂNICA NO ATLÂNTICO SUL: O CASO DAS ILHAS  
MALVINAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Marítimos, pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

Aprovado em: 28 de abril de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. MsC. CMG (Ref) Cláudio Rogério Andrade Flôr – PPGEM/EGN

---

Prof. Dr. Ricardo Cabral – PPGEM/EGN

---

Prof. Dr. Sylvio dos Santos Val - UFF

A todos da minha família e aos meus professores  
que durante o meu período de estudos contribuíram  
com ensinamentos e incentivos

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus professores que me ensinaram a ser um cidadão batalhador e conhecedor de suas obrigações. O dom do exercício do magistério encanta e deslumbra possibilidades infinitas. Valorizar o professor é dar credibilidade a nação.

Aos funcionários, mestrandos e amigos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos pelo convívio agradável e pela alegria dos momentos vividos. Formamos uma incrível família e levaremos nossos laços de amizade pelos anos que virão.

Aos professores do corpo docente da Escola de Guerra Naval, que me receberam de braços abertos e compreenderam as minhas restrições e os meus deslocamentos semanais na epopeia do descobrimento do saber. Saibam que transmitirei a mensagem a mim confiada ante os rincões deste grande Brasil.

A minha família, aos meus alunos de toda minha vida acadêmica que compreenderam minha vontade de buscar o conhecimento e na saudade de cada um nas intermináveis ausências.

E a você, leitor, me entrego neste trabalho, que nada seria sem o firme pensamento de todos.

Da escrita solitária para o mundo! Muito obrigado!

A política, tanto no âmbito nacional como no internacional, consiste em uma luta pelo poder, modificada somente pelas distintas condições sob as quais essa luta tem lugar nas esferas nacional e internacional.

(MORGENTHAU, Hans, 2003, p. 64).

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é o de realizar um estudo sobre a Geopolítica Britânica no Atlântico Sul com foco no arquipélago das Ilhas Malvinas. Através de pesquisa bibliográfica e documental, confronta os motivos que levam o Reino Unido a permanecer com o território, ignorando constantes protestos diplomáticos da Argentina, que conclamam pela negociação e solução pacífica do litígio. Buscam-se no estudo das teorias exaradas em obras de Morgenthau (2003) e Mahan (1987) o substrato que auxilia a compreensão da política britânica no Atlântico Sul. A pertinência do trabalho é presente, pois busca fazer a correlação de documentos históricos e suas interpretações, perpassando pelo conflito das Malvinas de 1982 até a assunção da descoberta de riquezas de cunho econômico na área marítima que circunda as ilhas renova as intenções na contenda territorial. A estratégia ímpar que possui o Atlântico Sul, responsável por parte do comércio marítimo do globo, ganha ênfase por ligar os Oceanos Atlântico e Pacífico, bem como projetar poder sobre o território antártico, onde há a sobreposição de reivindicações territoriais dos países, cujo domínio do arquipélago auxiliará futuramente na projeção de negociações ao findar o Tratado Antártico. A evolução da disputa entre Argentina e Reino Unido traz ao Brasil a oportunidade de reflexão de seu papel no espaço sul-atlântico, bem como a necessidade de investimentos perenes em defesa e segurança.

Palavras-chave: Geopolítica. Reino Unido. Atlântico Sul. Ilhas Malvinas.

## **ABSTRACT**

The objective of this dissertation is to carry out a study on British Geopolitics in the South Atlantic focusing on the archipelago of the Falkland Islands. Through bibliographical and documentary research, the confronts of reasons that lead the United Kingdom to remain with the territory, ignoring constant diplomatic protests of Argentina, that call for the negotiation and pacific solution of the litigation. The relevance of the work is present because it seeks to correlate historical documents and their interpretations. The work is pertinent in the study of theories in works by Morgenthau (2003) and Mahan (1987) , Passing through the conflict of the Falklands of 1982 until the assumption of the discovery of riches of economic character in the maritime area that surrounds the islands renews the intentions in the territorial contest. The unique strategy of the South Atlantic, which is responsible for part of the world's maritime trade, gains emphasis by linking the Atlantic and Pacific Oceans, as well as projecting power over the Antarctic territory, where there are overlapping territorial claims of countries whose archipelago will assist in the future of the negotiations at the end of the Antarctic Treaty. The evolution of the dispute between Argentina and the United Kingdom gives Brazil the opportunity to reflect on its role in the South Atlantic space, as well as the need for perennial investments in defense and security.

Keywords: Geopolitics. United Kingdom. South Atlantic. Falkland Islands.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Cabo Horn e o Estreito de Magalhães.	31
Figura 2 - Mapa dos territórios ultramarinos britânicos.	38
Figura 3 – Mapa com 250 milhões de <i>data points</i> mostrando a movimentação global da frota mercante: contêineres, carga seca, combustíveis, gás e veículos, com a emissão de CO <sup>2</sup> , no ano de 2012.	39
Figura 4 - Geoestratégia do Atlântico Sul.	54
Figura 5 - Reivindicações territoriais na Antártica.	56
Figura 6 - A ilha de Ascensão e suas distâncias do Reino Unido e Argentina	62

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -Custo da campanha das Falklands e de reconstrução ( <i>Cost of Falkland campaign and reconstruction</i> ) .	53
Tabela 2 - Orçamento de defesa do Brasil nos anos 2000-2010.	74

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
BACEN	Banco Central do Brasil
BGS	British Geological Survey
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DTCA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
EGN	Escola de Guerra Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FIG	Falkland Islands Government
FIRIC	The Falkland Islands Roulement Infantry Company
FGV	Fundação Getúlio Vargas
HMG	Her Majesty's Government
IRA	Exército Republicano Irlandês
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NATO	North Atlantic Treaty Organization
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS	Organização do Tratado do Atlântico Sul
PND	Política Nacional de Defesa
RAF	Royal Air Force
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
UN	United Nations
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## LISTA DE SÍMBOLOS

CO <sub>2</sub>	Gás Carbônico
USD	Dólar dos Estados Unidos da América
£	Libra Esterlina

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	16
2 TEORIAS ESTRATÉGICAS: CONTEXTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS .....	25
2.1 A APLICAÇÃO DA TEORIA REALISTA DE HANS J. MONGENTHAU .....	28
2.2 O REINO UNIDO E A ESTRATÉGIA NA OBRA DE ALFRED THAYER MAHAN .....	35
3 A GUERRA DAS MALVINAS: CONTEXTO E A REPERCUSSÃO DA GEOPOLÍTICA BRITÂNICA NO ATLÂNTICO SUL .....	44
3.1 TENTATIVAS DIPLOMÁTICAS EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS ANTES DO CONFLITO .....	44
3.2 A ADOÇÃO DA RESOLUÇÃO 502 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS .....	45
3.3 A APLICAÇÃO DO TIAR E O CONFLITO DAS MALVINAS .....	46
3.4 ATLÂNTICO SUL: GEOECONOMIA E GEOESTRATÉGIA NA REGIÃO DAS ILHAS MALVINAS .....	48
3.5 PROJEÇÃO DE PODER NA ANTÁRTICA .....	55
3.6 CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO DOS ATORES .....	56
3.7 DESDOBRAMENTOS E CONSEQUÊNCIAS DOS DOCUMENTOS DE POLÍTICA DE DEFESA BRITÂNICA APÓS O CONFLITO DAS MALVINAS .....	67
4 ILHAS MALVINAS: A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NESTE CONTEXTO GEOPOLÍTICO...	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	82
REFERÊNCIAS .....	88
ANEXO A - RESOLUÇÃO 052 (03 de abril de 1982) .....	101

## 1 INTRODUÇÃO

O arquipélago localizado no extremo sul do continente americano, na bacia do Oceano Atlântico, há embates geopolíticos por parte de Londres e Buenos Aires pelo domínio das Ilhas Malvinas, que são as duas maiores do conjunto de ilhas.

Pela sua localização geoestratégica ímpar fez com que o Reino Unido<sup>1</sup> manifestasse interesse, no século XVII e depois com a instalação definitiva no ano de 1833<sup>2</sup>, expulsando os colonos que estavam a serviço do governo argentino, sob os ditames da estratégia de dominação dos mares (ainda que distante de Londres), de salvaguardar a política britânica, manter-se como potência naval, bem como conter o avanço das demais potências europeias na região.

Analisar e compreender a geopolítica britânica na região do Atlântico Sul se faz necessário, pois envolve vários atores internacionais, em especial Reino Unido e Argentina, bem como provoca um estudo em diversas áreas transversais de ensino, e que envolve noções de geopolítica, política externa, estratégia, direito internacional, economia, segurança, defesa, investimentos militares e história.

O eixo da presente dissertação tem o foco de mostrar a relevância do posicionamento geoestratégico das Ilhas Malvinas, adicionando a esta as recentes descobertas de natureza econômica que formam o arcabouço para identificar e responder aos problemas sob a premissa da segurança e defesa na região, o que justifica, por parte dos britânicos, a ascensão

---

<sup>1</sup> Reino Unido - abreviação de *United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland* (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte) é o conjunto de países que são formados pela Inglaterra, País de Gales e Escócia (estes formando o que conhecemos por Grã-Bretanha) mais a Irlanda do Norte, cujo nome oficial é Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Trata-se de um Estado soberano e para efeitos deste trabalho as referências utilizadas recairão na nomenclatura abreviada de **Reino Unido**. Cabe aqui uma observação de que em relação a competições esportivas, com exceção dos Jogos Olímpicos (na qual competem sob a denominação da Grã-Bretanha) estes países competem cada um sob a sua bandeira, ou seja, separadamente, a exemplo da Copa do Mundo de Futebol. (CARVALHO, 2014). A título de informação histórica, em 1536 há a incorporação do País de Gales à Inglaterra e, em 1707, com a adesão da Escócia, forma-se a *Great Britain* (Grã-Bretanha). Em 1801, com adesão da Irlanda assume a nomenclatura de *United Kingdom of Great Britain and Ireland* (Reino Unido de Grã-Bretanha e Irlanda), mas com o rompimento da Irlanda e posterior cessão de território, criando a Irlanda do Norte, no século XX, a denominação oficial e atual e referimos como está no início descrito. (REINO UNIDO, 2017).

<sup>2</sup> A invasão britânica de 1833 no arquipélago ocorreu após o conflito iniciado em 1831, pelo direito exclusivo da pesca na região entre os argentinos liderados por Louis Vernet, que era o Governador político e militar da região e norte-americanos pelo controle da área. O envio do navio de guerra norte-americano *USS Lexington*, que toma o assentamento de *Puerto de la Soledad* incentiva os britânicos no envio da corveta *Clio* para retomar a soberania das ilhas, que depois se integra a área ultramarina ao Reino Unido. (DOBSON; MILLER; PAYNE, 1982, p. 30).

de seu investimento militar, vez que a região lhes oferece visibilidade em futuras discussões sobre o destino da Antártica, bem como proporciona o controle das rotas de comunicação austrais.

Estudar-se-á, ainda, como o Reino Unido ocupou territórios valiosos no curso de seu crescimento, em especial arquipélagos que possuam importância estratégica e localidades que apresentam real possibilidade de extração de riquezas no horizonte próximo. Iremos demonstrar que a fronteira não é permanente e diz respeito à força militar do Estado, ou seja, o mais forte pode imprimir a fronteira independente das aspirações ou contestações de outras nações.

A importância do espaço compreendido pelo Atlântico Sul para os britânicos, no período da Guerra Fria<sup>3</sup> (1947-1991), deve ser analisada pelos seguintes fatos históricos e econômicos: o primeiro, dado pela decisão egípcia de 1956 em nacionalizar o Canal de Suez (CARVALHO, 2016), o que impediu o trâmite de navios britânicos na região e, assim, busca-se na utilização da antiga rota marítima que contorna o cabo da Boa Esperança para continuar com seu comércio marítimo. Por isso, a importância de controlar a navegação do Atlântico Sul, através de ilhas (como as Ilhas Malvinas) é fundamental para ser ponto de reabastecimento, bem como se mostra um diferencial a países que visam o comércio e que proporcionam desfrutar de vantagens comparativas no espaço marítimo.

Segundo, o Reino Unido demonstra interesse pela manutenção das Ilhas Malvinas por esta representar uma alternativa viável de recursos econômicos, corroborado pela descoberta de petróleo e gás na bacia malvinense, o que aguça majorar seus investimentos civis e militares (HER MAJESTY'S GOVERNMENT, 2010), e prosseguir com a política de rejeitar sistematicamente abrir negociações com a Argentina, bem como tem ciência de que a posse desse território permite-lhe reclamar possessões no continente gelado.

A presente dissertação buscou compreender como o Reino Unido no curso de sua história ocupou territórios estrategicamente importantes, ou ainda, localidades que apresentam possibilidades de extração de riquezas no futuro próximo. Demonstrará também, que as fronteiras legais e políticas estabelecidas não são permanentes e, em tese, dizem respeito ao Poder Nacional que um estado possui, ou seja, aquele que possui a economia e política mais consistente, bem como aliados estratégicos duradouros, é considerado o mais

---

<sup>3</sup> Guerra Fria - corresponde ao período histórico em que os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas eram consideradas as duas superpotências do globo, após o fim da Segunda Guerra Mundial que se envolviam indiretamente nos conflitos nas suas áreas de influência e o vocábulo “fria” refere-se ao fato de não ter havido confronto direto envolvendo os dois países. (MacMAHON, 2012).

forte, impondo seu entendimento acerca da delimitação de fronteiras, independentemente do direito universal consagrado, das aspirações de seus vizinhos ou contestadores.

Por outro lado, ao realizar a análise dos documentos do Governo britânico que apresentam a estratégia direcionada ao Atlântico Sul encontra-se, mais precisamente, no – *The strategic defence and security review* – (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 2010) a forma de como os britânicos traçam suas expectativas e suas consequentes ações na região, levando em consideração o momento histórico e eventuais ameaças e como dissuadi-las (CARVALHO, 2016).

Este documento, bem como documentos anteriores britânicos de mesma natureza contém a normativa estratégica na qual o Reino Unido deve manter no Atlântico Sul a rede de bases militares com presença permanente de forças britânicas e aliadas (caso da ilha de Ascensão), no arquipélago Malvinas, bem como efetuar ações de presença regulares nas Ilhas Geórgias e Sandwich do Sul<sup>4</sup>. Com exceção da ilha de Ascensão, as localidades que formam o arquipélago Malvinas tem sua soberania contestada pela Argentina, pleiteando seu direito consignado da assinatura do Tratado de Tordesilhas, entre portugueses e espanhóis, e com o processo de independência da América Espanhola, a Argentina se legitima como sucessora dos direitos que eram da Espanha<sup>5</sup>. O Reino Unido ignora e se nega abrir negociações sobre esta questão.

O Reino Unido atualmente detém soberania sobre outros arquipélagos e ilhas que se localizam no Atlântico Sul, possibilitando auferir vantagens estratégicas que abraçam este oceano. Não é interessante, portanto, a devolução dessas ilhas, que são objeto de contestação à Argentina, sendo que parcela desta postura estratégica do Reino Unido foi confirmada pelos habitantes das Malvinas (*kelpers*) em referendo<sup>6</sup> havido em 2013.

O domínio britânico sobre as Ilhas Malvinas é de fundamental importância para a proteção do tráfego e das linhas de comunicação marítimas que passam pelo Cabo *Horn* (BANDEIRA, 2012; DUARTE, 1986) e pelo Estreito de Magalhães (CARVALHO, 2016). A abertura do Canal do Panamá (1914) diminuiu a importância estratégica desses pontos focais de passagem do tráfego marítimo, vez que diminuiu o contorno de navios mercantes pelo sul

<sup>4</sup> Conforme prática recomendada n. 01 de 21 de janeiro de 2015 da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), adotar-se-á em documentos cartográficos produzidos e impressos no Brasil a nomenclatura: Ilhas Malvinas, Ilhas Geórgias do Sul e Sandwich do Sul, bem como a vedação de utilizar a menção do Reino Unido no que diz respeito a estas ilhas. (BRASIL, 2015).

<sup>5</sup> Os direitos que a Argentina sustenta pela soberania nas Ilhas Malvinas datam de 1816 baseadas nos Tratados de Madrid (1670 e 1713) e do Tratado de Utrecht de 1713. (PASTORINO, 2013).

<sup>6</sup> Referendo diferencia-se do plebiscito, pois neste a proposta é dada ao eleitorado para decidir sobre a continuidade de vigência de uma matéria acabada; enquanto no plebiscito, a população é convocada para ser ouvida sobre a entrada em vigência de uma proposta de lei. (BRASIL, 2014).

do continente americano para permitir o acesso aos mercados pujantes da Ásia. Porém, há de se observar o tamanho dos navios, pois nem todos conseguem passar pelas comportas, que recentemente foi ampliada, permitindo a passagem de navios maiores e mais largos, duplicando sua capacidade de transporte. (PANAMÁ, 2016).

O uso do canal do Panamá propicia uma navegação mais rápida e mais segura, porém, como todo canal artificial, está sujeita a decisões políticas dos governos que a controlam, e como já acima exposto, no caso do canal de Suez, os britânicos não puderam ter a liberdade irrestrita de navegação por posições ideológicas, portanto, manter suas posições nas Ilhas Malvinas e no Atlântico Sul foram diminuídas, mas não esquecidas.

A presença fixa do Reino Unido na região mantém sua capacidade de responder às mudanças circunstanciais, pela posição estratégica com um maior alcance geográfico e pela possibilidade de ser realizado o apoio logístico em linhas mais curtas, o que poderá servir para o uso de seus aliados tradicionais, os norte-americanos e os demais países pertencentes à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Nesse sentido, a pertinência da pesquisa se dá por possibilitar a compreensão da importância Geopolítica das Ilhas Malvinas, a partir do domínio britânico, que trará subsídios para a análise de suas ações no Atlântico Sul.

O arquipélago Malvinas representa um apporto estratégico militar, político e econômico. Entender o desejo argentino de retomada das ilhas, incluindo a realização de sucessivos protestos junto à comunidade internacional, rechaçada pelos britânicos, principalmente devido às novas descobertas petrolíferas na região, aumenta os desejos de ambas as partes no poderio geopolítico.

A relevância em chamar a atenção sobre o tema, pelo fato de Ilhas Malvinas estarem no entorno estratégico brasileiro, preconizada pela Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2012b), documentos esses que privilegiam a atuação do país na Bacia do Atlântico Sul, em especial pela realização de ações diplomáticas, militares e econômicas.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa busca refletir sobre os elementos que levaram o Reino Unido a manter uma postura Geopolítica de ocupação e posse das ilhas, contestada pela Argentina na Organização das Nações Unidas (ONU) e em demais organismos internacionais, na tentativa de responder, principalmente, a seguinte questão: qual a motivação geopolítica que possui o Reino Unido em deter a posse do conjunto de ilhas que formam o arquipélago Malvinas?

A investigação foi realizada por meio de pesquisa analítica e descritiva qualitativa

bibliográfica e documental. Utilizamos-nos de documentos oficiais, dos quais tanto o Reino Unido quanto à Argentina são signatários. O recorte temporal para essa análise foi do período compreendido pelo evento da Guerra das Malvinas (1982) até o ano de 2010, considerando a promulgação, pelo Reino Unido, do documento – *The strategic defence and security review* – (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 2010), perpassando por documentos de defesa britânicos, tais como o – *The way forward* (1981) – e o – *Strategic defence review* (1998).

Analizamos ainda, a inflexão das mudanças no campo econômico e político e de como estas influenciam e redirecionam os documentos estratégicos acima descritos por parte do governo de Londres. Como base, consideramos: a presença extrarregião britânica; sua supremacia naval, datada à época da invasão ao arquipélago; a imposição da *pax britannica*<sup>7</sup>, o que lhe proporcionou vantagem no campo da estratégia naval, com grande impacto e projeção do Poder Marítimo, em especial nas linhas de comunicação marítimas.

Para conceituar a disciplina Geopolítica, recorremos a Mahan (1987), partidário da ideia de que as potências marítimas eram dominantes sobre os demais estados-nação e que estabelece uma conexão entre a Geopolítica e o acesso às rotas de suprimento marítimo. Este estudo permite a compreensão de como o Reino Unido, ao ocupar posições-chave no Atlântico Sul, objetiva deter para si o controle das rotas de comunicações marítimas austrais, influenciado por Temístocles (MAHAN, 1987), que em apartada síntese, preconizava que todas as coisas serão comandadas por quem detiver o controle do mar.

Spykman (1942) ressalta que para a aplicação de Geopolítica se faz necessário conquistar o mundo pelas fímbrias (bordas), como meio de barrar o crescimento da influência de outra nação que exerça poder no núcleo central, que obtendo o domínio da "ilha do mundo"<sup>8</sup>. Por isso, a intervenção do governo de Londres, é mister a prontidão de forças britânicas para intervir no Atlântico Sul, visto sua importância estratégica.

Para Reis (2014), a Geopolítica constitui “[...] uma construção arquitetada social e politicamente [...]” (REIS, 2014, p. 29). Assevera ainda, que para análise da Geopolítica há que se observar o contexto e os componentes que a compõem, bem como observar o espaço e a posição dos atores envolvidos.

---

<sup>7</sup> *Pax britannica*, do latim, significa: paz britânica. Expressão que é utilizada para atestar o período de auge do Império Britânico que se inicia com a vitória na Batalha de Trafalgar e que perdura até o início do século XX. Interessante ressaltar que durante este período, a Marinha Britânica teve o controle das principais rotas marítimas. (Nota nossa).

<sup>8</sup> Essa teoria também é conhecida como *Rimland* ou Anel Interior, na qual interpretamos como a tentativa de impedir a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas nos demais espaços globais, por isso a ocupação de áreas periféricas protagonizadas pelos Estados Unidos da América. (GÓES, 2005).

No caso do Atlântico Sul há de se citar três atores extrarregionais que estão presentes e são membros permanentes da OTAN: o Reino Unido (com o conjunto de ilhas na bacia do Atlântico), os EUA (Ilha de Ascensão) e a França (Guiana Francesa). Importante asseverar que estes Estados seguem os ditames conceituais de geopolítica, notadamente pela visão estratégica e a potencial dimensão de riquezas que a região possui.

A dimensão física deste estudo é o Atlântico Sul, cujo norte utilizado será o exposto por Wiemer (2012, p. 194) que, em apartada síntese, define a região desde o paralelo de 16° Norte, e envolve a África, América do Sul, Antártica e Antilhas, respectivamente, com interface no Oceano Atlântico. Todavia a delimitação, ou seja, o "recorte" geográfico está circunscrito nas Ilhas Malvinas, inserido no cenário do Atlântico Sul.

Estudos mais aprofundados existentes no país sobre o tema estão nas escolas militares de altos estudos, as quais foram objeto de visita: a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola de Guerra Naval (EGN), ambas na cidade do Rio de Janeiro, cujas bibliotecas possuem fontes de valor histórico, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com foco nas entrevistas do contra-almirante Ângelo Nolasco de Almeida e do brigadeiro Francisco Teixeira, e nos arquivos do diplomata Antônio Azeredo da Silveira, que na época do conflito estava alocado na Embaixada Brasileira em Washington.

Os documentos oficiais citados nesta dissertação estão disponíveis em “sítios” oficiais e os endereços de busca encontram-se nas referências deste trabalho com intuito de expor informações e fornecer subsídios para fomentar o debate, esperando que futuros pesquisadores possam utilizar das citações aqui exaradas e aprofundar novas investigações.

Algumas dificuldades se fazem sentir no escopo desta investigação que origina esta dissertação de mestrado. Apesar de percorrer as principais bibliotecas do país, como a Biblioteca Pública Mário de Andrade e a Biblioteca do Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo; a Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro e a Biblioteca do Itamaraty, em Brasília, os poucos livros editados no Brasil sobre o tema privilegiam o conflito de 1982.

Sobre os itens aqui abordados, a existência de referências é praticamente nula, o que direcionou o pesquisador a buscar literatura em “sítios” eletrônicos de venda de livros que possuam obras esgotadas, como a Estante Virtual<sup>9</sup>, no Brasil, ou mesmo empresas

---

<sup>9</sup> [www.estantevirtual.com.br](http://www.estantevirtual.com.br). – “[...] portal criado para revolucionar a comercialização de livros usados pela internet [...]”. (VELASCO, 2008, p. 162).

estrangeiras como a Amazon<sup>10</sup> e ainda adquirir pessoalmente em livrarias de Buenos Aires, obras sobre a temática aqui exarada, vez que os grupos editoriais nacionais não possuem interesse em disponibilizar em suas estantes comerciais, uma vez da baixa procura dos leitores por esse tema.

Nestes dois anos do curso de mestrado, o pesquisador apresentou seu problema de pesquisa em Universidades Nacionais e Estrangeiras, nas quais obteve boa receptividade no acolhimento do tema aqui e recebeu sugestões que acrescentaram conhecimento e dirimiram as dúvidas surgidas no processo da escrita. A exposição e o debate são importantes ferramentas no processo de aprendizagem e enriquecem o trabalho em si.

A estrutura da presente dissertação está calcada em Introdução, Seção 2, Seção 3, Seção 4, Considerações Finais e Referências.

Na introdução apontamos os eixos motivadores do pesquisador em explanar sobre a Geopolítica britânica nas Ilhas Malvinas, tema de pouca literatura no território nacional, e a existente preocupou-se em trabalhar com os fatos oriundos da Guerra das Malvinas, com poucas menções aos desdobramentos que trazem até o limiar deste século.

Na seção 2, trataremos de contextualizar a evolução histórica do arquipélago, mencionando as teorias de Morgenthau (2003) e Mahan (1987) e as correlacionamos na execução da Geopolítica britânica, justificando a ação do Reino Unido para desejar para si a posse das Ilhas Malvinas.

Na seção 3, estudamos o arquipélago como objeto de cobiça por parte de Argentina e de como o Reino Unido o mantém para si. Apresentamos elementos geoeconômicos e a geoestratégicos que auxiliam na composição na contenda dos países, bem como projeta a importância estratégica dos arquipélagos como meio de manter o poder marítimo no Atlântico Sul. Estudamos as repercussões políticas e econômicas internas de Argentina e Reino Unido, no período que precede o conflito das Malvinas (1982). O fracasso das negociações ante a ONU e a OEA, bem como e a negativa britânica são abordados nesta seção.

Sobre o conflito que se travou entre Argentina e Reino Unido pela posse das Ilhas, apresentamos uma contextualização política que circunda a figura da primeira-ministra Margareth Thatcher, de como ela angariou apoio político para enviar uma força-tarefa naval ao Atlântico Sul (DILLON, 1989), apoiado com a Aeronáutica e Exército daquele país, mesmo com parte de seu armamento defasado (em relação ao estado da arte), porém com o

---

<sup>10</sup> [www.amazon.com](http://www.amazon.com) -. “Disponibiliza livros para venda em formato eletrônico e físico na rede mundial de computadores”. (VELASCO, 2008, p.160).

emprego de uma estratégia correta e eficaz.

Na seção 4, explora o papel do Brasil ante o dilema aqui apresentado. Nossa intenção reside em demonstrar como o país privilegia o Atlântico Sul, dando suporte a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), e os meios que apresenta para dar suporte a esse organismo. Apresentamos, também, ponto controvertido sobre o apoio brasileiro às pretensões argentinas nas Ilhas Malvinas, através de depoimento de alguns militares concedidos à Fundação Getúlio Vargas, que consigna apoio à manutenção dos britânicos em sua posse.

Pretendemos, nessa seção, propor uma reflexão, por meio da justaposição de como o Brasil anseia ser um ator importante, mas os acontecimentos no país levam à realidade diferente daquela preconizada nos instrumentos legais, para isso, utilizamos de dados que mostram a evolução dos gastos governamentais em defesa, no limiar deste século, bem como sua destinação precípua em previdência e apoio administrativo, além dos sucessivos contingenciamentos em investimentos, o que leva a adiamentos de projetos estratégicos, retirando credibilidade do país ante os demais da ZOPACAS, do MERCOSUL, dos vizinhos sul-americanos e da comunidade internacional.

Digno de nota é mencionar que este estudo se utiliza material de pesquisa dos países aqui citados na contenda territorial, porém o trabalho procurou estar imune aos sentimentos permeados de cunho reivindicatório dos autores, pois o objetivo é o ser imparcial para assim exarar credibilidade.

O intuito do pesquisador ao expor estas lições é a de oferecer explicações que possam ser úteis à Marinha do Brasil, à Escola de Guerra Naval, à Escola Naval e as demais escolas co-irmãs de altos estudos militares, ao corpo acadêmico, aos pesquisadores desta temática e você, leitor, que ao se debruçar com estas questões apontadas possa conhecer, sintetizar e transferir conhecimentos.

Nas considerações finais, elaboramos síntese dos capítulos anteriores e buscamos correlacionar elementos entre si, estabelecendo o clímax da problemática que envolve a aplicação da Geopolítica britânica no Atlântico Sul, bem como busca apontar fatos novos que, com o estudo adequado possa projetar novos desdobramentos para este século, com reflexo de opinião.

Ao mesmo tempo, refletimos sobre as implicações para o Brasil, em como o País deve se amoldar para atender os ditames de seus documentos internos de defesa e estratégia, tendo em vista o potencial crescimento de investimentos militares no Atlântico Sul, dado pelo anúncio descoberta de gás e petróleo, em proporções a serem averiguadas, nos espaços

marítimos circundantes em questão a serem analisados por esta dissertação.

## 2 TEORIAS ESTRATÉGICAS: CONTEXTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

Quem domina o mar, domina o mundo.

Mahan

Traremos nesse Capítulo uma descrição do contexto histórico envolvendo o arquipélago, bem como a discussão e reflexão da importância Geopolítica para o Reino Unido, nas Ilhas Malvinas, dentro do contexto de dominação dos mares do Atlântico Sul.

Na primeira seção abordaremos a teoria realista de Morgenthau (2003) que privilegia a política de Estado isenta de paixões ideológicas e de como este deve atuar. Já na segunda seção abordaremos a teoria de Mahan (1987) que, ao estabelecer uma conexão entre a Geopolítica e o acesso às rotas de suprimento marítimo, vai permitir ao Reino Unido o domínio das rotas de comunicação marítimas austrais.

Assim, buscamos cumprir o objetivo específico de analisar a importância estratégica de arquipélagos como o das Ilhas Malvinas e auxiliamos na resposta do objetivo geral, que diz respeito à postura de Londres na condução geopolítica no Atlântico Sul.

Os argentinos recorrem a entendimentos embasados segundo o Tratado de Tordesilhas assinado em 1494, pelos países da península ibérica e que tratava do destino do novo continente então descoberto, qual seja, a América (GARCIA, 1994), sendo que o território em questão tratado neste estudo ficou com os espanhóis. Por conseguinte, citam o Tratado Americano de 1670, entre Espanha e Inglaterra e que confirma a posse de seus domínios nas Ilhas Malvinas.

A assinatura do Tratado de Utrecht (1713), após as guerras de secessão espanhola (1701-1714), bem como a posterior assinatura do Tratado de Madrid (1750), consagra o Princípio do *uti possidetis, ita possideatis*<sup>11</sup> apenas a título de corroborar com a manutenção das Ilhas Malvinas aos domínios de Madrid, pois o foco deste tratado estava em reconfigurar os domínios de Portugal e Espanha no continente americano, o que auxilia na dimensão do que hoje é o Brasil, já com o reflexo da ação dos bandeirantes, que aumenta significativamente o tamanho da América Portuguesa e, também, reafirma como espanhola as demais terras na América do Sul. No século seguinte, inicia-se o processo de emancipação da América Espanhola, o processo que leva a independência da Argentina (que era parte

---

<sup>11</sup> *Uti possidetis, ita possideatis*, do latim, significa: quem tem de fato, tem por direito. (Nota e tradução nossa).

integrante do Vice-Reinado do Prata) inicia-se seu processo em 1810, com o nome – *Provincias Unidas del Río de la Plata*<sup>12</sup>, que vai culminar em 1816 com a formação do estado nacional, que foi denominado Confederação Argentina, e depois somente Argentina em 1820, o governo desta nova nação toma para si a posse das Ilhas Malvinas. (ARGENTINA, 2014).

Os britânicos, por sua vez, contestam o direito de posse portenho, pois afirmam este fora oriundo de sua descoberta, em 1690, pelo capitão John Strong que homenageia o tesoureiro da Marinha, Visconde Falkland, emprestando seu nome às ilhas. A Argentina, que protesta pelo que considera invasão de seu território chamam-no de Malvinas em consequência do nome – *Malouine* –, dado pelos franceses que também alegam ter descoberto o arquipélago e já terem possuído intenções de deter a posse das mesmas, mas em 1767, deixam as ilhas, fruto de um acordo costurado com o governo de Madrid.

A evolução histórica nos mostra momentos de atrito que culminaram com acordos para regulamentar a posse do arquipélago, os ingleses acordam com os espanhóis e, deixam o território em 1790, após o envio da armada espanhola, em 1769 para render os britânicos que ali habitavam. Acreditava-se que com a debandada de franceses e ingleses, a soberania espanhola estaria cristalizada.

É digno de nota que o processo que culmina com a independência argentina apresenta óbices para centralizar o comando decisório do novo país, e com isso, posterga-se a designação de autoridades do novo Estado para as Ilhas Malvinas, uma vez que já estavam sob a jurisdição argentina. A ocupação de fato por parte das autoridades argentinas ocorre em 1827, com o estabelecimento de colonos, momento que o estado argentino estava se consolidando. Porém, com a ação do Reino Unido em 1833, e a expulsão dos habitantes que lá viviam e sua consequente afirmação britânica da qual iria colonizar o território.

A estratégia de Londres em privilegiar a expansão seus domínios além-mar encontra razão nas palavras de Arendt (2000) que preconiza aos britânicos a primazia de unificar possessões da Coroa à nação inglesa, com controle de órgãos administrativos, pois estes tem o condão de garantir o acesso aos entrepostos marítimos e, por consequência, às matérias-primas que a região ofertar, uma vez que o crescimento industrial parte da premissa básica de expansão econômica (da burguesia) e para isso, a flexibilização do conceito de fronteira nacional para estar de acordo com a aplicação da política britânica no mundo.

Ao mesmo tempo, Ferguson (2011) salienta que o ideal básico que consagra o

---

<sup>12</sup> *Provincias Unidas del Río de la Plata*, do espanhol, significa: Províncias Unidas do Rio da Prata. (Nota e tradução nossa).

sucesso do Reino Unido como Império advém do “[...] crescimento estimulado pelo comércio e consumo [...]” (FERGUSON, 2011, p. 32), oriundo principalmente dos efeitos da Revolução Industrial que permitiu arregimentar novas tecnologias e dava suporte a exibir números contundentes no mercado mundial<sup>13</sup>. Para isso, a necessidade da conquista de territórios com o fito de expandir a influência britânica que o autor refere como – *angloglobalização*<sup>14</sup>.

Desta feita, o Reino Unido busca acoplar seu modelo político e vincular suas possessões sob o signo do ideal britânico de superioridade, e que sua proteção lhe ofereça benefícios em seus interesses (ARENDDT, 2000). Esses ditames nos auxiliam no entendimento, por exemplo, na interpretação do resultado do plebiscito que buscou perguntar à população ilhéu se queria ou não permanecer com vínculos com Londres. (G1.GLOBO.COM/MUNDO, 2013).

Restava aos argentinos apresentarem seus protestos junto a Coroa Britânica, foram reiterados durante os mais diferentes governos argentinos. Contudo, a negociação diplomática tivera de Londres resposta pífia ou, ainda, aquém da expectativa de Buenos Aires. Com a negativa de negociações entre os dois Estados, a Argentina, em 1982<sup>15</sup>, buscou no estabelecimento no conflito, pela força das armas, sendo derrotada pelo Reino Unido, que possuía força superior, apoiada pelos EUA que causou mal-estar a muitos países da América e corroborou para não aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (CARVALHO, 2016), que para estes países perdeu sua validade. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1947).

Atualmente o governo da Argentina imprime reforço em ações diplomáticas em organismos internacionais com intuito de dar visibilidade à causa na qual reivindica o arquipélago Malvinas. Segundo a BBC Brasil (2012) os outrora beligerantes não desejam replicar o conflito de 1982, seja por dificuldades econômicas, militares e mesmo com a opinião pública. Fica claro que otimização de recursos e o remanejamento de gastos indicam a não disponibilidade de fazer novas inversões visando o estabelecimento de um novo conflito armado, tendo em vista novos desafios de caráter global, que exigem no século XXI,

---

<sup>13</sup> À guisa de exemplo, confrontando os números apresentados pela economia britânica no século XIX, encontramos a pujança desta nação ante as demais da Europa. O domínio inglês era representado pela exportação de cerca de 40% dos produtos manufaturados do mundo, bem como o capital inglês era responsável por cerca de 50% dos investimentos diretos do globo. (CUNLIFFE, 2004 apud FERNANDES, 2011, p. 102).

<sup>14</sup> Nome dado por Ferguson (2011).

<sup>15</sup> Guerra das Malvinas foi um confronto armado iniciado em 02 de abril de 1984 e encerrado em 14 de junho do mesmo ano. (CARVALHO, 2014).

novas respostas para questões mais complexas do mundo globalizado como a assunção do terrorismo, dos crimes cibernéticos, das migrações, dentre outros.

Digno de nota observar a defesa veemente do Reino Unido na autodeterminação dos kelpers, que segundo Saint-Pierre (2012b) não esclarece com nitidez a dependência destes com os países próximos que são da América do Sul, como Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, pois estes ainda não possuem autossuficiência e que nas questões mais elementares de dignidade humana, como saúde, necessitam da estreita ligação com o continente para auxílio imediato, o que demonstra ser importante no manejo destes países em fatos presentes e perenes à qualquer grupamento humano.

## 2.1 A APLICAÇÃO DA TEORIA REALISTA DE HANS J. MORGENTHAU

Nesse tópico vamos expressar a visão britânica no Atlântico Sul e da aplicação da teoria do Realismo Clássico ensinada por Hans J. Morgenthau (2003), na obra – *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*<sup>16</sup> –, que está calcada nas questões de poder, na satisfação de interesses nacionais na busca de ganhar e de como os interesses do Estado tem o liame de satisfazer os ditames da nação.

Primeiramente, Morgenthau (2003) ressalta que o liame entre interesse nacional e poder está em consonância com a aplicação de política, pois, a primeira (poder) vincula as razões e os fatos que precisam ser compreendidas dentro da esfera da política, no caso em tela, a política internacional a ser adotada.

Ainda, com o fito de agregar ao raciocínio supra, Morgenthau (2003, p. 7) esclarece que, para o entendimento teórico da política, devem ser afastadas as preferências ideológicas, bem como a preocupação com motivos e caprichos individuais dos governantes, o que denota ser esta uma política de Estado.

Esta teoria consagra os ditames nos quais a política de um estado, para adquirir efetividade, necessita ser racional, e, portanto, aduz:

Ao mesmo tempo, o realismo político considera que uma política externa racional é uma boa política externa, visto que somente uma política externa racional minimiza riscos e maximiza vantagens; desse modo, satisfaz tanto o preceito moral de prudência como a exigência política de sucesso.

---

<sup>16</sup> Na obra – *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz* –, Morgenthau (2003) explana a forma de como sua teoria realista parte da premissa na qual os Estados são os principais atores na seara internacional, e por serem racionais agem conforme seus interesses se estes trouxerem benefícios, por isso suas ações, ao visarem garantir estas premissas vão lhe garantir a sobrevivência dentro do sistema internacional.

(MORGENTHAU, 2003, p. 16).

É cediço que o Reino Unido alcançou no século XIX a condição de maior potência europeia, quiçá mundial por deter dentre outros fatores a primazia e o pioneirismo de Revolução Industrial que trouxeram para si o acúmulo de riquezas e o crescimento demográfico, que permitia aos britânicos a manutenção para si do crescimento do produto mundial durante o período de 1760-1830.

Em conjunto ao acima exarado acresce-se o resultado positivo das guerras napoleônicas e a aliança do Reino Unido-Rússia eliminaram seus concorrentes no concerto europeu e permitiu a ocupação de colônias outrora francesas e holandesas.

O Reino Unido conjugou fatores que lhe permitiram ungir a ser a maior potência naval: a sua constituição territorial insular, que outorga vantagens de inversões direcionadas ao mar, bem como relativo isolamento com as questões dos demais europeus, e ainda, uma estrutura política consolidada.

Esta primazia de supremacia naval britânica exige ações da *Royal Navy* no sentido de expandir fronteiras por meio de anexações, aquisições e captura de novos territórios até mesmo para satisfazer sua produção e a necessidade de matéria-prima das colônias Kämpf (2016)<sup>17</sup>.

Referidas políticas tem o *ethos* de estampar e propugnar os ventos do livre comércio, por isso a busca de libertar outros territórios para atender sua necessidade de produção e de venda de produtos manufaturados e, para isso, utilizar-se-á seu poderio naval com o intuito de abertura dos portos, dissuadindo as demais nações a aderirem compulsoriamente ao comércio liberal.

A consistência do poder perpassa pela obtenção de colônias ultramar de caráter intervencionista e a partir deste ponto nos debruçaremos e acerca da invasão britânica às Ilhas Malvinas, ocorrida em 1833, durante o reinado de Guilherme IV (1830-1837) predecessor da rainha Vitória (1837-1901), cujo objetivo perseguido era o de controle do comércio marítimo, do livre mercado; pois estes eram condições basilares do desenvolvimento britânico.

O expansionismo britânico tem como sua principal colônia ultramar a Índia. Por isso,

---

<sup>17</sup> O Reino Unido possuía a maior frota naval do mundo a época e sua necessidade de obter colônias nos demais continentes perfazia sentido de sua política em expansão econômica pela necessidade de matérias-primas e de assegurar o comércio inglês (DUARTE, 1986), bem como os arquipélagos lhe servem para controle das linhas de comunicação nos mares, que lhe vai lhe proporcionar vantagens estratégicas de navegação.

para o comércio de especiarias indianas era vital ao Reino Unido o domínio desta importante rota que culminou com a concessão de colônias holandesas para si, como a cidade do Cabo (atual África do Sul) e Sri Lanka a serem inglesas, pois estas estão no caminho para a Índia, e eventualmente, o suporte do território malvinense há de ser considerado, seja para reparos, enfrentamento da rota (que é de difícil travessia) ou de descanso da tripulação. O objetivo primaz nas Ilhas Malvinas residia “na criação de ovelhas, da caça da baleia e de focas” (CARVALHO, 2016, p.8); enquanto na cidade do Cabo e no Sri Lanka estava na rota indiana, portanto, o foco comercial era privilegiado no entreposto de produtos locais que iam a Londres e depois redistribuídos à Europa.

Portanto, os motivos que levam os britânicos a almejam o controle marítimo residem no âmago de controlar o comércio colonial que pressupõe a ausência de produtos das colônias junto a metrópole e para este transporte, sendo necessário a utilização e domínio das rotas marítimas. Dessumir uma convergência nas teorias exaradas por Morgenthau (2003), no tocante ao poder e de Mahan (1987) no que concerne vetar o uso do mar por parte dos inimigos.

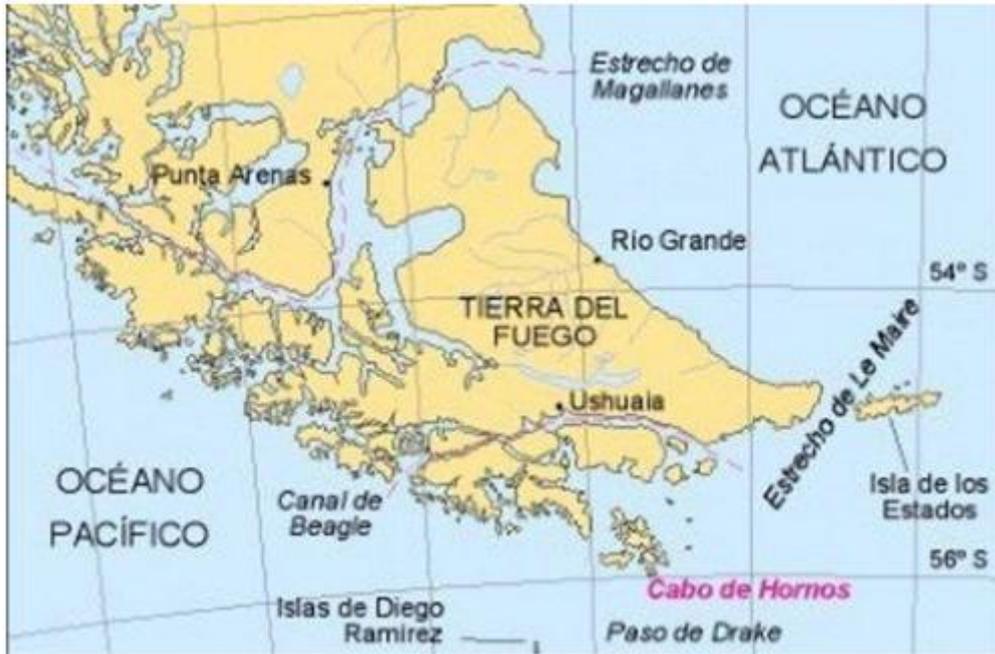
Atualmente é importante observar através do exercício de estratégia político-militar na qual a posse do arquipélago em questão atende a um fator de alternatividade, ou seja, se não for possível acessar os mercados indiano e asiático pela travessia da África (rota cidade do Cabo), poder-se-ia utilizar a rota via Ilhas Malvinas. Assim, a política britânica já enxergava a necessidade de estabelecer territórios com fulcro em dar suporte aos negócios britânicos, por isso o estabelecimento do Império Colonial, pois desta forma, não ficará o Reino Unido refém de situações pontuais ou mesmo de conflitos entre demais nações.

O Reino Unido, conforme na Figura 1, enxerga a rota da travessia Atlântico-Pacífico<sup>18</sup>. Esta posição, segundo Duarte (1986) já era visualizada desde o século XVIII para assegurar às embarcações britânicas atravessar o Cabo Horn com segurança seria necessário possuir uma base de operações na região, para atender a demanda militar e comercial civil.

---

<sup>18</sup> Besnaud apud Carou (1995) citam 05 vias marítimas que ligam os Oceanos Atlântico e Pacífico, uma no extremo do continente americano, mas que não tem travessia regular devido ao rigoroso inverno e conseqüente congelamento das vias de navegação; a segunda é representada pelo Canal do Panamá que pode ser fechado ou sofrer restrições de tráfego pela ação humana; já as demais três vias estão no sul do continente que são representadas pelo Estreito de Magalhães, pelo Canal de Beagle que possuem limitações à navegação por possuírem extremidades curtas e possibilitarem controle pelo continente e pela Passagem de Drake, que lhe aufere melhor liberdade de navegação.

Figura 1 – O Cabo Horn e o Estreito de Magalhães



Fonte: MALATRASI, 2016, não paginado.

Entretanto Lanus (2001) interpreta o anseio britânico de 1833, o que era rechaçado pelos demais países, pois desejar um arquipélago que a princípio pouco tinha a oferecer em termos materiais, na verdade mostrava a visão cartográfica que o futuro poderia lhe reservar com possibilidade de fincar pretensões no continente gelado, bem como a possibilidade de operar nas rotas do sul do planeta. Ressalta, ainda, que a ocupação de fato causou estranheza nas demais nações, que não possuíam a mesma vertente estratégica no futuro próximo e, de como esta lhe poderia servir para assegurar direitos na região.

A supremacia naval aliada a pujança econômica nos indica o encaixe da teoria de Morgenthau (2003) no tocante ao Reino Unido no que tange as comunicações no mundo não europeu e de sua busca de forma racional a obter e irradiar poder.

Digno de nota é exaltar a hegemonia e o poder dos britânicos que nesta época detinham a posição de centro financeiro global e, conseqüentemente, as inversões em infraestrutura interna atendem aos interesses nacionais e do Estado, oriundos do excedente de capital.

O interesse em demonstrar poder e as vantagens que este pode ofertar, faz com que a 1ª Exposição Universal<sup>19</sup> em 1851 seja em Londres, cujo epicentro é justamente a demonstração de poder. O Reino Unido já possuía um Império Colonial, além de possuir

<sup>19</sup> Também conhecida como – *A grande exposição dos trabalhos da indústria de todas as nações*. (LEITÃO, 1994, p. 9).

frota naval superior à soma de todas as demais frotas do globo da época, o que demonstra prestígio aos britânicos, em consonância com sua política de Estado.

O governo britânico também contava, dentro de uma estrutura de poder, com a ausência de estruturas internacionais capazes de normatizarem ou mesmo intervirem na política de aquisição de territórios. À época, o costume era estabelecer alianças pontuais (bilaterais ou multilaterais) que eram feitas e reordenadas sempre que a situação assim o exigisse, apesar da resistência do governo de Londres em estabelecer alianças com seus congêneres europeus (CARVALHO, 2016), que se altera com a formação do Estado Alemão, ocorrida em 1871, precedida de uma união alfandegária<sup>20</sup>.

Os últimos, ao formarem seu Estado Nacional percebem que apesar de sua força, o território para colônias disponíveis era restrito, restando-lhe possessões em África e na Ásia, nem seu território continental na Europa possui saída para os mares do Sul, e possui ainda vizinhos a França, a Áustria e a Rússia, que eram as potências de então.

Portanto, uma expansão alemã territorial (busca de colônias), precisa seguir outro caminho. Como potência tardia, busca marcar posições em áreas não exploradas com intuito de obter terras a explorar.

No entanto, a teoria de Morgenthau (2003) está presente no — *Overseas territories*<sup>21</sup> — e no seu item de suporte de segurança e defesa, cita nominalmente a influência dos interesses nacionais do Reino Unido, com apoio de meios militares, no intuito de assegurar seus objetivos na área.

Morgenthau (2003) sublinha que o poder possui uma variante determinada pelo conhecimento dos motivos<sup>22</sup> e que este mesmo é primordial para o norteamento da política exterior. Recorre, então, a Tucídides “[...] a identidade de interesses é o mais seguro dos vínculos, seja entre Estados, seja entre indivíduos [...]” (MORGENTHAU, 2003, p. 17). Daí o tom dos interesses britânicos na região.

Vislumbra, ainda, que diante de um fato concreto surgem interesses diversos e que *a priori*, os interesses estão condicionados nas leis humanas que visam à sobrevivência, na busca racional de bens que motiva o ser humano a ser empreendedor quando precisa da posse de outro território, para dele extrair riquezas ou fazer proveito de sua condição geográfica.

Em 1833, a noção de conhecimento do mundo era inferior à dos dias atuais, mas já se

<sup>20</sup> *Zollverein*, do alemão, significa: união alfandegária. (Nota e tradução nossa).

<sup>21</sup> *Overseas territories* é o documento britânico de defesa que cuida dos interesses específicos do Reino Unido em suas possessões além-mar. (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 2012).

<sup>22</sup> Conhecimento de motivos, ou seja, enxergar acontecimentos do passado e conjugar com os fatos presentes e seus reflexos no futuro podem influir na decisão de caráter político, bem como apresentar variações de cenário a depender do contexto histórico, cultural e político. (MORGENTHAU, 2003).

pode vislumbrar o reflexo que o território proporcionará em momento futuro, como de fato é visível hodiernamente. Para compreendermos estes interesses e como estes evoluem através das décadas estabelecemos uma ordem cronológica regular, que demonstra como os interesses influirão na ação e na política exterior como manifestação de poder (MORGENTHAU, 2003).

Primeiramente, com já fora exposto, o contexto internacional do século XIX preconizava ao Reino Unido o controle das rotas marítimas, e no caso deste estudo, o extremo sul das Américas, pelo domínio da Passagem de Drake<sup>23</sup>, importante ponto estratégico, que permitiu aos britânicos o sucesso nos conflitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), vencendo a *Kaiserliche Marine*<sup>24</sup>, no que ficou conhecido como Batalha das Falklands, além de ter acesso às riquezas pesqueiras proporcionadas pela região, fonte de sobrevivência da comunidade local.

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), submarinos alemães transitaram pelas águas do Atlântico Norte e Sul, atacando navios mercantes com vistas a afetar o tráfego comercial naval americano e europeu (TEMPONE, 2013). Porém Rohwer (1982) e Gomes Filho (2006) afirmam que esta área para os submarinos alemães era secundária, pois os esforços estavam concentrados em outros teatros de operações, mas próximos do front europeu da guerra.

Passado o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o interesse britânico pelo arquipélago diminuiu. Porém, o mesmo é reativado uma vez da confirmação da viabilidade da exploração de riquezas, o que leva o Reino Unido a “[...] manter uma presença constante e ativa na defesa de seus interesses estratégicos no Atlântico Sul é como uma das possíveis fontes de sustentação das Ilhas[...]”<sup>25</sup> (MARGHERITIS, 1991, p. 119) o que justifica as volumosas somas de investimento militar britânico em ascensão na região, em detrimento da paulatina redução nos investimentos da *Royal Navy*<sup>26</sup>, que poderia ficar restrita “[...] à utilização de submarinos nucleares e aviação de patrulha marítima [...]”. (SILVA, 1984, p. 11).

A posse do arquipélago proporciona dentro de um posicionamento estratégico a

<sup>23</sup> Passagem de Drake - também conhecida como Estreito de Drake, constitui no trecho de menor distância entre o extremo sul da América do Sul e o continente Antártico, cuja largura tem aproximadamente 860 km, conhecido por ser a área onde se registram as piores condições climáticas do globo. (CARVALHO, 2013).

<sup>24</sup> *Kaiserliche Marine*, do alemão, significa: Imperial Marinha Alemã. (Nota e tradução nossa).

<sup>25</sup> Esta afirmação corrobora com os ditames de ausência de investimentos do Reino Unido após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), devido a necessidade de realocar recursos para reconstrução e recuperação após a Guerra, [...] (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 1981).

<sup>26</sup> *Royal Navy*, do inglês, significa: Real Marinha Britânica. (Nota e tradução nossa).

liberdade de navegação, seja militar ou comercial, caso haja óbices nos canais artificiais<sup>27</sup> de Suez (Egito), como ocorreu em 1956 ou ainda do canal do Panamá, bem como reivindicar territórios no continente antártico, o que vai exposto em capítulo posterior.

A contrassenso, a perda constante da imagem de poder pelo Reino Unido dada pela redução de sua capacidade militar poderia trazer um efeito cascata nos seus domínios ultramar, em especial as reivindicações argentinas nas Ilhas Malvinas, as pretensões espanholas em Gibraltar e as negociações britânicas com a Venezuela na região do Essequibo. (TEIXEIRA, 1992, p. 21)<sup>28</sup>.

Logo, serão postos em xeque os interesses nacionais haja vista que a situação econômica britânica em desativar meios, sem fazer a devida reposição está na contramão da teoria exarada por Morgenthau (2003). Portanto, os interesses nas Ilhas Malvinas podem ser agrupados em duas frentes: os interesses nacionais com viés econômico e os interesses nacionais permeados de poder estratégico-militar.

Por ser a prudência a virtude mais salutar da política, Morgenthau (2003) aduz que a esta deve ser permeada por análise de tempo e do lugar. Portanto, ética e moral auxiliam como meios de obter do decisor estratégico uma ação previamente estudada, mas é descartável para analisar o comportamento, sendo, assim, autônoma não se vinculando a nenhuma outra ciência, pois estará norteada de regras e princípios aos qual o político utiliza para tomar decisão.

Ainda em Morgenthau (2003), a política internacional deve ser guiada por princípios básicos que preconizam de forma objetiva a sua conduta, ao demonstrar poder ante os demais Estados. Por isso, o Reino Unido ao deslocar uma força-tarefa ao cenário do conflito de 1982 teve o condão de demonstrar poder, mesmo com sucessivos cortes orçamentários em seus meios de defesa, mas não sem utilizá-las para “[...] preservação da soberania (*summa potestas*)<sup>29</sup> [...]” (CASTRO, 2016, p. 326), pois somente uma força devidamente equipada pode expor durante o conflito armado “[...] seus objetivos primordiais à revelia de qualquer impedimento jurídico transnacional [...]”. (CASTRO, 2016, p. 327).

Cabe destacar que as riquezas provenientes da região aguçam e sobrepõem os

---

<sup>27</sup> Construídos pela ação do homem com intuito de diminuir distâncias entre a Europa, Américas, Ásia e Extremo Oriente. Com sua construção, os canais de Suez e do Panamá (COELHO, 2011, não paginado) diminuíram a importância estratégica das antigas rotas comerciais do século XVI.

<sup>28</sup> Com o movimento de descolonização, muitos países obtiveram independência. Porém, o Reino Unido impossibilita a discussão de entraves, o que lhe permite obter posição estratégica relevante, confirmando sua posição de Império colonizador. (RIBEIRO, 1978).

<sup>29</sup> *Summa potestas*, do latim, significa: o poder do mais alto, o supremo poder. (Nota e tradução nossa).

interesses dos países envolvidos, visto o potencial econômico de recursos renováveis e não renováveis que podem trazer impactos em suas economias. Por isso o interesse na política baseada no poder, conforme a Teoria do Realismo Clássico de Morgenthau.

## 2.2 O REINO UNIDO E A ESTRATÉGIA NA OBRA DE ALFRED THAYER MAHAN

O Reino Unido, pela sua própria constituição geofísica, possui vantagens naturais por possuir saídas múltiplas ao mar aberto, o que estimula a navegação comercial e a formação de fortes esquadras, visando a defesa de seu território insular, e esse desenvolvimento vai transformar esta nação na potência naval da época, inclusive corroborando com os ditames de Mahan (1987) ao indicar a presença britânica no mundo em qualquer lugar onde sua frota estiver localizada. (WIGHT, 2002, p. 54), inclusive Wight (2002) relembra que o Almirante Nelson utilizava a presença da Marinha Britânica como um fator dissuasório, sendo altamente relevante nas negociações com os demais estados-nação.

Nesse sentido, a teoria de Mahan (1987)<sup>30</sup> tem seu ponto nuclear na manutenção em: comércio, transporte e colônias, bem como para se estabelecer como potência, a necessidade de controlar pontos de apoio nas costas da Eurásia. (VISENTINI, 2012).

Estes três quesitos acima exarados auxiliam no entendimento da geopolítica britânica nas *South Atlantic overseas territories*<sup>31</sup> e requerem atenção nas atualizações periódicas dos documentos de estratégia de segurança nacional britânica<sup>32</sup>, nas quais salientam entraves presentes e futuros, e sinalizam cenários e inversões nos seus territórios no Atlântico Sul, em consonância com a teoria *mahaniana*, e que para isso pode “[...] fazer necessário o uso da força se seus interesses forem violados [...]”. (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 2010, p. 3).

O Atlântico Sul, em aspectos gerais é observado estrategicamente por ser via de acesso a Antártida e pertencer a rota Drake-Magalhães-Cabo da Boa Esperança. Por isso é

---

<sup>30</sup> Alfred Thayer Mahan foi um oficial da marinha dos Estados Unidos da América que se notabilizou por ser um dos maiores estrategistas navais. Sua principal obra – *The influence of sea power upon history 1660-1783* –, influencia estudiosos e militares, bem como as marinhas do mundo, que utilizaram de suas lições para aprimorar meios e fazer investimentos para os combates que vão desde a Primeira Guerra Mundial (1914- 1918) até os conflitos atuais. (MAHAN, 1987).

<sup>31</sup> *South Atlantic overseas territories*, do inglês: Territórios Ultramar do Atlântico Sul. (Nota e tradução nossa). Nesses territórios estão incluídas o arquipélago Malvinas (CARVALHO, 2016).

<sup>32</sup> Diversos são os documentos de estratégia britânica, que sofrem revisões periódicas e assim buscam trazer a fotografia da conjuntura do momento em questão, com implicações nas áreas sociais, econômica, política, militar, bem como de eventuais conflitos ou mesmo de ataques terroristas que mereçam um reordenamento ou afirmação de política anterior, explicitando quais ações devem ser privilegiadas e qual o momento mais oportuno para sua realização. (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 2010).

verdadeiro afirmar que o arquipélago constitui uma conexão entre os Oceanos Atlântico, Pacífico e Índico<sup>33</sup> (isso em conjunto com outras posições britânicas no Atlântico Sul), confere ao Reino Unido uma rota oceânica na bacia atlântica, pois pode assegurar bases de apoio em caso de necessidade de auxílio à Marinha Mercante ou mesmo à Marinha de Guerra.

Desta feita, a estratégia exarada no– *Securing Britain in the age of uncertainty: the strategic defence and security review (2010)* –, destaca o papel intervencionista do Reino Unido nas suas possessões marítimas, e no caso desta pesquisa prescreve a necessidade perene de força com base nas Ilhas Malvinas mantendo, com vistas também nas Ilhas Geórgias do Sul e Sandwich do Sul.

Carvalho (2016) expõe que esta atitude estratégica britânica visa proteger os interesses da prosperidade da nação, envolvendo seus cidadãos em qualquer parte do globo, bem como a influência que este pode exercer sobre outras coletividades, ou seja, o fato da presença é relevante como meio de exarar e renovar constantemente seu poder.

No que tange ao enfoque de proteção aos habitantes das ilhas, que não consideram a hipótese de estarem subordinados à Argentina, mostra o poder dissuasório britânico, que teve em 1982, um conflito armado, vencido pelos britânicos, mas ainda não liquidado. Essa tensão crescente, que não se encontra resolvida, pode levar a militarização da região, pois há a defesa enfática do Reino Unido em enfrentar quaisquer ameaças que possam surgir em seus territórios ultramar, como nas Ilhas Malvinas.

O segundo enfoque diz respeito ao poder do Reino Unido e de seus valores que preconizam e reproduzem o modo britânico de sociedade nas localidades às quais possui influência, que Ferguson (2011) denomina – *angloglobalização* –, e que se encontra arraigado dentro da estrutura da *Commonwealth*<sup>34</sup>, sendo eficaz para disseminar e multiplicar os ideais britânicos nos demais países do globo.

A terceira percepção menciona a promoção da prosperidade e para a obtenção desta se faz necessário concatenar os dois elementos anteriores, pois somente com seus meios de defesa preparados para impelir eventuais ameaças e a consignar ideias no seio da população que está sob seu controle, será possível imprimir a segurança no coletivo e assim, permitir sensação de tranquilidade e paz.

<sup>33</sup> Proporciona um movimento triangular e cria uma grande bacia dentro do Atlântico Sul. (CAROU, 1995).

<sup>34</sup> Formada por estados soberanos que tem objetivo de compartilhar e cooperar com valores comuns, como democracia, estado de direito, livre comércio, direitos humanos e paz mundial. Ressalte-se que excetuando Ruanda e Moçambique, as outras nações são oriundas do Império Britânico. Atualmente conta com 52 países associados. (THE COMMONWEALTH, 2017).

Para Ribeiro (1978), este ideal vincula-se com a de dominação a outros povos e regiões que se fortalece graças a transposição de riquezas das colônias e, por conseguinte, ofertar relativo desenvolvimento civilizatório, porém, não superior ao da metrópole, conferindo-lhe intercâmbio desigual de produtos, no caso deste trabalho para aplacar benesses à população britânica.

A teoria de Mahan perpassa sua época e está presente além de seu tempo. O Império Britânico, ao compor uma rede de ilhas e portos para seu uso comercial e estratégico, tinha como vertente o uso como bases navais para reabastecimento, com intuito de proporcionar mobilidade a frota. (KÄMPF, 2016)<sup>35</sup>. No caso das Ilhas Malvinas, este controle permite além do controle das rotas de comunicação no Atlântico Sul, refletir nos mares antárticos nos quais o território malvinense projeta em sua circunferência.

Possui poder naval sem conjugar o comércio e as colônias sufocaria as pretensões de domínio do Reino Unido. Esse é o motivo que Mahan (1987) expõe para justificar uma Marinha de Guerra, que teria a função de proteger a Marinha Mercante (BANDEIRA, 2009)<sup>36</sup>, bem como segundo garantir o trânsito livre de pessoas e bens visando o comando do mar. (SILVA, 2014).

Em um ponto Kämpf (2016) e Bandeira (2009) convergem: a conquista de ilhas pelos britânicos nos diversos cantos do globo e adequá-las em pontos de reabastecimento, baseado no estoque de carvão que foi a mola propulsora dos navios do século XIX, o que permitia segundo Mahan (1987) que o conjunto destas ilhas, quando analisadas de um ponto central são fundamentais para controle das colônias e do comércio.

Todavia, há de se asseverar que a aquisição de territórios ultramar precisa seguir o rigor de critérios estratégicos, pois senão as vantagens obtidas serão de forma efêmera e converterão em enormes encargos de manutenção, ou ainda, serem dispendiosas cuja necessidade de investimento será superior aos ganhos dela obtidos (CHEBABI, 1985), anulando investimentos, causando prejuízos econômicos e diplomáticos.

Segundo este pensamento, outorgar a qualidade de “estratégica” a uma possessão ultramar britânica, essa precisa aliar lucro nas trocas comerciais e bases de reabastecimento para que justifique o interesse da metrópole em mantê-la sob sua guarda. Qualquer área que não possua esse pressuposto, e que não precise do suporte e do “*know-how*” britânicos,

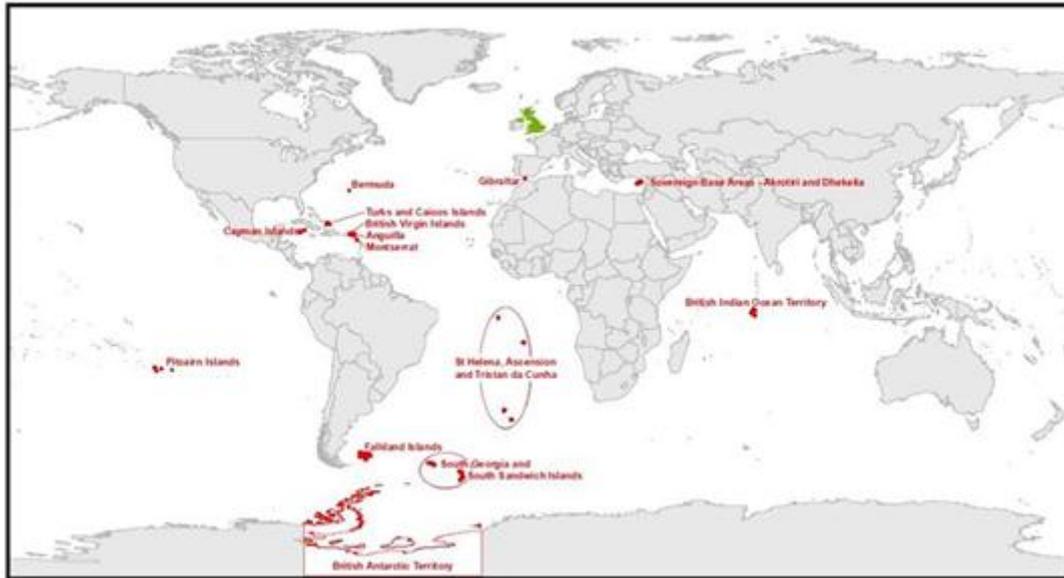
---

<sup>35</sup> Relata-se aqui a importância do controle marítimo e de como o Reino Unido já se encontrava em sintonia com o que Mahan (1987) iria escrever anos depois.

<sup>36</sup> A proteção da marinha mercante indica a importância do modal marítimo nas relações comerciais de um país, bem como é importante salientar que nos dias atuais o comércio feito por via marítima representa o maior volume de bens transportados pelo globo. (BANDEIRA, 2009).

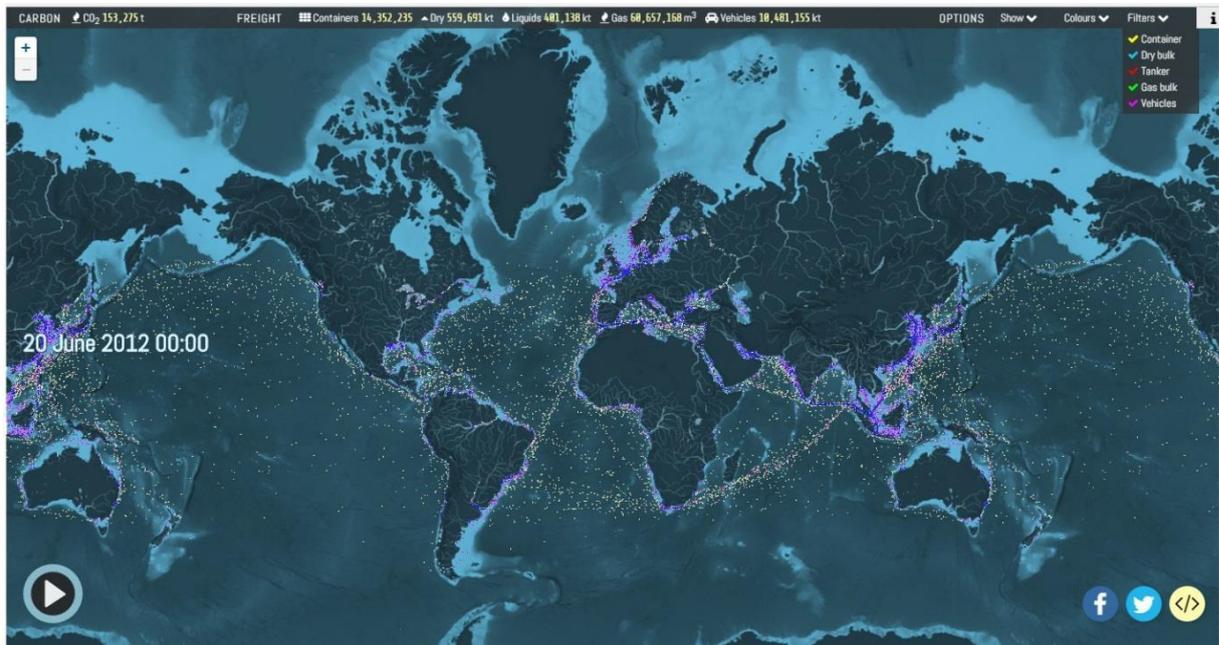
encontra-se passível de obter independência, uma vez do desinteresse da capital e, não, por se vincular ao processo de autodeterminação dos povos, defendido pela ONU.

Figura 2 - Mapa dos territórios ultramarinos britânicos



Fonte: HER MAJESTY'S GOVERNMENT, 2012, p. 2.

Figura 3 – Mapa com 250 milhões de *data points* mostrando a movimentação global da frota mercante: contêineres, carga seca, combustíveis, gás e veículos, com a emissão de CO<sub>2</sub>, no ano de 2012



Fonte: KILN, 2012

A visualização dos mapas acima permite tirarmos lições no que diz respeito ao tráfego comercial marítimo. Dessume-se, pela observação do primeiro mapa, as possessões britânicas no globo. Contudo, manteremos o foco destas no Oceano Atlântico que, numericamente, apresenta maior presença britânica. É importante ressaltar que essas ocupações foram realizadas antes da abertura de canais como o de Suez<sup>37</sup> e o Panamá<sup>38</sup>.

Porém, caso algum desses canais artificiais venha a ser fechado por medida política ou militar, como ocorreu com Suez (COUTAU-BÉGARIE, 1985) a rota voltará a ser utilizada como alternativa para não atrapalhar o fluxo do comércio global, bem como haverá a tentativa de viabilizar rota através do Ártico (SILVA, 2014). Portanto, o Reino Unido busca manter estes territórios sob seu controle para ter portos seguros para suas operações civis e militares.

Chama-nos a atenção a quantidade de cidadãos que trabalham exclusivamente com Defesa e Segurança na região, por parte do Reino Unido. O efetivo de 1.300 militares, contando com o apoio de 50 civis e 700 prestadores de serviço, o que perfaz um total de

<sup>37</sup> Via navegável artificial em nível do mar localizado no Egito (África), entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho. (COELHO, 2011, não paginado)

<sup>38</sup> Via navegável artificial em nível do mar localizado no Panamá (América Central), entre os oceanos Pacífico e Atlântico. (COELHO, 2011, não paginado).

2.050 pessoas para uma população de 2.563 cidadãos<sup>39</sup>, o que demonstra um alto índice se correlacionarmos população civil e forças preparadas para a defesa dos kelpers.

Acrescenta-se a esta força a disponibilização de equipamentos britânicos com intuito de demonstração de força e de poder<sup>40</sup>, em especial para a Argentina, que reivindica junto a foros internacionais a soberania do arquipélago, com abertura de negociações, para solução definitiva desta questão.

O Império Britânico, outrora vasto e imenso, sofre uma onda de descolonização de colônias mais lucrativas após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), permanecendo com enclaves pequenos, mas importantes estrategicamente, e com exceção do arquipélago das Ilhas Malvinas não há outro entrave que queira a independência<sup>41</sup>. Essa foi uma das grandes lições de força deixadas pelos britânicos em 1982, pois se alguma outra nação lhe desafiar, irá se defender com seus meios com rápida capacidade de mobilização.

Importante mencionar que o Reino Unido possui artefatos nucleares de capacidade dissuasória de amplitude que leva ao desestímulo de outras nações a lutarem contra estes. A exceção se faz ao caso de Hong Kong que foi devolvida à China em 1997 não pelo meio da força, mas sim pela expiração de prazo de tratado<sup>42</sup> que já lhe garantia à última a devolução do território.

A influência de Mahan (1987) no tocante ao aspecto dos pontos de passagem salienta que em caso como o das Ilhas Malvinas, a mensagem de poder e respeito em relação a outros estados, inserido no arcabouço de concepção política e estratégica (REIS, 2014)<sup>43</sup>, há a

---

<sup>39</sup> *Our growing community of 2563 people is diverse; with people from over 60 nations living in the Islands we are a truly cosmopolitan society.* (FALKLAND ISLANDS GOVERNMENT, 2012b, não paginado).

<sup>40</sup> No tocante a presença naval, a disponibilização de força conta com um navio patrulha permanente com base nas Ilhas Malvinas e jurisdição nas Ilhas Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e no Território Antártico Britânico. Outrossim, para apoio da operação acima descrita há o reforço de uma fragata real ou destróier com suporte de um petroleiro para a tarefa de patrulha no Atlântico Sul. (HER MAJESTY'S GOVERNMENT, 2012, p. 5)

<sup>41</sup> No caso das Ilhas Malvinas, o Reino Unido e os ilhéus procuram salientar a autodeterminação, para refutar interesses argentinos. (CHIARETTI, 2017).

<sup>42</sup> Através do tratado de Nanjing (Nanquim), que fora um dos tratados injustos impostos à China pela Inglaterra durante a Guerra do Ópio (1839-1842), que visava a abertura do Império Chinês da dinastia QING (1644- 1912) as nações industrializadas europeias. (OLIVEIRA, 2015). Uma das cláusulas deste tratado consentia na entrega irrevogável da área insular de Hong Kong à Inglaterra e, em 1898, um acordo estabeleceu a entrega formal da soberania aos britânicos pelo prazo de 99 (noventa e nove) anos. Negociações iniciaram-se em 1982 e em 1984 fora firmado novo acordo estabelecendo a devolução aos chineses na meia-noite do dia 01 de julho de 1997, quando Hong Kong volta a ser parte da China, mas como Região Especial Administrativa, conservando seus costumes pelo período de 50 (cinquenta) anos, a se expirar em 2047.

<sup>43</sup> O mar como elemento relevante definidor de atuação política e estratégica. No caso do Atlântico Sul, a preocupação destacada em Reis (2014) está no controle do Canal de Drake que liga os Oceanos Pacífico e Atlântico, sendo um *choke point* vital, para o comércio marítimo, bem como no colar de ilhas que estão de posse do Reino Unido, que formam uma linha de norte a sul entre a América do Sul

preocupação de um novo conflito pela posse das ilhas exacerbado pela divulgação do potencial de recursos (ROBINSON apud OLIVEIRA, 2011)<sup>44</sup>, que mesmo incertas, atrai a cobiça de potências. (COGGIOLA, 2012). Mesmo se considerarmos o peso do desenvolvimento tecnológico, político e econômico pela passagem do tempo, Till (1988) reafirma que para analisar os rumos estratégia marítima contemporânea não se pode ignorar os elementos demonstrados por Mahan.

Para Boniface (2015), a importância de se estudar Mahan reside no fato de ser “[...]um imperialista, simplesmente por não ser isolacionista [...]” (BONIFACE, 2015, p. 48)<sup>45</sup>, que preconiza acerca a força do poder marítimo em detrimento do poder terrestre defendido por Mackinder (1902)<sup>46</sup>, bem como enfatiza o uso da estratégia e tática para as Relações Internacionais e a tentação de países europeus em buscarem territórios com vácuos de poder e riquezas a explorar, em qualquer parte do globo.

Complementando Boniface (2015), Brotton (2012) ao fazer releitura da obra de Mackinder de 1902, – *Britain and the British seas* –, aduz as vantagens britânicas, que lhe permitiu o controle dos mares sob a égide de ser insular e ao mesmo tempo universal, o que possibilita extrair recursos oriundos do mar sem aquiescência de outras nações.

Ao outorgar o ideal de *britanidade* à população de suas possessões, temendo futuras reivindicações territoriais ou pedidos de separação e independência, estabelecendo um liame permanente entre estes, pois “[...] as nações filhas terão crescido até a maturidade, e a Marinha da Grã-Bretanha será transformada na Marinha dos britânicos [...]”. (MACKINDER apud BROTTON, 2012, p. 395).

Para Geoffrey Till (1988) a postura coesa das forças britânicas permitiu superar o óbice da distância física, mesmo com a decisão de Londres em diminuir investimentos e a mudança de direcionamento seguindo o contexto das operações da OTAN, que redirecionou o papel da Marinha Britânica para atuação de conflitos deste porte.

---

e a África.

<sup>44</sup> Toda possibilidade de geração de riquezas gera comoção e conseqüente olhar para aprofundar investimentos, mesmo que estes não sejam confirmados em volume e quantidade, mas o suficiente para gerar alvoroço entre as nações. (MORGENTHAU, 2003).

<sup>45</sup> “[...] *je suis un impérialiste, simplement parce que je ne suis pas isolacionniste* [...]”, do francês. (BONIFACE, 2015, p. 24, tradução nossa).

<sup>46</sup> Teoria do Poder Terrestre, na qual identifica três áreas: o *Heartland*, o crescente interior (ou Marginal) e o crescente exterior (ou insular). Para Mackinder essa teoria suplanta a do poder naval pelo desenvolvimento de novas tecnologias, através da construção de ferrovias e do desenvolvimento do motor. O principal alerta desta teoria está na possibilidade de uma eventual aliança Rússia-Alemanha, pois são áreas que estão no *heartland* e no crescente interior que possuem riquezas, capital humano e possibilidade de desenvolver tecnologias e ameaçar o poderio britânico, por isso, a investida de Londres para manter esses dois gigantes separados. Segundo Mackinder, o controle do mundo poderia ser dado por aquele que controlasse a Europa Oriental (*heartland*), passando pela Terra Central (crescente exterior) e depois a Ilha Mundial (crescente interior). (MACKINDER, 1902).

Till (1988) ressalta o uso do poder naval na condução de guerras limitadas, em conformidade de pensamento com outros estrategistas marítimos como Francis Bacon e Corbett (TILL, 1988, p.266). Ao analisar conflitos desta natureza se faz imperioso coordenar as forças armadas sob o comando do líder que aglutine para si os ônus e os bônus do conflito, bem como não haja restrição por parte dos subordinados a seu nome.

Assevera Till (1998) no tocante a administração do conflito pelo Reino Unido ter liderança incontestada em contraste com a rivalidade intraforças argentinas, com sobreposição de papéis e promoção da política sem coesão necessária.

Coutau-Bégarie (1985) vai afirmar que o Brasil não faz uso de um poder natural que deveria ter na região. (COUTAU-BÉGARIE, 1985, p. 15). E, se há um vácuo de poder, este será utilizado por outras nações, pois não nos é cabível compreender geopolítica sem a presença de atores presentes e a busca de potências a preencher as lacunas. Prossegue ainda ao expor que o Atlântico Sul possui uma área de “[...] fantástica reserva de matérias primas [...]” (COUTAU-BÉGARIE, 1985, p. 64)<sup>47</sup> e de que “Os países do hemisfério Sul não são apenas os produtores de conteúdo, eles também são uma área de expansão econômica e cultural que sem eles os países do Atlântico Norte seriam sufocados [...]”. (COUTAU-BÉGARIE, 1985, p. 67)<sup>48</sup>.

Apossando-se desse raciocínio, podemos deduzir como o Reino Unido enxerga a possibilidade de ter acesso a riquezas que por ventura serão prospectadas, bem como controlar o fluxo dessas riquezas pela bacia sul atlântica. Esses motivos levam os britânicos a investirem na região e para desfrutarem de prestígio futuro, pois sua indústria e economia necessitam de riquezas do exterior para capitalizar lucro e garantir assim os seus domínios.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a decadência britânica é patente. Seu protagonismo ficará adstrito a ações na Irlanda do Norte e nos seus territórios além-mar, por isso, explica-se a mobilização para recuperar as Ilhas Malvinas no conflito de 1982<sup>49</sup>, sendo este um momento ímpar de intervenção britânica levando-se em consideração os constantes cortes de investimento e a perda da condição de principal Marinha do planeta. (FERNANDES, 2011).

<sup>47</sup> [...] un fantastique réservoir de matières premières [...]. (COUTAU-BÉGARIE, 1985, p. 64, tradução nossa).

<sup>48</sup> *Les pays de l'hémisphère Sud ne sont pas seulement des producteurs de matières, ils sont aussi une aire d'expansion économique et culturel les aus laquelle le monde nord-atlantiques était asphyxié [...].* (COUTAU-BÉGARIE, 1985, p. 67, tradução nossa).

<sup>49</sup> Fernandes (2011) ressalta que a operação no Atlântico Sul de 1982 foi realizada tendo em vista o ataque argentino, não sendo objeto de recuperação de influência perdida do poderio naval na qual ostentava a *Royal Navy* até o início do século XX.

Ao encerrar este capítulo trouxemos à baila elementos teóricos e documentais que auxiliam no entendimento do empreendimento da política britânica no Atlântico Sul. Reflete-se, portanto, na compreensão da aplicação da política de Estado britânica e de como esta sofre alterações devido à descoberta de riquezas, ou mesmo oriundo de conflitos cujos ditames repousam no controle do tráfego marítimo almejado pelo Reino Unido.

### 3 A GUERRA DAS MALVINAS: CONTEXTO E A REPERCUSSÃO DA GEOPOLÍTICA BRITÂNICA NO ATLÂNTICO SUL

Sabíamos o que tínhamos que fazer, fomos e fizemos.  
A Grã-Bretanha é grande outra vez.  
*Margareth Thatcher*

Neste capítulo trataremos de aprofundar os interesses específicos do Reino Unido na Guerra das Malvinas de 1982 e procurar compreender o desejo argentino de retomada das ilhas, bem como a apresentação de seus protestos junto a comunidade internacional. Analisamos, também, as implicações nas disputas territoriais austrais, tendo em vista o Tratado da Antártica (SECRETARIA DO TRATADO ANTÁRTICO, 2011b).

Assim sendo, na primeira seção, reforçamos a importância estratégica das ilhas, já exarado no primeiro capítulo, porém dissecando os elementos que levam o Reino Unido a manter sua política nas mesmas. Com isso, buscamos auxiliar na resposta do objetivo geral, bem como responder ao objetivo específico de analisar os elementos materiais correlacionando-os com a disposição política britânica de permanência nas ilhas.

Na segunda seção, ao responder ao objetivo específico de compreender o conflito das Malvinas (1982) em seu aspecto político e estratégico, explanamos o papel das grandes potências daquele momento, quais sejam, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, bem como o de organismos internacionais e a sua incapacidade de prevenir o conflito, ao lavrar Resoluções, em especial a 502 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não acatada pela Argentina, bem como a não aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), pela Organização dos Estados Americanos.

#### 3.1 TENTATIVAS DIPLOMÁTICAS EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS ANTES DO CONFLITO

Por meio de protestos formais e nos foros de organismos internacionais, desde o século XIX, a Argentina questiona o processo de discussão sobre a soberania britânica das ilhas. Para Duarte (1986), a Argentina afirma ser a legítima detentora de direitos no arquipélago, pois estão em seu território contíguo, e que fora usurpada de suas possessões.

O Reino Unido se esquia de negociar com a Argentina por possuir interesses estratégicos e econômicos na região. Por maiores que fossem os protestos argentinos, estes não encontravam eco em Londres. Com o papel diminuído do arquipélago após a Segunda

Guerra Mundial (1939-1945), há movimentos por parte de Londres em reduzir investimentos aos ilhéus, mas não alterou o sentimento de pertencimento a comunidade britânica.

Contudo, há aspectos relevantes que permeiam o xadrez desta questão, notoriamente na paulatina redução de investimentos no Exército e Marinha Britânicos, e ainda a perda do controle do canal de Suez no ano de 1956, a solicitação de empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional em 1976, bem como a tentativa de estabelecimento de *lease-back*<sup>50</sup>, mas sem a transferência imediata de soberania das ilhas aos argentinos. Essa somatória de fatores leva o governo de Buenos Aires a entender que, com a capacidade diminuta do adversário, era a hora de empreender a retomada de seu território.

A ideia de aprimorar o *condominium* ou *lease-back* durante a década dos anos 1970 foi rechaçada (DOBSON, 2007), uma vez que, se confirmada a descoberta de petróleo, seria inevitável uma cooperação para ambos os lados: ilhéus e argentinos. No entanto, o óbice para aplicação de uma das soluções acima descrita encontrava resistência, pois os argentinos não levavam em consideração o interesse dos ilhéus e buscavam uma mudança rápida com fulcro a reformas constitucionais.

O Reino Unido propôs o prazo de 30 (trinta) anos para o estabelecimento de *condominium*, o que marca uma geração; e, no caso do *lease-back* o prazo seria de noventa e nove (99) anos, ambos recusados por Buenos Aires, que exigia o prazo de 10 (dez) anos para a transição (DOBSON, 2007).

### 3.2 A ADOÇÃO DA RESOLUÇÃO 502 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

O conflito do Atlântico Sul precisa ser analisado de maneira a entender como um país longínquo como o Reino Unido conseguiu vencer a guerra de maneira rápida e eficaz. Vejamos, o Reino Unido tem assento permanente do Conselho de Segurança da ONU, o que lhe dá poder de veto para a adoção de alguma resolução, bem como os demais membros, a saber: EUA, França, China e Federação Russa (que veio substituir a antiga URSS). Referido conselho ainda é formado por outros 10 (dez) países, denominados rotativos, que possuem mandatos de 2 (dois) anos.

No seio da ONU, a Argentina apresentou uma série de reclamações que conclamam o diálogo com o Reino Unido, porém infrutíferas. Citamos a título de elucidação, à Resolução

---

<sup>50</sup> A diferença de *lease-back* e *condominium* no caso deste trabalho está em que o primeiro estabelece transferência de soberania à Argentina, mas com designação de administração britânica, enquanto no segundo parte do princípio da administração conjunta dos dois países. (DOBSON, 2007).

1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1960), que busca conceder independência aos países e povos coloniais e, ainda, à Resolução 2065 (XX), da Assembleia Geral de 16 de dezembro de 1965, que reconhece a existência de disputa de soberania nas Ilhas Malvinas. (UNITED NATIONS, 1965).

Com o agravamento da tensão e tomada nas Malvinas pela Argentina, o Reino Unido convocou o Conselho de Segurança, cuja manifestação foi a adoção da Resolução 502, datado de 03 de abril de 1982 (UNITED NATIONS, 1982b), e conclamava à Argentina pelo fim imediato das hostilidades.

A Argentina não esperava por esta decisão, obrigando-lhe a retirar suas tropas das Ilhas Malvinas, pois aguardava pelo veto da URSS; declara, ainda, que não aceita os termos da mesma, pelo fato dos Estados Unidos da América não adotarem posição de apoio às pretensões portenhas, nem ao menos de neutralidade. A partir deste momento, os EUA auxiliam o Reino Unido, o que vai ser um dos fatores decisivos do resultado final da contenda no Atlântico Sul. Porém, a decisão americana traz consequências negativas, como o descrédito que as nações latino-americanas no TIAR, bem como a opção da manutenção de suas atenções a OTAN. (VAISSE, 2013).

Este é um dado fundamental para compreendermos a importância do Reino Unido nas questões globais e ao afetar seus interesses, como na Guerra das Malvinas, o peso político sobre os demais membros, e que lhe configura vantagem, é explicitado. Na contenda aqui em análise, o peso do veto está com os britânicos e, aos argentinos, resta-lhe compor com outros atores que possuem o mesmo poder para satisfação de seus anseios.

O Brasil se manifesta pelo cumprimento integral dos ditames que visam à negociação e consequente solução pacífica da contenda, afastando a militarização do Atlântico Sul. Segundo Corrêa (2012), o Brasil exarou seu entendimento em duas oportunidades, ambas por meio de discursos na Assembleia Geral nos anos de 1982<sup>51</sup> e 1983<sup>52</sup>.

### 3.3 A APLICAÇÃO DO TIAR E O CONFLITO DAS MALVINAS

Durante a realização da Conferência Interamericana para Manutenção de Paz e da

---

<sup>51</sup> Na XXXVII Sessão Ordinária em 27.09.1982 pelo presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, que ocupou a Presidência da República no período de 15.03.79 à 15.03.1985. (CORRÊA, 2012).

<sup>52</sup> Na XXXVIII Sessão Ordinária em 26.09.1983 pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, que ocupou o cargo no período de 15.03.79 à 15.03.1985. (CORRÊA, 2012).

Segurança, realizada em 1947, no Brasil, foi firmado o TIAR que encontra abrigo no art. 52 da Carta da ONU que privilegia acordos regionais visando manter a paz e segurança continental, no caso em tela, das Américas.

A ideia motriz do TIAR está consignada em seu artigo 3º, item 1, na qual propugna pela adoção da segurança coletiva continental como princípio basilar em caso de agressor externo ao bloco. É nesse íterim que a Argentina busca abrigar-se para se resguardar dos efeitos da Resolução 502, pois sustenta que a segurança hemisférica está ameaçada, pois fora agredida por um ator extracontinental.

Doravante os resultados se mostraram infrutíferos para a Argentina, que liderados pelos EUA, não aprovaram a aplicação do TIAR nas Malvinas, o que suscitou a desconfiança de outros países do continente, ao observarem que a influência indireta do Reino Unido tenha suplantado o acordo celebrado na cidade do Rio de Janeiro.

O resultado da OEA representou uma vitória ao ator externo, mas os países das Américas ressalvaram o repúdio as medidas de cerceamento financeiro e de reposição dos meios militares dos países da CEE impostas à Argentina. O resultado positivo para a Argentina no seio destas discussões está no posicionamento dos países em reconhecer a soberania argentina ao arquipélago, excetuando-se os países que votaram contra a aplicação do TIAR requerida pelo país latino.

Os Estados Unidos da América replicaram, no seio da OEA, a sua posição já consolidada no Conselho de Segurança, pela aplicação *in totum* da Resolução 502, reiterando a adoção dos termos do dispositivo que impunham a retirada de tropas e imediata cessação das hostilidades. Neste ponto foi seguido por Colômbia, Chile e Trinidad e Tobago, que declararam serem favoráveis a não aplicação do TIAR pelo fato de a Argentina provocar a agressão ao retomar as Ilhas Malvinas. (TRINDADE, 1983).

Segundo eles, a aplicação do TIAR, só seria necessário se a Argentina fosse agredida por país de fora não signatário do tratado e externo das Américas. Nesse sentido, os representantes diplomáticos norte-americanos, relembram a posição por estes adotadas em 1947 e aduzem “[...] ao TIAR ficar sem efeito em relação a disputas territoriais pendentes entre Estados americanos e europeus [...]”. (SILVA, 1984, p. 19; TRINDADE, 1983, p. 274).

Vidigal (1997) sustenta que os interesses estratégicos dos EUA estavam direcionados à OTAN, pois, para eles o TIAR tinha um objetivo mais definido, qual seja, o de defesa a um ataque da ex-URSS, que não tinha interesse neste campo longínquo.

[...] se sucedem as acusações de que os EUA teriam violado os seus

compromissos de segurança com o TIAR [e, conseqüentemente, com os países da América Latina] e as declarações de que o sistema interamericano em sua totalidade, estaria destruído ou, pelo menos, afetado de forma muito grave. O Brasil não pode e não quer ficar indiferente a essa situação. (SILVEIRA, 1982, acervo, nota nossa).

No entanto, o enfraquecimento do TIAR se deu pela recusa dos Estados Unidos da América em apoio à Argentina que, a exemplo do ocorrido no Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotou uma postura tradicional diplomática, na qual aguardava pelo esfriamento de ânimos por parte dos argentinos, adiando, assim, tomar uma posição sobre como auxiliar na contenda.

Para os EUA, a validade do TIAR estava coadunada com o perigo do avanço soviético no continente americano, e o apoio ao Reino Unido foi consequência de uma interpretação estadunidense, na qual a Argentina teria iniciado o confronto (TRINDADE, 1983), o que torna ilegítima a invocação do instrumento continental (PINTO, 2015), bem como demonstra a importância marginal que a América Latina possui em relação aos EUA (MATTOS, 1976) e o apoio que estes prezam em primeiro lugar aos seus parceiros da OTAN (SILVA, 2014), que juntamente com o Pentágono solicitaram junto ao presidente dos EUA, Donald Reagan, incrementos de natureza bélica no Atlântico Sul. (VISENTINI, 2012).

Os EUA ao tentarem compor um processo de mediação não lograram êxito, pois ambos os países justificavam o conflito como meio de atender seu público interno, aliado a intransigência dos dois lados em ceder em suas pretensões. Mas, os EUA ao não apoiarem a aplicação do TIAR arcarão com o custo de ver deterioradas e enfraquecidas futuras tratativas com a América Latina, principalmente em laços de cooperação militar. (VISENTINI, 2012).

### 3.4 ATLÂNTICO SUL: GEOECONOMIA E GEOESTRATÉGIA NA REGIÃO DAS ILHAS MALVINAS

A população malvinense expressa em inglês, sendo possível a comunicação pela língua espanhola. A moeda corrente é Libras das Malvinas (FKP)<sup>53</sup>. O Reino Unido custeia a defesa do território ultramar e que lhe custa 0,177% do seu orçamento de defesa anual. (FALKLAND ISLANDS GOVERNMENT, 2012b, não paginado).

O clima em geral se mostra severo e sofre influência de correntes frias vindas do Sul, trazendo ventos oceânicos frios com velocidade média de 30 km/h, mas que podem atingir velocidade de até 150 km/h (BECK, 2013). Por isso, a temperatura é constantemente baixa e as poucas árvores existentes foram objeto de plantio realizado pelo homem.

---

<sup>53</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017, não paginado.

Silva (1984) et al Vidigal (1985) citam as altitudes do arquipélago que variam entre 390 a 685 m acima do nível do mar e, ao se referir ao transporte, a modalidade mais utilizada é a de via aérea, dada a pouca quantidade de estradas que guarnecem as ilhas (cerca de 45 km), sendo os principais aeroportos, o da capital, Port Stanley, seguidos os aeroportos da ilha de *Pebble* e o de *Goose Green*.

A Geoeconomia<sup>54</sup> nas Ilhas Malvinas apresenta uma gama de recursos minerais (petróleo, gás, nódulos polimetálicos) e alimentares (cardumes transoceânicos). Estes itens somados representam uma quantia incalculável de recursos, o que acossa os países pela primazia e gerência da administração de tais riquezas.

Tais recursos ganham especial destaque na indústria, com vistas à produção de fármacos, vacinas e cosméticos, sendo cediço o enorme apetite por vultosos lucros advindos da exploração de riquezas naturais de países que possuem sua biodiversidade mais preservada.

No campo alimentar, a pesca de lula argentina (*illex argentinus squid*) tem direcionamento aos mercados asiáticos e a produção das Malvinas responde por cerca de 10% da oferta mundial, estando presente no alto-mar e no litoral argentino e tem a espécie de *lula gahi*, encontrado praticamente no litoral recortado das Ilhas Malvinas. Em 1987, com a criação da Zona de Proteção à Pesca, o governo local estimulou a outorga de licenças, que só em 2012 movimentaram cerca de 60% do PIB local.

Acresce-se a estes dados de 2012 mostram que a pesca movimenta cerca de £ 20 milhões de libras esterlinas/ano e outros £ 6 milhões são utilizados para pesquisa e segurança marinhas, com intuito de preservação das espécies na época de reprodução e de combate a pesca predatória. (FALKLAND ISLANDS GOVERNMENT, 2012a, não paginado). Merece destaque o fato de já ter havido cooperação do governo das ilhas com o governo de Buenos Aires através da Comissão de Pescas do Atlântico Sul que perdurou por quinze (15) anos (1990-2005), onde a cooperação técnica entre os governos visava à conservação dos cardumes.

O arquipélago apresenta-se impróprio para atividade agrícola dada a composição de seu solo, que é ácido e infértil, e as poucas áreas que podem ser destinadas a alguma atividade agrícola estão localizadas na ilha Soledad, onde há a atividade de criação de ovelhas. (DUARTE, 1986).

O desenvolvimento da atividade pastoril é relevante e está intrinsecamente conectado

---

<sup>54</sup> Diz respeito aos estudos geográficos, inseridos na lógica geopolítica, que se referem aos recursos naturais que uma determinada área possua. (CAROU, 1995)

com a cultura local, pois a ovelha, ao representar a principal atividade do arquipélago tem sua fisionomia estampada na bandeira, no brasão de armas e na moeda local.

O rebanho conta com aproximadamente 600 mil ovelhas (PALACIOS, 2010) e a atividade, que era basicamente de criação de ovinos e exportação de lã, evoluiu no ano de 2002 com a possibilidade de exportação de carne e ovelha basicamente para os países europeus.

Ressalta-se também que a atividade turística é presente nas ilhas, com a presença de transatlânticos, notadamente no período do verão, onde turistas podem ter contato com a flora e fauna do local, principalmente pinguins.

O PIB é estimado em aproximadamente USD 220 milhões<sup>55</sup> e aproximadamente 70% de suas exportações tem como destino o mercado dos países da UE, sendo o pescado seu principal produto. (DEUTSCHE WELLE, 2017, não paginado).

Contudo, o cerne do embate atual diz respeito ao volume dos hidrocarburetos (petróleo e gás), que se faz presente visto o desenvolvimento de áreas de exploração com finalidade de atender às crescentes necessidades do globo, o que pode levar os Estados Unidos da América a interferir na produção da bacia no Atlântico Sul, seja na costa americana oriental, como na ocidental africana. (REYES; GONÇALVES, 2009). Cabe destacar o trabalho da – *British Geological Survey* (BGS)<sup>56</sup> –, que em 2010 anunciava a preparação de empresas para explorar petróleo na bacia malvinense (BRITISH GEOLOGICAL SURVEY, 2010), cuja possibilidade de existência de reservas pode atender a uma demanda de produzir aproximadamente de 500.000 barris/dia (BANDEIRA, 2012, não paginado)<sup>57</sup>, a uma profundidade de 2700 metros ao redor de uma área de 400.000 km<sup>2</sup> e estimado em 60.000 milhões de barris<sup>58</sup> (NIKANDROV, 2012, não paginado), podendo

---

<sup>55</sup> Dólar dos Estados Unidos da América, o que representa no câmbio para o Real Brasileiro a quantia aproximada de R\$ 687 milhões (USD 1 = R\$ 3,12 cotação banco central data de 28 mar. 2017). (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017, não paginado).

<sup>56</sup> O *British Geological Survey* é um instituto que trabalha com a pesquisa geocientífica do Reino Unido e sua plataforma continental por meio de sistemática de vigilância e de monitoramento. (BRITISH GEOLOGICAL SURVEY, 2017).

<sup>57</sup> Zona Econômica Exclusiva é uma área determinada pela Organização das Nações Unidas pela Convenção de Montego Bay, também conhecida como Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (em inglês pela sigla UNCLOS), que determina o limite de 200 milhas náuticas da costa nas quais o país detentor desta fronteira possa fazer uso de exploração de riquezas na qual têm prerrogativas na utilização dos recursos, tanto vivos como não-vivos, e responsabilidade na gestão ambiental. (UNITED NATIONS, 1982a).

<sup>58</sup> Produção a ser prospectada e possivelmente confirmada em estudos futuros. Desde 2010, já é de conhecimento que os campos de Sea Lion (petróleo), Casper (gás e petróleo), Casper Sul (gás e petróleo), Berveley (gás), Liz (gás), Darwin (gás). Porém, outros campos mostram possibilidade de encontrar riquezas como o poço de Loligo. (FALKLAND ISLANDS GOVERNMENT, 2013, não

chegar a 200 milhões de barris (FALKLAND ISLANDS GOVERNMENT, 2013, não paginado) mesmo com as adversidades climáticas severas na região que, aliadas a exploração de alto custo podem inviabilizar o projeto de exploração.

Na busca por encontrar petróleo e gás, o sitio governamental das *Falklands* informa que onze (11) poços de petróleo foram perfurados no período 2010-2012 e que podem gerar divisas na ordem de 350 milhões de barris a partir de 2017, bem como 02 (dois) poços em águas profundas. Os poços de águas profundas, sendo um deles o de Darwin Leste poderá ter capacidade de 263 milhões de barris de óleo e de 73.623,8 milhões de m<sup>3</sup> de gás (LANUS, 2016, p. 462).

Não é possível descrever com exatidão a quantidade a ser prospectada dos poços perfurados nas bacias das Ilhas Malvinas<sup>59</sup>, mesmo porque muitas licenças outorgadas não lograram êxito em encontrar minerais em quantidade razoável para sua retirada ou, ainda apresentam grandes dificuldades na prospecção o que torna antieconômico a exploração ou ainda, apresentam grandes dificuldades na prospecção, o que torna antieconômica a exploração, necessitando de estudos futuros, bem como a viabilidade de extração destas riquezas.

Já na análise dos nódulos polimetálicos, Carou (1995) sustenta que a pouca descoberta no perímetro da ZEE malvinense não impacta significativamente na contenda territorial, mas alerta que na Antártica a quantidade de metais nobres e raros a ser prospectada é de maior intensidade e possui melhor acessibilidade, portanto, aduz a importância da disputa do território pela projeção das riquezas que o continente gelado possui, mesmo que neste momento, por força do Tratado Antártico, estas riquezas não possam ser exploradas, mas reserva-se expectativa para o futuro.

O arquipélago Malvinas merece atenção no seu estudo, pois segundo Silva (1984) a área correspondente do arquipélago "conecta" os Oceanos Atlântico e Pacífico, e por isso, se configura como excepcional área estratégica de defesa e segurança marítima e o controle destas vias de comunicação permitirá influenciar o comércio global que se utiliza da área, bem como de viés militar.

Entretanto, a Geopolítica britânica neste contexto, sofre revisões constantes após o conflito de 1982, nos documentos publicados em 1990, 1998 e por fim em 2010 e que serão objeto de análise em item posterior neste trabalho, onde se verifica quais áreas do globo serão

---

paginado).

<sup>59</sup> Na região localizada ao norte das Ilhas Malvinas a exploração de petróleo tem maiores chances de sucesso, em volumes não confirmados que variam de 4,7 a 8,3 bilhões de barris. (A GUERRA das Malvinas, 2013, não paginado).

destacadas para a atuação militar e de como esta será instrumentalizada.

Hodiernamente, YANAKIEW (2015), dentro da premissa exposta acima informa que o direcionamento destinado ao arquipélago no decênio 2015/2025 custarão aos cofres dos súditos de Sua Majestade a cifra de aproximadamente R\$ 1,1 bilhões, focado principalmente na modernização e aquisição de meios de defesa militar e sustentação da tropa ali existente, que constitui parte significativa dos habitantes locais.

Sob outra ótica, Lanus (2016) alerta que estudos promovidos em 2012 pelo *Royal United Service Institut*<sup>60</sup> mostram que a aproximação argentina de organismos internacionais como OEA, MERCOSUL<sup>61</sup>, UNASUL<sup>62</sup> e CELAC<sup>63</sup> podem forçar a abertura das negociações no território em questão. Sugere, então, que o Reino Unido possa ter uma presença mais constante na América Latina, reabrindo embaixadas e promover a venda de material bélico a países como o Brasil, para assim, afastar os argumentos argentinos.

Mesmo com as atitudes preconizadas pelos britânicos, conforme ressalta Freedman (2007) que no período do pós-guerra buscaram defender as Ilhas Malvinas (*Falklands* segundo o autor mencionado), respeitar os desejos dos ilhéus, rechaçando a ideia de independência das ilhas, para julgo dos interesses britânicos, que os alijam em sua defesa militar e econômica, investindo aproximadamente £ 3,9 bilhões de libras esterlinas<sup>64</sup>, no

---

<sup>60</sup> É um *think tank* britânico independente que promove pesquisas nas áreas de defesa e segurança. (Nota nossa).

<sup>61</sup> O MERCOSUL - Mercado Comum da América do Sul que surgiu através do Tratado de Assunção, em 1991, numa parceria entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Hoje o bloco econômico conta ainda com os Estados Associados: o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004); Guiana e Suriname (2013) e a Bolívia (em processo de adesão). (BRASIL, 2017).

<sup>62</sup> A UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) é um bloco, criado formalmente em 23 de maio de 2008, que visa a fortalecer as relações comerciais, culturais, políticas e sociais entre as nações da América do Sul – privilegiando a integração regional, com destaque a infraestrutura e aos recursos naturais. (BRASIL, 2016).

<sup>63</sup> CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) é um bloco regional intergovernamental composto por 33 países (BRASIL, 2012c). Foi criada em fevereiro de 2010, na Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe. A CELAC é herdeira do Grupo do Rio e da CALC (Cúpula da América Latina e do Caribe). Um de seus principais objetivos reside em coordenar políticas em nível regional, possibilitando a integração entre os países da América Latina e Caribe e é nesse objetivo o escopo na qual os países desse bloco manifestam-se sobre os reclamos argentinos sobre as Ilhas Malvinas. É composta pelos seguintes países: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, Trinidad e Tobago, São Vicente e Granadinas e Suriname.

<sup>64</sup> Não é possível fazer conversão de real valor, devido ao padrão monetário brasileiro ter sofrido modificações na década de 1980 e 1990, e o valor que pode ser apurado não traduz numericamente

período de 1982/1988, sendo que para o desenvolvimento econômico foram alocados £ 30,5 milhões de libras esterlinas<sup>65</sup> e o restante destinados a assuntos com enfoque tipicamente militar, conforme dessume Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 -Custo da campanha das Falklands e de reconstrução<sup>66</sup> (*Cost of Falkland campaign and reconstruction*)

	<b>1982/3</b>	<b>1983/4</b>	<b>1984/5</b>	<b>1985/6</b>	<b>1986/7</b>	<b>1987/8</b>	<b>Total</b>
<i>Campaign</i>	700	190	310	280	190	120	1790
<i>Garrison*</i>	200	530	440	330	250	250	2000
<i>Rehabilitation</i>	10	5					15
<i>Compensation</i>	3,5	1,5					5
<i>Mine Clearance**</i>		2					2+
<i>Economic Development</i>	2,5	10	8,5	4,5	3	2	30,5
<b>Total</b>	<b>916</b>	<b>738,5</b>	<b>758,5</b>	<b>614,55</b>	<b>443</b>	<b>372</b>	<b>3842,5</b>

*£ million in 1982/3 prices*

*\*Including airfields and detriment minimising measures*

*\*\*Judged unquantifiable after 1983/4*

Fonte: FREEDMAN, 2007, p. 678

Porém, eventual mudança de posição a ser adotada pelos Estados Unidos da América há de ser avaliada, pois “[...] ao manter sua influência na América Latina e, seguindo seus próprios interesses, podem chegar a favorecer a posição argentina sobre as Malvinas [...]” (LANUS, 2016, p. 386). A Figura 4 nos mostra a Geoestratégia do Atlântico Sul.

---

em valor confiável para efeito de estudo, por isso, não será realizada a conversão de moedas, o sítio eletrônico do Banco Central do Brasil (BACEN) permite converter moedas a partir de 01/02/1999, época posterior da citada no texto. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

<sup>65</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

<sup>66</sup> Tradução nossa.

Figura 4 - Geoestratégia do Atlântico Sul



Fonte: MONTEIRO, 2014

Conforme a apresentação do mapa acima, a questão do controle da Passagem de Drake é vital para o Reino Unido, pois representa o elo de ligação bioceânico (VAISSE, 2013) e, em tempos de Guerra Fria, o controle desta posição em conjunto com as linhas que representam as rotas Natal-Dakar e a do cabo da Boa Esperança poderiam ser rotas a serem utilizadas pelos submarinos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O controle do Estreito de Drake juntamente com as Ilhas Malvinas e a periferia da península antártica permite formação de um triângulo estratégico, que segundo Freedman e Gamba (2012), subsiste para gerar impulso nas economias locais, trazendo prosperidade e segurança, conforme preconizado nas escolas geopolíticas de Argentina, Brasil e Chile, por isso o interesse crescente na região.

O ambiente geoestratégico na qual as Ilhas Malvinas estão inseridas permitem algumas implicações que levam a militarização da região. Para Carou (1995) verifica-se o panorama pela construção de bases militares de inteligência<sup>67</sup>, tendo em vista o controle do tráfego marítimo (de superfície ou submerso), o que permite ao Reino Unido montar uma rede de refúgio de submarinos nucleares nos mares austrais.

<sup>67</sup> Devido a manutenção do clima de discussões e agressões sobre a soberania do arquipélago, o Reino Unido com intuito de preservar seus interesses na região, constrói em Mount Pleasant a maior e mais sofisticada base aérea naval do Atlântico Sul, com capacidade de receber e mobilizar submarinos nucleares e formado por militares de elite. (ESPECIALISTAS..., 2012).

### 3.5 PROJEÇÕES DE PODER NA ANTÁRTICA

A discussão que será travada a partir do momento que o Tratado da Antártica (ou Tratado de Washington), assinado em 1959, com início de vigência em 1961, cessar seus efeitos, pois a regra imposta no artigo IV, item 2<sup>68</sup>. (SECRETARIA DO TRATADO ANTÁRTICO, 2011b) veda a apresentação de novas reivindicações ou ainda ampliação das reivindicações existentes relativa à soberania territorial.

Doravante o Protocolo de Proteção Ambiental do Tratado Antártico, também conhecido como Protocolo de Madri, assinado em 1991 pelas Partes consultivas do Tratado Antártico, que decidiu pela suspensão da exploração econômica de recursos naturais na Antártica até o ano de 2048, conforme explicita os artigos 7<sup>69</sup> combinado com o artigo 25, item 2<sup>70</sup>. (SECRETARIA DO TRATADO ANTÁRTICO, 2011a), ou seja, o Reino Unido não poderá explorar de forma imediata os recursos econômicos dada a proibição taxativa do documento citado, bem como na sobrepujança do interesse da humanidade em detrimento dos interesses territoriais de nações soberanas, estampados no preâmbulo do Tratado.

Lanus (1984) aduz que os países envolvidos nesta contenda possuem reclamações superpostas oriundas da projeção malvinense que ainda precisam ser visualizadas com a ZEE do arquipélago, conforme dessume a leitura combinada dos artigos 55<sup>71</sup> e 57<sup>72</sup> da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (UNITED NATIONS, 1982a), na qual dita um regime jurídico específico e confere outorga aos Estados para exploração de recursos naturais.

---

<sup>68</sup> Ningún acto o actividad que se lleve a cabo mientras el presente Tratado se halle en vigencia constituirá fundamento para hacer valer, apoyar o negar una reclamación de soberanía territorial en la Antártida, ni para crear derechos de soberanía en esta región. No se harán nuevas reclamaciones de soberanía territorial en la Antártida, ni se ampliarán las reclamaciones anteriormente hechas valer, mientras el presente Tratado se halle en vigencia. (SECRETARIA DO TRATADO ANTÁRTICO, 2011b).

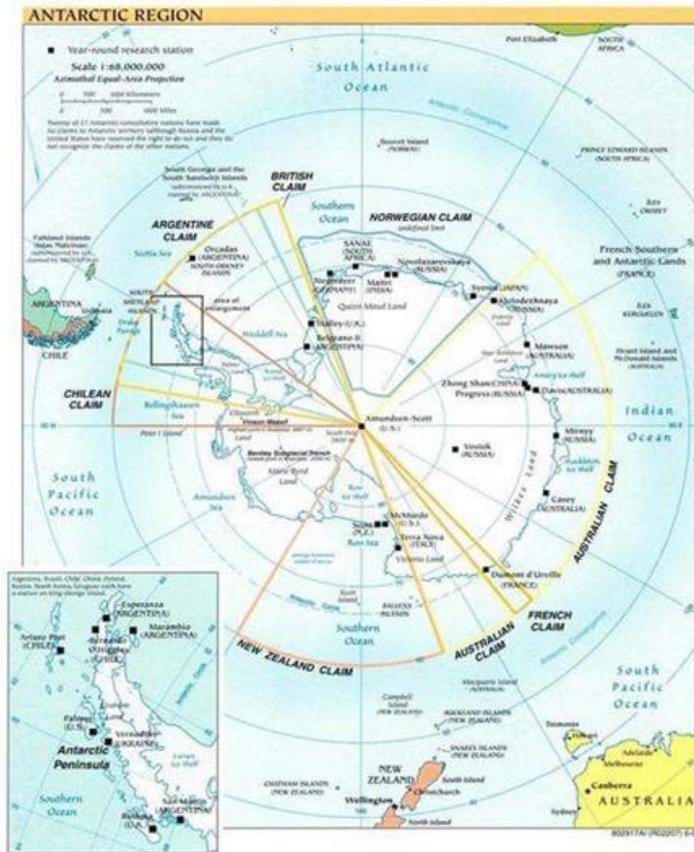
<sup>69</sup> *Cualquier actividad relacionada con los recursos minerales, salvo la investigación científica, estará prohibida.* (SECRETARIA DO TRATADO ANTÁRTICO, 2011a).

<sup>70</sup> *Si después de transcurridos cincuenta años después de la fecha de entrada en vigor de este Protocolo, cualquiera de las Partes Consultivas del Tratado Antártico así lo solicitara por medio de una comunicación dirigida al Depositario, se celebrará una conferencia con la mayor brevedad posible a fin de revisar la aplicación de este Protocolo.* (SECRETARIA DO TRATADO ANTÁRTICO, 2011a).

<sup>71</sup> *Artículo 55 - Régimen jurídico específico de la zona económica exclusiva. La zona económica exclusiva es un área situada más allá del mar territorial y adyacente a éste, sujeta al régimen jurídico específico establecido en esta Parte, de acuerdo con el cual los derechos y la jurisdicción del Estado ribereño y los derechos y libertades de los demás Estados se rigen por las disposiciones pertinentes de esta Convención.* (UNITED NATIONS, 1982a, art. 55).

<sup>72</sup> *Artículo 57 Anchura de la zona económica exclusiva La zona económica exclusiva no se extenderá más allá de 200 millas marinas contadas desde las líneas de base a partir de las cuales se mide la anchura del mar territorial.* (UNITED NATIONS, 1982a, art. 57).

Figura 5 - Reivindicações territoriais na Antártica



Fonte: MAPA..., [2003?]

A Antártica possibilita ainda “[...] o treinamento de operações militares em condições extremas [...]” (CAROU, 1995, p. 74), ou seja, capaz de preparar militares para situações adversas, fornecendo-lhes *know-how*, com intuito de defender recursos provenientes do mar austral que justificam investimento em pesquisas científicas que poderá levar a exploração destas riquezas. (HENRIQUES, 1984).

### 3.6 CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICOS DOS ATORES

O conflito fora precedido de crises políticas e econômicas dos países, que enxergam no mesmo a possibilidade de recuperar prestígio popular, principalmente no âmbito interno, onde os dois governantes, Gen. Leopoldo Galtieri (presidente da Argentina) e Margareth Thatcher (primeira-ministra britânica) enfrentavam duras críticas na condução de seus governos.

Pelo lado britânico, a retomada pela Argentina das Ilhas Malvinas representou uma

sensação de fraqueza militar. Outrora considerada senhora absoluta dos mares, o Reino Unido, seguindo Freedman (2007) havia sido capturado por uma ditadura de Terceiro Mundo de maneira clara e convincente. Internamente, a *Royal Navy* (marinha britânica) possuía problemas estruturais em sua composição, haja vista a crise econômica, o que exigia revisões de cortes de investimento e consequente diminuição, culminando, segundo Finlan (2004) et Aldous (2012), na diminuição do número de fragatas e contratorpedeiros, por falta de reposição destes meios. Pelo lado argentino, ocorreu um rearmamento desde o entrave do canal de Beagle<sup>73</sup> com o Chile, que foi encerrado pela arbitragem conduzida pelo Papa João Paulo II.

Com a ação argentina, há o aumento de pressão sob o governo de Thatcher e, durante debates dos parlamentares realizado na Câmara dos Comuns<sup>74</sup>, em Londres, aponta-se que a derrota da soberania britânica para uma ditadura militar fez com que o Reino Unido concentrasse esforços para angariar apoio à sua causa, em especial dos EUA. (ALDOUS, 2012, p. 13).

A área do Oceano Atlântico, para os britânicos, consistia em controlar postos chave, em especial no Atlântico Sul, para garantir o fluxo de seu comércio, bem como o de acesso a produtos primários. Apesar dos problemas ligados ao contingenciamento orçamentário a *Royal Navy* em 1982 representava a terceira força naval do globo, só ultrapassada pelas duas superpotências (FINLAN, 2004).

Para Gough (1992), é relevante a posição física do arquipélago e, por isso, consistente no pensamento britânico de criar e preservar oportunidades para o comércio marítimo, bem como aos interesses de segurança e prosperidade da nação, citados nos documentos de segurança britânico que repousam sua defesa nacional (HER MAJESTY'S GOVERNMENT, 2010); embora Klein (2008) salienta que as Ilhas Malvinas representavam um alto custo de manutenção aos cofres dos contribuintes britânicos.

Aliado aos interesses acima descritos, o conflito ocorrido mostrou força e de poder por parte de Londres apesar de Hobsbawn (1983) aduzir que o declínio ocorrido após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) estava atrelado a problemas econômicos e o distanciamento da atenção destinada ao arquipélago motivou os argentinos a procederem como tal. Todavia, se esta atitude não obtivesse resposta à altura, o Império Britânico iria conhecer a sua derrocada e, para evitar esta sentença, a primeira-ministra Thatcher aproveita-

---

<sup>73</sup> Localizado na Terra do Fogo, marca a fronteira entre o Chile e a Argentina possuindo relevante posição estratégica e riquezas tais como urânio e petróleo. (SANTOS, 2016).

<sup>74</sup> Câmara inferior do Parlamento britânico, equivalente a Câmara dos Deputados Brasileira. (BBC BRASIL.com, 2017).

se da rápida campanha e norteia a *Royal Navy* concedendo-lhe investimentos, na contramão da política de corte de gastos, que estava em vigor. Essa mudança na mentalidade faz com que o Reino Unido ostente a posição de ser a terceira defesa do globo em termos totais de orçamento. (FERNANDES, 2011).

Ao fazer uma releitura de Waltz, Robison (1994) conjuga fatores racionais a serem decididas em política externa que implicam em situação de tensão ou de crises militares, refletindo na defesa de valores conectados com as obrigações dos governos nacionais cuja reação estará pautada pelo interesse da nação e pela provocação ao adversário, levando-o ao conflito.

Para se entender a releitura de Waltz, no caso concreto de 1982 na seara do Reino Unido se faz necessário recorrer ao dado do *Foreign Office*<sup>75</sup>, as Ilhas Malvinas representavam, dentro da escala de prioridades a de número 242 (LITTLE apud ROBINSON, 1994, p. 411), e, da mesma forma o Reino Unido conjugou meios necessários, de forma breve e, assim, sobrepor seus interesses na região, observados seus óbices, mas que se transformou em oportunidade ímpar de reafirmar sua supremacia na região.

Neste sentido, Anderson (2002) expõe as preocupações das autoridades militares britânicas e de seu impacto pessimista tendo em vista a distância a ser percorrida até o arquipélago, cerca de 8000 milhas, o que exigiria avaliação das condições climáticas, o deslocamento, a sensação de declínio do Reino Unido como potência, atrelado a problemas de ordem interna (econômico-sociais).

Para que não ocorresse este sentimento no seio da população estabelecer o conflito tinha o liame de demonstrar a superioridade britânica e ao refutar negociar com a Argentina e de ser intransigente com a reabertura de negociações, o Reino Unido tem o intuito simbólico de mostrar-se grande.

Apesar da flagrante vulnerabilidade econômica das partes envolvidas, Gamba (1987) enfatiza que a entrada do Reino Unido no conflito serviu para: a) recuperar o prestígio que estava em declínio ante os demais países; b) reafirmar sua relação com os EUA, que lhe ofereceram apoio crucial para garantir a rápida campanha e o resultado favorável; c) contar com a participação do Chile no evento, devido a resquícios da problemática do canal de Beagle<sup>76</sup>. Neste caso Romero (2006) sublinha que a aliança Chile-Reino Unido no conflito se

---

<sup>75</sup> Instituição governamental do Reino Unido, Departamento de Relações Exteriores, que promove os interesses dos cidadãos britânicos no mundo.

<sup>76</sup> Para a Argentina, as demandas representadas pela posse do Canal de Beagle em conjunto com as Ilhas Malvinas faziam parte das intenções portenhas em se estabelecer como potência marítima no Atlântico Sul, pois com o controle dessas áreas, permitiria a Buenos Aires "desenhar" uma

deve ao fato da questão pendente do canal, pois com a rejeição argentina ao laudo arbitral de 1977, e com a elaboração de outro laudo arbitral, em 1980, pela Santa Sé e aceito pelas partes em 1984, com o retorno à democracia na Argentina (PINO, 2008, p. 50). Visto a questão referente à navegação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico ser sensível aos chilenos e ainda não resolvida, o General Augusto Pinochet<sup>77</sup> se inclina aos esforços de Primeira-ministra Thatcher contra as pretensões de Buenos Aires.

A política doméstica inglesa, chefiada pela primeira-ministra Thatcher conjuga apoio das forças políticas britânicas e utiliza-se da dissuasão para reforçar a diplomacia (FINLAN, 2004). A vitória serviu para reconduzir Margareth Thatcher ao posto de primeira-ministra, com alta aprovação eleitoral (KLEIN, 2008), considerada “[...] a grande beneficiária da Guerra das *Falklands* [...]” (ANDERSON, 2002, p. 90), embora questionada, reverte o quadro de pessimismo e consegue imprimir sua política liberalizante, com advento da privatização de empresas estatais<sup>78</sup> daquele país, impondo o projeto de livre mercado.

Thatcher usou sua guerra para desencadear a primeira campanha de privatização numa democracia no Ocidente. Essa foi a verdadeira Operação Corporação, com grandes implicações históricas. O aproveitamento bem-sucedido da guerra das Falkland, por Thatcher, tornou-se a evidência definitiva de que o programa econômico da Escola de Chicago não precisava de ditaduras militares e câmaras de tortura para avançar. A primeira-ministra demonstrou que uma versão limitada da terapia de choque podia ser imposta numa democracia, graças à utilização de uma grave crise política como justificativa. (KLEIN, 2008, p. 168).

Embora acusada pela oposição parlamentar de se utilizar do moto da guerra para promover sua imagem pessoal e promover cortes da *Royal Navy*, a diferença de poderio bélico ainda estava a seu favor, o que lhe permitiu executar uma rápida campanha e garantir a vitória a todo custo, e assim, acossar Buenos Aires em fomentar planos de retomada das ilhas.

No entanto, esta premissa da primeira-ministra está na contramão da teoria arquitetada por Morgenthau, já exarada neste trabalho, na qual preconiza o atendimento da

---

contiguidade territorial que uniria seu território no extremo sul à Antártida. (SANTOS, 2016).

<sup>77</sup> O apoio dado por Pinochet ao Reino Unido lhe seria útil quando este saísse da Presidência do Chile e enfrentasse o processo de extradição pelo juiz espanhol Baltazar Garzon, pois Margareth Thatcher o defendeu, mesmo sob a acusação de violações aos direitos humanos naquele país, em nome das vidas poupadas britânicas no conflito das Malvinas de 1982. (MUÑOZ, 2010).

<sup>78</sup> Após o conflito, o governo britânico privatizou, entre 1984-1988, conforme cita Klein (2008, p. 167), “[...] as empresas estatais de gás (British Gas), telecomunicações (British Telecom), controle de aeroportos (British Airport Authority), aço (British Steel), aviação (British Airways), e vendeu também sua participação acionária na British Petroleum [...]”.

política de Estado em detrimento da figura do político, e Thatcher<sup>79</sup>, ao chamar a responsabilidade para si privilegia a “[...] luta por seu futuro político [...]” (KLEIN, 2008, p. 166) se colocando acima dos interesses da nação, contradizendo Morgenthau (2003). A guerra das Malvinas (1982) para Thatcher foi uma oportunidade ímpar de reafirmação política interna, que conquistou seu lugar na história daquele país.

O desinteresse demonstrado em estabelecer negociações com à Argentina em anos anteriores ao conflito de 1982 mostra a distância proposital que o Reino Unido se mantém inflexível, dadas às consequências de mudanças impulsionadas pela crise no campo político-militar do conflito das Malvinas (1982).

O uso do imaginário de invasão também foi utilizado como *recall* de conflitos passados no intuito de angariar apoio popular, pois os ilhéus, segundo ótica britânica, constituem a primeira população a experimentar “[...] ocupação inimiga de sua terra natal desde a ocupação nazista que ocuparam as Ilhas do Canal em junho de 1940 [...]”<sup>80</sup>. (ANDERSON, 2002, p. 78).

Para auxiliar e dar suporte a ida dos britânicos ao conflito, é mister o apoio estratégico do Presidente Ronald Reagan, dos EUA (CARVALHO, 2016) e do ditador chileno General Augusto Pinochet (SAINT-PIERRE, 2012a). Ao retomar as *Falklands*, Thatcher consegue angariar popularidade interna e impôs a “[...] derrocada do regime militar argentino e seu retorno à democracia [...]”. (ANDERSON, 2002, p. 88).

Para Hobsbawn (1983), o verdadeiro significado da guerra das Malvinas para o Reino Unido residiu na esperança de vencer a guerra com rapidez e eficácia, para assim se sobrepor as dificuldades econômicas e de inferioridade sentida pela população, ressaltando o caráter patriótico da nação.

Refletindo sobre a frustração argentina, o Brigadeiro Francisco Teixeira em depoimento dado ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV), verbera que a ação de fazer a guerra foi um erro pela incapacidade de meios e que este comportamento de despreparo depõe contra as forças armadas (no caso a argentina), e que isso favoreceu a vitória inglesa e, aliás, ao mexer com estes, os argentinos não suporiam que o contra-ataque fosse fulminante, ágil e com rapidez na organização e planejamento, o que faltou do outro

<sup>79</sup> Com o apelido de “Dama de Ferro”, a campanha das Malvinas permitiu não a mudança de seu apelido, mas sim da mudança de tratamento, que outrora era pejorativo, adquire status de respeito e confiabilidade, o que levou a governar o Reino Unido até 1987. (ALDOUS, 2012).

<sup>80</sup> Refere-se ao Canal da Mancha que está entre a França e a Inglaterra. O conflito citado é referente a operação Dínamo, na qual soldados aliados na Segunda Guerra Mundial foram evacuados da cidade de Dunquerque (França) para Dover (Inglaterra), devido a invasão alemã em território francês. (Nota nossa).

lado da trincheira.

Erroneamente a Argentina esperava que o Reino Unido não estivesse disposto a usar da força para fazer valer sua vontade, bem como estariam limitados a ações diplomáticas de protesto. Outro engano da Casa Rosada<sup>81</sup> estava em detectar a diminuição de investimentos da *Royal Navy* como sinal de provável desfalque de defesa das ilhas e, por conseguinte, esperar por alguma negociação visando compensações caso Londres concordasse na transferência de soberania das ilhas.

Contudo, a operação britânica foi eficaz em grande parte por contar com o apoio político interno e coeso, pois as questões que norteavam os debates legislativos contra a primeira-ministra foram relegadas momentaneamente e toda disposição fora direcionada para o sucesso do conflito e a vitória no *front*.

A estratégia militar britânica permitiu seu triunfo ante a Argentina pela adoção de um controle integrado entre as forças, bem como o estabelecimento do Gabinete de crise que refletiu na mobilização ao campo de batalha, pois o interesse era o de garantir.

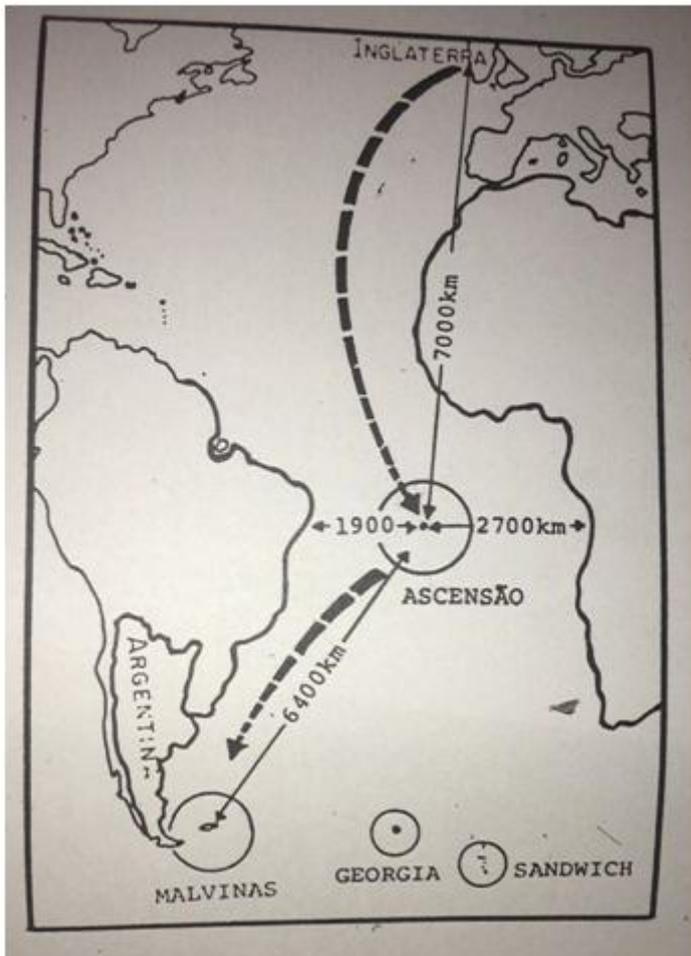
[...] o acesso (na forma de pleno domínio e usufruto) a matérias-primas e outros recursos naturais e energéticos (renováveis e não-renováveis) que, por seu turno, alimentam as engrenagens da máquina industrial e da defesa nacional. (CASTRO, 2016, p. 327).

O uso da ilha de Ascensão, lhe permite o envio de tropas e meios com maior segurança, o que lhe garante o sucesso da operação, pois está no caminho entre Londres e as Ilhas Malvinas e, serve como ponto de apoio de logística e reabastecimento. Por isso, imprescindível para seu uso no conflito, as negociações com Donald Reagan, que formam uma “[...] aliança Atlântica [...]” (CABRAL et al, 1983, p. 146), cujo efetivo se deu pela complementariedade de informações fornecida no conflito, bem como o apoio a diplomacia britânica junto a organismos internacionais.

---

<sup>81</sup> Sede do governo argentino, situado em Buenos Aires. (ARGENTINA, 2017).

Figura 6 - A ilha de Ascensão e suas distâncias do Reino Unido e Argentina



Fonte: VIDIGAL, 1985, p. 2

Conforme se deduz da visualização do mapa acima, a ilha de Ascensão é estratégica por vários motivos: pela sua localização central da bacia atlântica, bem como seu controle permite, em conjunto com outras ilhas que estão em posse dos britânicos (conforme figura 1), o controle das linhas de comunicação conforme preceitua Mahan (1987) e já estudado no Capítulo 1, porém, cabe-nos aqui exaltar a importância como base da Royal Air Force (RAF) britânica<sup>82</sup>, pois as aeronaves não dispunham de autonomia suficiente para fazer a travessia norte-sul a partir de bases europeias.

Após o conflito, Ascensão continua a ser utilizada pelas forças britânicas, pois lhe é estrategicamente importante para seus domínios no Atlântico Sul (HER MAJESTY'S GOVERNMENT, 2012). Essa afirmação do documento britânico tem substrato histórico, pois Rohwer (1982) já sustentava que a base era estratégica para os aliados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e que a posse da mesma permitiria o fechamento do espaço

<sup>82</sup> O uso base de Ascensão pelos britânicos foi concedida pelos norte-americanos como auxílio no conflito das Malvinas. (GALANTE, 2012).

aéreo, interrupção do tráfego de superfície e dos submarinos do Eixo, portanto, deter o uso da base de Ascensão traz aos britânicos vantagens estratégicas.

Freedman ressalta que no caso dos bombardeiros Vulcan, utilizados na ilha de Ascensão, já em idade avançada, eram inicialmente configurada para operações nucleares e deveriam ser eliminados até junho de 1982 (FREEDMAN, 2007, p. 280). Este tipo de aeronave necessitava de um arrojado plano de reabastecimento no ar devido a sua baixa autonomia e que para seu sucesso seriam necessários quatro reabastecimentos com jatos Victor no ar para cobrir a rota Ascensão-Malvinas.

Com a evidência do conflito, os pilotos receberam pouco treinamento, o que levou os britânicos a reativarem procedimentos que estavam em desuso para garantir o sucesso da operação, onde a mínima margem de erro colocaria em xeque todo o procedimento. Galante (2012) chama de Missão *Black Buck*.

O Brasil foi surpreendido pelo pouso não planejado do Vulcan em junho de 1982. Como foi acima explanado, a operação de reabastecimento do Vulcan era complexa e uma de suas aeronaves não conseguiu fazer o procedimento completo, o que impedia seu retorno à base, no caso a ilha de Ascensão. Por decisão do comandante do Vulcan, a aeronave alterou sua rota e acabou por pousar no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, porém, não sem antes de livrar-se de dois mísseis AGM-45 Shrike (MÜLLER, 2013, não paginado). Entretanto, uma das tentativas foi infrutífera e o míssil acabou sendo confiscado pelas autoridades brasileiras, bem como sua documentação. Após trâmites diplomáticos, o Vulcan foi liberado e o material apreendido foi utilizado posteriormente no projeto do míssil MAR-1<sup>83</sup>. (GALANTE, 2012, p. 45).

A lógica da guerra indicava que óbices seriam enfrentados militares do Reino Unido. Anderson (2002) ressalta, por exemplo, que os paraquedistas britânicos teriam muitas dificuldades no conflito, mas ao superar as condições adversas estavam obedecendo aos ditames preconizados a estrutura organizacional na qual almejam respeito e obediência a liderança, ao treinamento, a moral, ao espírito de luta e ao espírito de corpo, sem as quais não seria possível sucesso no evento.

Por outro lado, a coragem e determinação demonstradas, pelos militares argentinos esbarram na falha do alto comando de Buenos Aires ao cometer erros em deixar de privilegiar ataques ao sistema logístico britânico, que era precário, pois fora montado às

---

<sup>83</sup> Míssil anti-radar brasileiro (MAR-1), produzido pela empresa Mectron, desde 2011, cujo projeto de desenvolvimento data de 1998 em conjunto com o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), em São José dos Campos, SP. (MÜLLER, 2013, não paginado).

pressas dadas as condições adversas do teatro de operações.

Por isso, explica Anderson (2002) “[...] a Junta não calculou como os britânicos se apoiariam nas suas tradições, na unidade partidária e utilizariam de experiências anteriores para impulsionar seus anseios de ir a Guerra [...]” (ANDERSON, 2002, p. 88), bem como salienta Galante (2012), as forças armadas argentinas não atuavam em sintonia, e cita o exemplo da Força Aérea Argentina que tinha pouco conhecimento do plano até a véspera da invasão, estando as ações planejadas pelo Exército e a Marinha daquele país.

Além de possuir armamento e logística superior, porém frágil, contrasta-se o número de combatentes britânicos (29.700) e argentinos (14.200) que foram à guerra, segundo Coggiola (2012), demonstrando a superioridade britânica e, ainda, somado a imposição de uma área de exclusão<sup>84</sup> com utilização de submarinos, inclusive nucleares (AS GRANDES LIÇÕES..., 1982). Apesar da derrota, há o reconhecimento britânico, ao final do conflito, pelo uso da técnica empregada pelos pilotos argentinos, mesmo com as restrições impostas pela política de Londres. (ANDERSON, 2002).

Outro fator crítico para a Argentina no desenvolver do conflito estava em enfrentar a superioridade britânica nas três armas (exército, marinha e força aérea), pois, no campo naval, tinha capacidade submarina ímpar, porém não compatível com a britânica o que causa uma disparidade e ainda estava em processo de reaparelhamento (GALANTE, 2012); o potencial aéreo era composto de aeronaves que precisavam de adaptações, pois eram inadequadas ao conflito.

O exército argentino atuava com tropas de pouco treinamento, bem como outras adversidades devem acrescidas para melhor compreensão, como a questão do Canal de Beagle que já alertara os miliares argentinos para a necessidade de alteração de procedimentos, mas pouco fora feito até 1982. (CAMOGLI, 2012).

À guisa de exemplo, conforme explicações dadas por Roberto Lopes<sup>85</sup>, ao dizer sobre os submarinos alemães, utilizados pela Argentina no conflito das Malvinas (1982) cujo relato posterior ao conflito detectou o uso incorreto pelas forças argentinas, que demonstraram inabilidade na condução do artefato militar.

Ao pormenorizar os problemas trazidos pelo submarino convencional Salta, informa que a imperícia de preparar os torpedos para eventual disparo encontrou problemas de natureza técnica, pois os argentinos o prepararam com inversão de polaridade, desnordeando

<sup>84</sup> Maritime Exclusion Zone, do inglês, significa: Zona Marítima de Exclusão. (Nota e tradução nossa). A Grã-Bretanha negou o uso do mar à Argentina. (AS GRANDES LIÇÕES..., 1982).

<sup>85</sup> Autor da obra — *O código das profundezas* — esclarecimentos expostos no programa de comunicação de massa. (A GUERRA das Malvinas, 2013, não paginado).

o giroscópio<sup>86</sup>, frustrando sua utilidade, bem como em outro caso, no submarino que iria efetuar dois lançamentos de torpedo (nas cabeças 01 e 08 sic), mas isto não foi possível devido ao “engasgamento” dos mesmos dentro dos tubos de torpedo. Como permaneceram com suas ogivas explosivas dentro dos tubos de lançamento, o submarino precisou retornar ao continente, sem cumprir sua missão, o que denota o despreparo técnico (A GUERRA das Malvinas, 2013, não paginado).

Sobre a vertente econômica, o Reino Unido obteve junto ao Mercado Comum Europeu, que havia posto óbices de entrada do país ao bloco na década de 1970<sup>87</sup>, supera as divergências internas com os britânicos e decreta o embargo do armamento destinado à Argentina, bem como amplia essas restrições para as importações e exportações destinadas aquele país.

A Inglaterra é uma peça-chave dentro do Ocidente Industrial, com uma diplomacia atuante [...]. De modo que pode mobilizar uma rede diplomática de interesses econômicos mais eficazes e coerentes do que a sua própria capacidade militar. (CABRAL et al, 1983, p. 145).

Essa política de estrangulamento consiste asfixiar o adversário por carência de recursos, pois ao fechar-lhe as portas do crédito, impacta também no mercado de armas, visa na verdade a condicionar a derrota, no caso a Argentina, por “inanição” de fluxos de recursos e meios de forma mais rápida e eficaz. Sem acesso a novos empréstimos e financiamentos, o Reino Unido consegue uma vitória nos bastidores em âmbito político e econômico antes mesmo de iniciar os conflitos visando à recuperação das ilhas.

A diplomacia brasileira, em especial na figura do diplomata Antônio Azeredo da Silva que trabalhava em Washington D.C. no período do conflito, notificava o Itamaraty, ciente de seu papel poderia elevar o tom de crise, e mostra-se preocupado com a situação vizinho:

Com a escalada da crise das Falklands, essa percepção tende a se modificar, em vista do congelamento dos ativos argentinos na Inglaterra, do embargo de trinta dias impetrado pela CEE às importações de produtos argentinos e da possível deterioração da situação interna da economia. (SILVEIRA, 1982, não paginado).

---

<sup>86</sup> Instrumento que dá sentido de direção ao torpedo. (A GUERRA das Malvinas, 2013, não paginado).

<sup>87</sup> O Reino Unido era uma das nações mais pobres dentre as principais economias europeias, e na década de 1970 viviam problemas com os países da *Commonwealth*. Houve, inicialmente, resistência à sua entrada na União Europeia (UE) por parte do presidente francês Charles de Gaulle (1959-1969). Os britânicos tinham ciência de que a sua entrada na UE implicava em restrições à sua soberania. (MARQUES, 2016, não paginado).

Resultado direto do apoio norte-americano aos britânicos trouxe desconforto para a Argentina, que acreditava no máximo em sua neutralidade, pois o apoio dado aos EUA em ações na América Central seria relevante como moeda de troca, o que de fato não ocorreu (VIDIGAL, 1985, p. 75). Entretanto, demais países latino-americanos também se sentiram afetados com a posição norte-americana, em especial, o Brasil, que teve seus interesses afetados na contenda, já que assumir uma das posições poderia lhe trazer implicações na política regional. (SILVEIRA, 1982).

Para o Reino Unido não perder a rede de apoio construído, opta por adotar estratégia de preservação do território continental portenho, pois se houvesse ataque a posições no continente, a neutralidade estaria em risco e o apoio dos demais países, dentre eles, o Brasil a lutar pelo lado argentino. (MORAES, 2012).

A aliança anglo-americana em 1982 não se aplica somente nas Ilhas Malvinas e se replica em outros teatros de combate pelo globo, como o apoio dado, em conjunto, aos rebeldes afegãos no período da invasão orquestrada pela URSS a seu território, bem como no conflito Irã x Iraque que, para sua intervenção utilizam a base situada de outro arquipélago, o de Diego Garcia, no Oceano Índico, que deu suporte às ações americanas nestas operações (ANDERSON, 2002, p. 74), ou seja, depreende-se que a aliança entre os países é sólida e perene.

Outro episódio que envolve a influência direta da política do Reino Unido está em inserir seus arquipélagos além-mar e, em especial, no Oceano Atlântico, as Ilhas Malvinas, dentro do contexto da União Europeia, no sistema de “Associação dos Países e Territórios Ultramar” (UNIÃO EUROPEIA, 2009) pelo Tratado de Lisboa (2009), anexo II, concedendo-lhes direitos como se fossem europeus, assim buscando maior aproximação com o velho continente, “[...] permitindo-lhe receber contribuições periódicas do Fundo para o Desenvolvimento da União Europeia [...]” (LANUS, 2016, p. 349). Com essa construção artificial, os britânicos buscam se reforçar o caráter bretão nas tradições, como forma de perpetuar sua cultura na região.

Por sua vez, Buenos Aires pressiona a empresa chilena LAN (atualmente pertencente ao grupo LATAM) a cancelar o único voo comercial regular que perfaz a rota Santiago - Punta Arenas - Malvinas, como tentativa de retaliar a população kelper (A GUERRA das Malvinas, 2013, não paginado; CHIARETTI, 2017, não paginado), porém para Coggiola (2014) esta atitude não faz sentido visto que os suprimentos direcionados ao arquipélago partem de Londres por navios fretados que não estão sujeitos ao bloqueio.

Este fato dá a dimensão da importância estratégica que possui as Ilhas Malvinas para o Reino Unido, pois, com a desconstrução de fronteira, arquipélagos longínquos são alçados à condição de nacionais; a União Europeia, ao cancelar estas áreas a condição de europeus, contribui para assegurar seus interesses de liame econômico-estratégico na região.

### 3.7 DESDOBRAMENTOS E CONSEQUÊNCIAS DOS DOCUMENTOS DE POLÍTICA DE DEFESA BRITÂNICA APÓS O CONFLITO DAS MALVINAS

A euforia dos britânicos com o resultado positivo do conflito contrastava com a austeridade fiscal e redução de gastos públicos que eram precedentes a 1982 (FINLAN, 2004).

Apesar de intempérie econômica vivida pelo Reino Unido no início da década de 80, a imagem das forças armadas britânicas se fortaleceu com o fim das animosidades junto à opinião pública local, que pontuava os revesses ocorridos nas duas Guerras Mundiais, que apesar da vitória em ambas, alijaram os britânicos como potência global, bem como em Suez, que teve a retirada de tropas orquestradas pelas superpotências. (ANDERSON, 2002).

Ao demonstrar a evolução dos documentos de defesa britânicos vamos refletir como se destina as atenções no Atlântico Sul. Doravante, encontramos nos aspectos do documento – *The way forward*<sup>88</sup> – (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 1981) que a preocupação com a região residia no envio de força naval para visitas que era feito nas possessões ultramar, ou seja, não era de caráter permanente, bem como indica a responsabilidade do Reino Unido em prover as forças necessárias para defesa do território. (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 1981).

Durante a Guerra Fria, a *Royal Navy* auxiliou a OTAN e sua estratégia na defesa da Europa Ocidental (FINLAN, 2004) que era a preocupação mais próxima e importante dos britânicos. Neste período, eram elementos focais da *Royal Navy*, os navios de superfície, os submarinos e aviões que guarneciam estes, bem como o respeito a tradicional hierarquia militar. Sob esta ótica, os investimentos de defesa eram de 5,2 % do Produto Interno Bruto – PIB, sendo um dos maiores percentuais dentro do rol de países da OTAN. (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 1981).

Outros documentos britânicos que se referem à defesa do Reino Unido estão compreendidos no – *Options for change*<sup>89</sup> (1990) –, que basicamente reestruturaram as forças armadas com os reflexos da unificação alemã, o que leva a uma menor presença de militares

<sup>88</sup> *The way forward*, do inglês, significa: o rumo a seguir. (Nota e tradução nossa).

<sup>89</sup> *Options for change*, do inglês, significa: opções para mudanças. (Nota e tradução nossa).

britânicos no concerto europeu, e que não se traduziu em redistribuir este contingente, ou seja, preconiza-se a diminuição do efetivo britânico (TAYLOR, 2004).

Em 1998, com a adoção do – *Strategic defence review* (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 1998) –, demonstra a visão com os conflitos que ocorrem no Leste Europeu e no Oriente Médio. Aqui, denota-se uma evolução com o documento – *The way forward* (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 1981) –, pois diz respeito a preparação de que as forças britânicas devem ter em face dos desafios e instrui a atuar com rapidez. Para isso é mister uma presença militar adequada (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 1998), ou seja, denota-se a preocupação para não sofrerem invasões em seus territórios ultramar, porém não individualiza como será realizado.

Dois outros documentos que visam complementar o – *Options for change* (1990) e o *Strategic defence review* (1998) – são o *Front line first* (1994) e o *Delivering security in a changing world* (2003) –, e que constituem documentos pontuais oriundos de fatos impactantes como a derrocada da URSS e conseqüente extinção do Pacto de Varsóvia e o impacto dos ataques ocorridos em solo norte-americano no início deste século, responsável pela derrocada do ícone capitalista representada pelas torres gêmeas na cidade de Nova Iorque e ao Pentágono, em Washington.

O fim da Guerra Fria assiste à assunção de uma única superpotência, no caso os Estados Unidos da América, que teria para si as responsabilidades dos grandes conflitos do mundo e a redução das inversões britânicas em prover sua defesa e renovar seus meios, recomenda-se a racionalização das forças armadas, haja vista que a principal diretriz desses documentos estava em priorizar as ações em teatro de operação menores, localizado basicamente em países da África, Leste Europeu e Oriente Médio.

A revisão da defesa e segurança preconizada no – *Securing Britain in na age of uncertainty: the strategic defence and security review* (2010) –, nos mostra a capacidade do decisor em compreender e traduzir os fatos ocorridos nas interfaces políticas, econômicas e militares, bem como equalizar investimentos e dosar os meios, tendo em vista as abruptas mudanças nas nações (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 2010).

Nesse aspecto, enxergamos o que propugna Morgenthau (2003), já estudado no primeiro capítulo, em concatenar a análise dos fatos ocorridos e de como responder melhor a essas demandas, que podem ser novas ou agravadas, dado movimentações dos atores dentro da esfera de influência.

Em sede de documento intitulado – *Overseas territories* (2012) – o Reino Unido fomenta suas responsabilidades através da – *The Falkland Islands Roulement Infantry*

*Company* (FIRIC)<sup>90</sup> – que também engloba as demais ilhas do arquipélago e Ascensão, com missão objetiva de defender, com sua presença, a soberania britânica. (HER MAJESTY’S GOVERNMENT, 2012).

Estes documentos mostram como a política estratégica britânica enxerga o arquipélago, com suas possibilidades e óbices. O Reino Unido encontra-se engajado em solo europeu, mas depreende-se que a evolução documental está acompanhada de ações que visam à proteção de interesses econômico e estratégico. Contudo, alguns desdobramentos e consequências se fazem sentir em relação não só com a adoção da política como também há de se olhar para outros focos de tensão no globo que, por outros interesses, permeiam a atenção do ator aqui estudado.

Enquanto travava-se o conflito nas Malvinas, ocorria paralelamente mais um capítulo do conflito árabe-israelense, desta vez com ações lideradas pelo Estado de Israel em Beirute, com fito de atingir os palestinos, liderados por Yasser Arafat, então líder da Organização para Libertação da Palestina (OLP)<sup>91</sup>. Acrescente-se também a esta o imbróglio que Londres ainda teria com o *Irish Republican Army* (IRA)<sup>92</sup> que em 20 de julho de 1982, após o término do conflito, produz um atentado no *Hyde Park* (Londres), onde os britânicos comemoravam a vitória na contenda com a Argentina. (ANDERSON, 2002, p. 75-77).

O conflito das Malvinas traz-nos reflexões que até então não seriam imaginadas. A vontade de recuperar o território, visto que fora “[...] uma operação extremamente desesperada [...]” (ANDERSON, 2002, p. 88), levou Londres a se reinventar e arquitetar uma estratégia eficaz da qual deveria ser aplicado com exatidão, aliado ao uso de novas tecnologias que impulsionam a dimensão de como pode padronizar novos conflitos.

Brandão e Soares (2009) mencionam que no cenário da guerra duas ações britânicas devem ser destacadas, pois auxiliaram para o desfecho do conflito; a primeira, de caráter estratégico provou que apesar do distanciamento geográfico, que aparentemente poderia causar-lhe desvantagem, mas que foi superada dada a sua superioridade tática e bélica, bem como acrescido dos argumentos já explanados de uso da ilha de Ascensão que auxiliou na

---

<sup>90</sup> *The Falkland Islands Roulement Infantry Company* é o regimento militar britânico estabelecida após o conflito de 1982 com a missão de repelir investidas estrangeiras no território malvinense, com a missão de patrulhar as ilhas por terra, pelo ar e pelo mar, preservando os interesses econômicos e a soberania do Reino Unido na região. (DEAR, 2007, não paginado).

<sup>91</sup> Criada em 1969, visava criar o estado da Palestina por meios militares com ataques ao Estado de Israel. Com o fracasso por via das armas, busca-se, nas negociações políticas obter esse objetivo. (PECEQUILO, 2012, p. 172).

<sup>92</sup> *Irish Republican Army*, do inglês, significa: Exército Republicano Irlandês. (Nota e tradução nossa). Grupo armado separatista da Irlanda do Norte, fundado em 1919 e, tinha como objetivo a reunificação da Irlanda das forças da Coroa Britânica. Envolve em seu conjunto conflitos entre católicos e protestantes com mais de quatro séculos de história. (CUNHA, 2009).

logística britânica.

A segunda ação que merece destaque foi o uso de um submarino nuclear, que soou como advertência ao mundo, pois consistem no uso de força desproporcional. No caso em tela os submarinos nucleares foram utilizados apenas como meio intimidatório contra os argentinos, “[...] a importância do papel dos submarinos nucleares no arsenal de dissuasão das grandes potências nucleares [...]”. (LACOSTE apud CAROU, 1995, p. 73).

Esses ditames corroboram para estabelecer que o Reino Unido vai nortear sua política de defesa. No que cabe ao Poder Naval, o investimento em navios aeródromos<sup>93</sup>, submarinos com o uso do sistema Trident<sup>94</sup> e o uso das forças de assalto vão ser ampliados tendo em vista a manutenção do status de potência militar, mesmo que atrás dos EUA e da China, porém com uso de técnicas em regiões, em especial na África e Oriente Médio que corrobora com a aplicação de sua política externa. (FERNANDES, 2011).

Este conflito representou a forma como as nações envolvidas buscaram resolver uma contenda secular. O anseio pelo domínio da área perpassa por análises geoeconômicas e geoestratégicas que fomentam o interesse na disputa. Se por um lado há a indisposição de sentar-se a mesa para negociar e compartilhar as riquezas a serem extraídas da região, buscase a aliança com os EUA e da OTAN para manter seu *status quo ante*<sup>95</sup> naquela área geográfica. A via diplomática se mostra favorável às intenções britânicas ao aprovar a Resolução 502 do Conselho de Segurança, replicando no afastamento da incidência do TIAR, no seio da OEA. (TRINDADE, 1983).

---

<sup>93</sup> Principal instrumento de projeção de poder naval. (FERNANDES, 2011, p. 110).

<sup>94</sup> São navios de maior porte construídos com capacidade de lançar mísseis nucleares. (A GUERRA das Malvinas, 2013, não paginado).

<sup>95</sup> Status quo ante, do latim, significa: no estado em que se encontrava antes. (Nota e tradução nossa).

#### 4 ILHAS MALVINAS: A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NESTE CONTEXTO GEOPOLÍTICO

O mar é o grande avisador.  
 Pô-lo Deus a bramir junto ao nosso sono,  
 para nos pregar que não durmamos.  
*Rui Barbosa, na obra — A lição das Esquadras, 1898.*

Neste capítulo abordaremos o papel do Brasil no Atlântico Sul, uma vez que de acordo com os documentos que preconizam a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2012b), além do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (BRASIL, 2012a), englobam a região do arquipélago no entorno estratégico brasileiro, portanto, sujeito as ações diplomáticas, militares e econômicas brasileiras. Procuramos demonstrar como os impactos da guerra das Malvinas refletiram no cenário nacional, bem como o posicionamento do país frente às aspirações dos dois lados desta disputa.

O Atlântico Sul está inserido de forma prioritária na Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2012b, p. 23). Referido documento (PND) cita a importância do país em aprofundar o desenvolvimento da América do Sul, notadamente na área de defesa e segurança (BRASIL, 2012b, p. 22). Para tanto, é necessário atentar para o item 7 dos objetivos nacionais de defesa, que preconiza, dentre outros itens, o de manter as forças armadas com estrutura capaz de manter as linhas de comunicação no Atlântico Sul. (BRASIL, 2012b, p. 31).

A Estratégia Nacional de Defesa (END) preconiza “o emprego das Forças Armadas em caso de ameaça de guerra no Atlântico Sul”. (BRASIL, 2012b, p. 122). Por sua vez, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) preceitua que a importância da integração sul-americana tem impacto no crescimento das economias da América do Sul e, por isso, é relevante manter a estabilidade regional, fortalecendo os Estados em detrimento de atores extrarregionais e ampliando o poder de negociação junto a organismos internacionais. (BRASIL, 2012a, p. 37).

O então chanceler<sup>96</sup> brasileiro, Saraiva Guerreiro, em palestra proferida na Escola Superior de Guerra (ESG) reafirma a preocupação acerca da possibilidade de restrição dos mercados do primeiro mundo, e mesmo ao citar textualmente que “[...] as Malvinas foram ocupadas **em 1833** a força pela Grã-Bretanha [...]” (GUERREIRO, 1982, não paginado, grifo nosso), o que levaria naturalmente o Brasil a tomar posição a favor da Argentina. Mas, tendo

---

<sup>96</sup>Refere-se ao cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores

em vista as prováveis consequências futuras, optou-se pela neutralidade oficial no conflito, uma vez do auxílio do Reino Unido em ser “[...] um importante fornecedor de meios navais para a sua Marinha [o autor refere-se à Marinha do Brasil] a partir dos anos 1970 [...]”. (SILVA, 2014, p. 50).

Considerando-se o ocorrido na guerra das Malvinas e de como a tomada de decisão por parte dos britânicos foi eficaz, há de se retirar lições que servem para balizar ações futuras. No que reserva em relação às Forças Armadas do Brasil, a menção na qual Jaguaribe (1985), faz traz à baila uma preocupação serena de que o país precisa modernizar seus meios. Mas os sucessivos contingenciamentos de verbas, deslocamento e despreparo de função, dependência de insumos e tecnologia estrangeiros, falta de integração social, bem como ausência de financiamento e investimentos podem deixar o país vulnerável e desguarnecido, caso seja ameaçado por potências estrangeiras.

Nesse contexto, a difusão do conhecimento e das lições que o conflito das Malvinas (1982) trouxe segundo Cavagnari Filho (2000) apresenta dois aspectos: o primeiro, em superar rixas históricas com à Argentina, abrindo caminho para o desenvolvimento de cooperação; o segundo, está em sintonia com o acima descrito por Jaguaribe (1985) ao sinalizar as deficiências e incapacidades das forças armadas, e que no caso de conflitos de similar magnitude como ocorrido em 1982, podem ter o mesmo resultado: a derrota.

Assim sendo, as autoridades militares atentaram-se para o fato de que é necessário inovar-se para a grandeza e altivez das forças. Cavagnari Filho (1993) ressalta a visão da Marinha em desenvolver submarinos de propulsão nuclear, pois, conforme os acontecimentos do conflito das Malvinas (1982), atesta que a força naval que possuir submarinos com propulsão nuclear será superior àquelas que não possuírem esta tecnologia cristalizada em seus meios, causando um desnível tecnológico “[...] se a Argentina tivesse um submarino nuclear e seu próprio satélite de comunicação, a história da Guerra das Malvinas (1982) seria outra.”. (EQUIPAMENTOS OBSOLETOS E INSUFICIENTES, 2012, p. 52).

Nos debates travados no Simpósio – *As grandes lições da Guerra das Malvinas*<sup>97</sup> –, nota-se a preocupação com o sucateamento dos meios e de como pode implicar na defesa de suas riquezas e de seu território, criando mentalidade na população e nos administradores públicos a importância de manter um poder capaz de dissuadir inimigos, mas principalmente, catalizar parte da renda nacional para promover o progresso da nação.

A diretriz dos pensamentos acima expostos mostra uma necessidade perene; qual seja

---

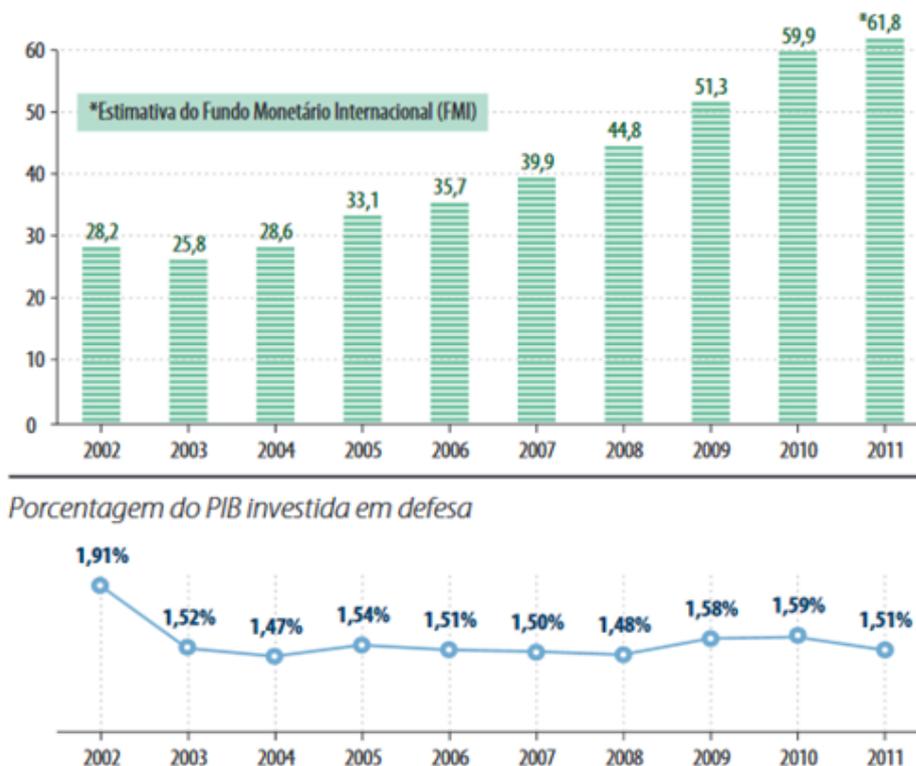
<sup>97</sup> Organizado pelo Centro de Estudos Avançados da Escola de Guerra Naval, nos meses de setembro e outubro de 1982, em caráter confidencial. (AS GRANDES LIÇÕES..., 1982).

– a necessidade de manter investimentos fixos e crescentes no constante reaparelhamento das forças armadas –, isto atende aos ditames da END e da PND. Entretanto, conforme os gráficos que seguem, o investimento em defesa se encontra diminuto frente às necessidades nacionais, e por isso, não dá o suporte necessário para o salto de qualidade que ponha o Brasil diante do seletivo grupo de nações que possuam meios modernos e eficazes para proteger suas riquezas e dissuadir nações beligerantes.

Tabela 2 - Valores gastos com a defesa em relação ao PIB

### Verbas para defesa x PIB nacional

*Proporção em relação ao PIB mantém patamar. Valores em R\$ bilhões liquidados do Orçamento da União incluem gastos com salários e pensões*



Fonte: IBGE (2011) apud PLANEJAMENTO VOLTADO PARA O FUTURO, 2012, p. 13

Outrossim, pela análise do cruzamento dos gráficos acima permite extrair duas preocupações: a primeira consiste no investimento linear em defesa, ou seja, apesar do acréscimo numérico em termos de valor, o Estado Brasileiro não consegue avançar em termos percentuais, o que implica em dificuldades de iniciar novos projetos ou mesmo garantir a consecução dos que estão em andamento.

Ciente de que os equipamentos de defesa precisam de renovação constante, pelo tempo de vida útil e acompanhamento tecnológico ou congelamento. Não só o dinheiro

destinado no Orçamento Anual da União não contempla as expectativas necessárias para o desenvolvimento regular de meios, mas da maneira de como se aplica, notadamente em grande parte com despesa de pessoal e custeio, o que torna crítico e expõe a vulnerabilidade ao qual o país se encontra. Trata-se, portanto, conforme o outrora exposto de executar uma política que busque a retomada crescente de investimentos com intuito de garantir a soberania nacional, de acordo com os ditames da Magna Carta. A Tabela 2 nos mostra.

Tabela 2 - Orçamento de defesa do Brasil nos anos 2000-2010

### Orçamento generoso, mas seriamente comprometido

Tabela mostra que maior parte dos recursos para defesa não é empregada em investimentos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Previdência de inativos e pensionistas da União	R\$ 16.634 42,2%	R\$ 21.001 46,6%	R\$ 20.644 46,7%	R\$ 19.102 51,6%	R\$ 18.790 49,3%	R\$ 19.540 46,9%	R\$ 21.458 49,2%	R\$ 22.282 47,8%	R\$ 23.923 48,3%	R\$ 25.757 47,6%	R\$ 26.950 45,4%
Apoio administrativo	R\$ 13.155 31,4%	R\$ 12.994 28,8%	R\$ 13.612 30,8%	R\$ 11.831 32,0%	R\$ 12.178 32,0%	R\$ 12.780 30,7%	R\$ 14.398 33,0%	R\$ 14.675 31,5%	R\$ 16.213 32,7%	R\$ 17.448 32,1%	R\$ 18.258 30,8%
Op. especiais: serviço da dívida externa (juros e amortizações)	R\$ 2.536 6,4%	R\$ 3.136 7,0%	R\$ 3.861 8,7%	R\$ 1.378 3,7%	R\$ 1.075 2,8%	R\$ 2.530 6,1%	R\$ 1.266 2,9%	R\$ 1.179 2,5%	R\$ 291 0,6%	R\$ 520 1,0%	R\$ 252 0,4%
Reaparelhamento e adequação da Força Aérea	R\$ 250 0,6%	R\$ 1.332 3,0%	R\$ 853 1,9%	R\$ 441 1,2%	R\$ 920 2,4%	R\$ 733 1,8%	R\$ 795 1,8%	R\$ 1.054 2,3%	R\$ 1.346 2,7%	R\$ 1.455 2,7%	R\$ 1.349 2,3%
Preparo e emprego da Força Aérea	R\$ 804 2,0%	R\$ 914 2,0%	R\$ 707 1,6%	R\$ 725 2,0%	R\$ 782 2,1%	R\$ 951 2,3%	R\$ 822 1,9%	R\$ 1.062 2,3%	R\$ 1.018 2,1%	R\$ 951 1,8%	R\$ 879 1,5%
Serviço de saúde das Forças Armadas	R\$ 39 0,1%	R\$ 43 0,1%	R\$ 624 1,4%	R\$ 584 1,6%	R\$ 787 2,1%	R\$ 884 2,1%	R\$ 1.054 2,4%	R\$ 1.105 2,4%	R\$ 1.191 2,4%	R\$ 1.292 2,4%	R\$ 1.476 2,5%
Preparo e emprego do poder naval	R\$ 669 1,7%	R\$ 786 1,7%	R\$ 616 1,4%	R\$ 578 1,6%	R\$ 599 1,6%	R\$ 708 1,7%	R\$ 594 1,4%	R\$ 738 1,6%	R\$ 877 1,8%	R\$ 1.032 1,9%	R\$ 817 1,4%
Segurança de voo e controle do espaço aéreo	R\$ 792 2,0%	R\$ 599 1,3%	R\$ 715 1,6%	R\$ 533 1,4%	R\$ 651 1,7%	R\$ 547 1,3%	R\$ 639 1,5%	R\$ 769 1,6%	R\$ 824 1,7%	R\$ 878 1,6%	R\$ 987 1,7%
Preparo e emprego da força terrestre	R\$ 667 1,7%	R\$ 632 1,4%	R\$ 478 1,1%	R\$ 544 1,5%	R\$ 776 2,0%	R\$ 776 1,9%	R\$ 738 1,7%	R\$ 694 1,5%	R\$ 733 1,5%	R\$ 806 1,5%	R\$ 959 1,6%
Reaparelhamento e adequação da Marinha	R\$ 469 1,2%	R\$ 550 1,2%	R\$ 33 0,1%	R\$ 61 0,2%	R\$ 119 0,3%	R\$ 273 0,7%	R\$ 163 0,4%	R\$ 399 0,9%	R\$ 421 0,9%	R\$ 1.077 2,0%	R\$ 3.556 6,0%
Desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária	R\$ 159 0,4%	R\$ 285 0,6%	R\$ 118 0,3%	R\$ 72 0,2%	R\$ 150 0,4%	R\$ 587 1,4%	R\$ 179 0,4%	R\$ 216 0,5%	R\$ 273 0,6%	R\$ 339 0,6%	R\$ 315 0,5%
Reaparelhamento e adequação do Exército	R\$ 217 0,6%	R\$ 227 0,5%	R\$ 489 1,1%	R\$ 149 0,4%	R\$ 140 0,4%	R\$ 76 0,2%	R\$ 60 0,1%	R\$ 198 0,4%	R\$ 333 0,7%	R\$ 479 0,9%	R\$ 475 0,8%
Demais programas	R\$ 3.008	R\$ 2.558	R\$ 1.468	R\$ 1.025	R\$ 1.145	R\$ 1.310	R\$ 1.448	R\$ 2.289	R\$ 2.096	R\$ 2.279	R\$ 3.079
<b>Total defesa</b>	<b>R\$ 39.398</b>	<b>R\$ 45.057</b>	<b>R\$ 44.219</b>	<b>R\$ 37.024</b>	<b>R\$ 38.112</b>	<b>R\$ 41.696</b>	<b>R\$ 43.611</b>	<b>R\$ 46.661</b>	<b>R\$ 49.538</b>	<b>R\$ 54.313</b>	<b>R\$ 59.352</b>

Fonte: EQUIPAMENTOS OBSOLETOS E INSUFICIENTES, 2012, p. 54

Conquanto as lições retiradas da Guerra das Malvinas (1982) possam levar a conclusões baseadas em corroborar com a validade e aplicação de tecnologias, bem como a reutilização do poder aéreo e uso de mísseis (AS GRANDES LIÇÕES..., 1982), outros elementos nos dão suporte para melhor entender o conflito e, deles, extrair aprendizados para um possível conflito futuro. Por um lado, autores como Anderson (2002) e Fowler (2009) citam o avanço tecnológico britânico como fator importante e que se mostrou decisivo no conflito.

Confrontando os aspectos na contenda, verifica-se que o acerto do planejamento britânico se deve, como outrora exposto neste trabalho, na aliança com os EUA e o embaraço

com a CEE, mas também na mobilidade de conversão de meios mercantes em meios para utilização no conflito, além da participação do comando do gabinete da crise que privilegiou as ações militares coordenadas britânicas, o que não se verificou nas forças argentinas (AS GRANDES LIÇÕES..., 1982).

Porém, se destaca em – *As grandes lições da Guerra das Malvinas* – (AS GRANDES LIÇÕES..., 1982) que a falha britânica se deu pelo erro de avaliação sobre as possibilidades de que os argentinos pudessem tomar iniciativa e ao não se prepararem para o conflito, foram surpreendidos com esta decisão.

No entanto, a falha argentina pode ser dimensionada por buscar o apoio dos EUA, ou sua neutralidade, dada a participação em ações militares conjuntas em El Salvador. Porém, torna-se mais grave a partir do momento do estabelecimento de ações militares sem aquiescência da população, visando reordenar as atenções devido ao insucesso econômico vivido naquele momento (LAMBERT, 2002).

Confirmada esta premissa pela Marinha do Brasil e com a incursão de submarinos nucleares no Atlântico Sul no evento da Guerra das Malvinas (1982) e da maneira com a qual os EUA atuaram temos por convicção que esta aliança se mostra perene e pode se repetir em outros momentos futuros caso o interesse de ambos esteja em jogo.

Apesar de não haver o apoio oficial, operações foram realizadas, bem como ajuda logística aos militares portenhos; porém, sem mobilização de tropas nacionais. Mas de fato, o Brasil cooperou com a Argentina em dois momentos: no calor do conflito com o envio de duas aeronaves Embraer EMB-111<sup>98</sup>, que ao chegar à Argentina ganharam as cores daquele país; e depois do conflito, com intuito de auxiliar a recomposição de aeronaves argentinas, o Brasil envia 11 (onze) jatos EMB-326 Xavante que repõe parte dos MB-339 destruídos na guerra. (GALANTE, 2012, p. 45).

O Brasil auxilia também o Reino Unido após o conflito das Malvinas (1982) ao permitir, com regularidade, pousos de emergência de Hércules da RAF Britânica na base aérea de Canoas/RS, que segundo justificativa oficial os pousos eram de caráter emergencial ou humanitário. Na verdade, estas operações no Brasil tinham um duplo significado: o primeiro consistia em proporcionar economia de combustível as aeronaves britânicas, pois evitava o reabastecimento no ar (RUMO..., 1983), o segundo motivo estava calcado na concorrência internacional promovida por parte do governo de Londres acerca do fornecimento de aviões para treinamento militar. Ao final do processo, a vitória foi obtida pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que, assim, ganhou o direito de fornecer

---

<sup>98</sup> Conhecidos também como "Bandeirulha". (GALANTE, 2012, p. 44).

130 (cento e trinta) EMB-312 Tucanos. (EMBRAER, 1985).

O interesse dos britânicos pelo Brasil é relevante segundo Till (2007), pois é um elo que assegura a comunicação com as Ilhas Malvinas, haja vista as dificuldades nas relações com o governo argentino, em especial nos governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), o que exige a presença de forças britânicas de dissuasão na região, na contramão da redução de investimentos, operado pela primeira-ministra Margareth Thatcher nos anos 80.

Em outras palavras, a afirmação de apoio às pretensões argentinas sofre interferência quando outros interesses estão em jogo, conforme exposto acima. O Brasil, da década de 1980, que vivia o seu último governo militar, o do presidente Figueiredo apresentava auspícios da abertura política e o país passava por dificuldades econômicas devido às crises do petróleo da década passada. Daí a oportunidade de não ficar isolado dentre as nações e, por isso, a dualidade sobre qual país atender, Argentina ou Reino Unido sem declarar abertamente de qual lado iria apoiar, era parte da estratégia do governo para não perder acesso aos mercados no pós-conflito.

No caso do Brasil, a posição sobre o apoio ou não às reivindicações argentinas pelo arquipélago é combatida entre alguns militares brasileiros. À guisa de exemplo, buscamos no depoimento do contra-almirante Ângelo Nolasco de Almeida, Ministro da Marinha do Brasil (1961-1962), ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que se refere ao arquipélago como sendo *Falklands* e não Malvinas, ou seja, possui entendimento diverso ao da política brasileira.

O contra-almirante exara que a soberania não pode ser modificada por representar melhor opção, em detrimento ao anseio argentino que não traria benefícios ao Brasil, e explana o papel que as ilhas representam ao Reino Unido, “[...] a Inglaterra tem a obrigação de ainda ver mais longe como potência, e não ver como país comum etc. [...] ela tem que pensar ainda como potência [...]. (ALMEIDA, 1990, p. 128).

Ao Brasil, deve-se refletir sobre a posição que as mesmas possuem em relação à Antártica, por isso a justificativa de alguns militares brasileiros na derrota argentina, para não haver questionamento da liderança brasileira na região, e, assim, não reativar a rivalidade entre os vizinhos (MANSO, 1982, p. 9).

Mesmo o Reino Unido em declínio, teve capacidade de orquestrar e de responder com eficácia a atitude argentina, e assim, fazer valer sua posição anterior, a despeito dos óbices que eram vividos naquela sociedade.

O Brasil, que possui interesses em resguardar as riquezas de seu litoral, atenta-se para

o fato de que o conflito de 1982, nos seus vieses político e estratégico pode ser replicado em seu território, caso haja cobiça de potências estrangeiras. Por isso, a política externa brasileira busca o aprofundamento de laços com países latino- americanos e da África, tendo em vista a similaridade cultural e de processo histórico (GUERREIRO, 1982).

Conforme ressalta Brotton (2012), o foco das guerras mudou e está pautado na obtenção e controle de recursos, tendo como exemplo, a Primeira Guerra do Golfo (1990-91), que buscava a hegemonia americana no fornecimento de petróleo, ou seja, se o recurso físico é importante para a nação hegemônica, fundamental será o controle da área que se dará por ingerência política (estabelecimento de governos nacionais subvenientes) ou pela força das armas.

Nesta seara, inicia-se a construção de adoção de políticas de cooperação regional que tem seu ápice na criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), através da aprovação da Resolução da ONU nº 41/11, pela Assembleia Geral<sup>99</sup>, em 1986, (UNITED NATIONS, 1986). Em apartada síntese, é uma resposta ao processo de desnuclearização do Atlântico Sul, que suplantou a tentativa argentina e sul-africana de militarização na Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), que tinha apoio dos Estados Unidos da América (PENNA FILHO, 2013) pois esta previa a submissão da política externa dos países a nuclearização da área, o que era rejeitado pelo Brasil.

Devido ao escopo do trabalho, vamos nos ater aos reflexos da ZOPACAS na tomada de decisões político-estratégicas do país. A década de 1980 trouxe a oportunidade de aproximar Brasil e Argentina. Com a derrota portenha, a ditadura militar daquele país entrou em colapso e tal como o Brasil, o regime democrático foi reestabelecido, o que permitiu iniciar conversações para estabelecer projeto de integração regional, que vai culminar no MERCOSUL.

Com intuito de amenizar o embargo do mercado europeu declarado à Argentina, portos brasileiros foram utilizados para escoamento de produtos argentinos, bem como o Brasil intermediou interesses diplomáticos argentinos em Londres (FLORES NETO, 2000), vez que as nações estavam em guerra, sem representação diplomática. (PIRES; ARDISSONE, 2004).

---

<sup>99</sup> Referida resolução foi aprovada, mas teve o voto contrário dos Estados Unidos da América, bem como abstenções de Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) e Portugal) foi criado este organismo internacional, cujos integrantes são: da América do Sul Ocidental (Brasil, Uruguai e Argentina) e os da costa atlântica da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Cabo Verde, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo. (UNITED NATIONS, 1986).

O Brasil e Argentina assinam acordos, como o de Itaipu-Corpus (1979), o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), a assinatura de acordos de cooperação nuclear Brasil-Argentina e a visita de Estado recíproca dos presidentes e a forma de como o Brasília atuou no conflito das Malvinas permitiu construir a integração econômica no continente, o que nos dizeres de Silva (2014) auxilia na confecção do ambiente de confiança mútua entre os países.

Esta conjuntura, não impediu que os países pudessem desenvolver tecnologia nuclear<sup>100</sup> para fins pacíficos e de pesquisa científica (RUCKS, 2014). O papel do Atlântico Sul para os países estava restrito ao tráfego marítimo de petróleo que serviam as potências ocidentais europeias e a americana.

A cooperação proposta pela ZOPACAS exclui o Reino Unido e seus domínios na bacia atlântica, o que dificulta para sucesso da empreitada. Doravante, há de se observar que a política estratégica da OTAN exara que a região, ao possuir riquezas nos arquipélagos (espaços marítimos), justifica a implementação de bases de apoio que vão além de suas fronteiras tem o liame de fortalecer seus países, extrair riquezas e combater delitos transnacionais. (SILVA, 2014). O ponto estratégico representado pelas Ilhas Malvinas constituem a presença necessária para repelir frotas, em 1982, como a da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, atualmente, pela frota da China, garantindo a sobrevivência do Ocidente. (MANSO, 1982, p. 9).

A geopolítica britânica no Atlântico Sul buscou afetar interesses nacionais. No século XIX, a Grã-Bretanha se apropria da ilha de Trindade<sup>101</sup> sob o pretexto de estar despovoada (similar com o caso das Ilhas Malvinas) cujo interesse britânico residia na construção de cabo submarino e de telecomunicações telegráficas com à Argentina sem passar pelo território brasileiro. Entretanto, as dificuldades apresentadas para o estabelecimento desse empreendimento, somadas aos esforços diplomáticos brasileiros levaram o impasse à solução de arbitragem portuguesa que, por sua vez, deu ganho de causa ao país e, retornou à soberania nacional (ALSINA JÚNIOR, 2015).

Importante ressaltar o paralelo entre as duas questões. A atitude britânica com o

---

<sup>100</sup> Brasil e Argentina criam Agência de Controle Nuclear bilateral na qual os presidentes Sarney (1985-1990) e Raul Alfonsín (1983-1989) permitem que especialistas dos dois países possam ter acesso entre si do desenvolvimento nuclear, conforme orienta a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). (MALLEA; SPEKTOR; WHELLER, 2012).

<sup>101</sup> É o ponto mais oriental do Brasil, cerca de 1.150 km do litoral do Estado do Espírito Santo, com área de cerca de 8,2 km<sup>2</sup> e possui singularidades específicas devido a constante agitação do mar. Por ser de origem vulcânica, a ilha não possui condições favoráveis ao cultivo agrícola e pastoril. (KÄMPF, 2016).

Brasil foi diferente, com negociações entre os países e esta observação é importante para correlacionar ideias entre as ocupações. No primeiro caso, a aceitação do instituto da arbitragem visando à solução do conflito de maneira pacífica, mesmo com o laudo que lhe desfavorecia em termos de soberania; e no segundo, a recusa tácita em abrir negociações, a manutenção de um estado de inércia com aplicação de política colonialista, mesmo com os ditames da Organização das Nações Unidas conclamando pela negociação.

Digno de nota que no caso da ilha de Trindade aparentemente não havia interesses a ser obtida pelo Reino Unido, Alsina Júnior (2015) deixa claro que a ilha era uma opção “[...] para instalação de um dos trechos de cabo submarino [...]” (ALSINA JÚNIOR, 2015, p. 109, grifo nosso), o que de *per si* não impediria a construção de referido trecho utilizando-se de outra base de apoio insular.

Denota-se, portanto, que a ação britânica tem o escopo em anexar territórios ou trazê-las para sua influência e no caso de Trindade aproveitar-se do momento político brasileiro de afirmação da República. Contudo, em março de 1896, ao atestar seu desinteresse estratégico, o Reino Unido, para devolver a ilha ao Brasil, o faz pela via diplomática, para não abrir precedentes e criar contendas desnecessárias (ARRAES, 2002). Por isso, não há o mesmo *animu*<sup>102</sup> nas questões envolvendo as Malvinas. Se Trindade oferecesse atrativo ímpar ou insubstituível, haveria recrudescimento por parte de Londres ou mesmo negativa de conversações bilaterais.

Como consequência, auxilia-nos no entendimento acerca da importância dos arquipélagos, pois devido às posições estratégicas que o Reino Unido possui, conforme Mapa 4, depreendemos a interferência de organismos internacionais, como a OTAN na região, o que vai de encontro com as aspirações brasileiras de cooperação com os países da região, exatamente para atenuar esta influência que hoje se encontra perene.

O objetivo principal da ZOPACAS<sup>103</sup> está em garantir a manutenção da paz e que a criação deste órgão tem a missão de repelir forças externas, porém refletindo que a cooperação dos países servirá como elemento de dissuasão no Atlântico Sul. (BRASIL, 2013).

Se nós não nos ocuparmos da paz e da segurança no Atlântico Sul, outros irão se ocupar. E não se ocuparão da maneira como nós desejamos: com a visão de um país em desenvolvimento que repudia qualquer atitude colonial

<sup>102</sup> Do latim, significa: vontade, desejo, pensamento, inteligência. (Nota e tradução nossa).

<sup>103</sup> A ZOPACAS está em sintonia com o discurso preconizado na END e na PND de acordo com o então Ministro da Defesa, Celso Amorim, Reunião ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) realizada em Montevideú, Uruguai em janeiro de 2013. (BRASIL, 2013).

ou neocolonial. (BRASIL, 2013, p. 2).

Porém enxergamos como óbice o fato de que apesar da agenda proposta pelo Brasil dentro da seara da ZOPACAS, se faz necessário pontuar dentro do discurso oficial como a presença no Atlântico Sul serve para proporcionar a adoção de políticas de cooperação com os países buscando fortalecer a imagem do Brasil em detrimento dos países do Atlântico Norte.

A visão que o Brasil tem do Atlântico Sul está assentado em interesses estratégicos e econômicos, com vistas à ampliação de sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) junto a Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas, visando a exploração de recursos minerais e biológicos.

Os interesses sobrepostos dos países, por exemplo, Reino Unido e Argentina, auxiliam na compreensão da força empreendida pelos britânicos no conflito das Malvinas em 1982, pois aparentemente longínquo, o arquipélago possui uma relevância estratégica que envolve interesses dos EUA, o que atualmente justifica a tentativa americana de reativar a Quarta Frota<sup>104</sup> como fator de dissuasão em países como o Brasil, que aspira interesses econômicos, na exploração de riquezas e ao tráfego marítimo.

Chama nossa atenção esta corrida pelas potências ocidentais, uma vez que os países do Sul pugnam pela desmilitarização da bacia do Atlântico e não possuem intenção de estabelecer novos conflitos. No caso da Argentina, (ENTREVISTA, 2012) informa que a porcentagem do PIB do país latino gasto em período anterior à Guerra estava em torno de 7 a 8 % do PIB e que atualmente não chega a 1% (COGGIOLA, 2014); o Brasil, como demonstrado em gráficos neste Capítulo mostra como os recursos destinados estão alocados em pagamento de folha e o dinheiro destinado a investimento sofre contínuo contingenciamento, portanto, as duas principais nações desta parte do mundo possuem dificuldades em estabelecer projetos estratégicos que possam inovar o panorama mundial de modo a receber uma resposta feroz dos países do Atlântico Norte.

Contudo, o Reino Unido permanece como áurea de potência militar; a Argentina, entra em um ciclo de forte restrição orçamentária, que não lhe permite acompanhar com a mesma intensidade os investimentos patrocinados por Londres e seus aliados da OTAN.

O Brasil possui boas relações com Argentina e Reino Unido (GUERREIRO, 1982), construídas em cooperação e confiança, por isso, o cuidado que precisa para não deixar ser

---

<sup>104</sup> Com a premissa de atuar em águas territoriais da América Latina e Caribe, a IV Frota tem no objetivo de proteger os interesses americanos na região e rapidamente podem agregar suas forças e garantir sua missão. (THUSWOHL, 2008, não paginado).

seduzido por momentos efêmeros que lhe pode ter um preço amargo no futuro. O discurso de Estado não pode conter vícios que maculem a política externa e nem desconstruir a imagem de pacificador da nação, como também não pode permitir que organismos de integração regional seja usado como trampolim ideológico que podem atrapalhar a ampliação da participação do país no mercado global.

A bacia do Atlântico Sul representa para o Brasil a possibilidade de efetuar o transporte marítimo de bens de importação e exportação. Com uma costa litorânea de aproximadamente 7.500 km, este modal, em 2011, respondeu por 95,9% do volume de exportações brasileiro (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE, 2012), o que nos mostra estar correto a adoção de políticas visando assegurar a liberdade de navegação, protegendo interesses nacionais, ao invés de esperar por intervenções estrangeiras, que podem ou não corroborar com as aspirações do Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto nesta dissertação chegamos a diversas considerações que merecem de nossa parte uma reflexão estruturada. A primeira, é a composição do conflito de interesses que permeiam as justificativas de Reino Unido e Argentina pelo arquipélago Malvinas. Por tratarmos da Geopolítica britânica, o enfoque maior deste trabalho levou em consideração as tratativas de Londres, porém não sem antes explicitar, a título de balizamento, o anseio argentino, para uma melhor conjectura que nos permitirá compreender a política empreendida no caso em tela.

Remontando ao século XIX, depreende-se que a invasão britânica se deu a um país ainda em formação e que possuía forças inferiores e, por mais que protestos fossem apresentados pela Argentina em organismos internacionais, pouco avanço de fato se comprovou, devido à inércia de Londres, que não investia na sua possessão além-mar.

Com o advento dos dois conflitos mundiais, no século XX, o mundo assiste a derrocada de poder do Reino Unido, cujo sintoma transparece na diminuição de investimento de seu arsenal de defesa. É digno de nota que os investimentos em defesa e segurança devem ser perenes para permitir a substituição regular dos meios, bem como promover o desenvolvimento técnico de novos meios para combate.

Este sinal fora interpretado por Buenos Aires de maneira a avançar com maior agressividade nos meios diplomáticos, em especial no seio da ONU, na qual clama por negociações com o Reino Unido que não se mostram dispostos a ceder em suas intenções.

Ao analisar estas negociações, o pesquisador depara com a vontade de não negociar do Reino Unido e, portanto, desconhecer às pretensões argentinas. Destaca-se que os movimentos por parte de sucessivos governos britânicos, impulsionam Buenos Aires na ação que ocorreu em 1982.

Importante destacar que, no momento que se opera o conflito, as economias estavam em momentos de crise. Internamente, o Reino Unido questionava o gabinete chefiado por Margareth Thatcher, mas conseguiu obter apoio de opositores e da população, mostrando o respeito às tradições de guerra do país.

Um fator decisivo para o sucesso britânico fora o apoio dos EUA, que auxiliou na aprovação da Resolução 502 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como afastou a hipótese de incidência do TIAR, na OEA, o que não estava nos planos de Buenos Aires.

A geopolítica britânica na região será vista com outro olhar obrigando o Reino Unido a projetar inversões monetárias para afastar investidas argentinas que fortalecem seus reclamos no campo diplomático dentro de organismos internacionais de cunho regional e global, tendo em vista a fortalecer suas pretensões e obrigar o Reino Unido a sentar à mesa de negociações e discutir o futuro do arquipélago, por isso, proporcionar segurança aos ilhéus lhe dá garantia de identidade com os mesmos.

A descoberta de riquezas da região trazem novos contornos a disputa já centenária pela posse do arquipélago. Enquanto o Reino Unido traz a região de seus domínios no Atlântico Sul para a proteção da União Europeia, através do Tratado de Lisboa, em contraponto, a Argentina busca arregimentar um discurso de união em organismos regionais com o fim de angariar apoio.

Por outro lado, essas atitudes ainda estão na contramão das primeiras Resoluções da ONU, que conclamam o diálogo direto, no intuito de pacificar por meio de negociação, o que parece cada vez mais distante e, com isso, há perpetuação no território por parte do Reino Unido, que não se mostra disposto a ceder, impulsionado pela vitória em 1982.

Igualmente, o Reino Unido demonstra que a posse do arquipélago é permeada de interesses políticos e econômicos, e a sua presença permitiu construir, através das décadas, um processo cultural com os ilhéus que se identificam como britânicos. Aliado a esse fato, a Argentina não consegue construir pontes, seja por intercâmbios culturais, telefonia, serviços postais, transportes, saúde, logística, o que levou a um resultado de rejeição em consulta popular, onde os kelpers reafirmaram seu anseio de permanecerem como estão, ou seja, britânicos.

Quanto mais a Argentina impuser restrições buscando atrapalhar as ações britânicas, maior será a rejeição aos mesmos, pois a lembrança do conflito ainda viva trouxe consequências que permeiam os pensamentos das pessoas, e reconquistar aquilo que a Guerra destruiu precisará de esforços constantes de Buenos Aires e, não, de enfrentamentos de cunho populista. Estas ações argentinas em organismos internacionais apenas reforçam a simpatia britânica dos kelpers.

O Reino Unido basicamente se apoia na política de exploração dos bens que o arquipélago possa oferecer, bem como na posição estratégica ímpar que possui dentro do Atlântico Sul que, em conjunto com suas outras possessões na mesma área, permitem influenciar e intervir nas Américas, bem como na África e na Antártica, dificultando as ações dos países costeiros em eventuais projetos de integração.

Isto explica, em termos, o fracasso da aprovação do TIAR e de negociações

diplomáticas que sucumbiram ante o voto dos EUA com os britânicos e, ainda, com apoio dos países da então Europa Ocidental (pertencentes a CCE), em detrimento da Argentina.

A visão britânica, com os reflexos da vitória no conflito de 1982 foi a de mostrar força não só para a Argentina, mas também de recuperar confiança interna e credibilidade externa. Recentemente, busca no apoio de seus aliados cancelar seus interesses no Atlântico Sul: por exemplo, com a OTAN, por permitir alcançar essas possessões sob o manto de sua segurança e, e no bojo da UE por incluí-las no rol de proteção e jurisdição europeia.

Na opinião do autor, estes eventos devem ser cuidadosamente interpretados pelas autoridades brasileiras e traduzir em apoio efetivo ao preconizado pelos documentos de defesa e estratégia nacional. É cediço que os ditames traçados por estes documentos são importantes na consolidação do Estado Brasileiro e em seu entorno estratégico como elemento de dissuasão. Portanto, há de se observar, por parte dos governos, o estrito cumprimento do orçamento destinado à Defesa e a consecução dos itens elencados por estes documentos para, assim, evitar intempéries de atores extrarregionais com presença no nosso entorno estratégico.

O país possui riquezas ainda a serem exploradas e suas fronteiras precisam ser protegidas com mais investimento governamental. A lição da guerra e da sucessiva intervenção de países extrarregião no Atlântico Sul para o Brasil diz respeito a dar prioridade a investimentos em meios militares efetivos, capazes de responder, com agilidade, os desafios que podem advir num futuro próximo, caso haja necessidade. Como alerta, fica esta dissertação, ao trazer à baila declarações que atestam a limitação e sucateamento dos meios disponíveis.

Ressalte-se que possíveis conflitos no século XXI advirão pela busca de recursos naturais (demanda ambiental) e devido às riquezas que possui o território brasileiro, a cobiça das potências estrangeiras irá demandar ações para responder a investida desses Estados, mesmo com a tentativa da ONU em estabelecer, com os países, no seio da Assembleia Geral a adoção de Convenções Internacionais para promoção e desenvolvimento da paz, como, por exemplo, a adoção da Convenção de Montego Bay, em 1982.

Contudo, se o Brasil deseja uma inserção mais efetiva no globo, deverá cumprir e investir seriamente em diplomacia, defesa e segurança e implantar um dispositivo legal, com força constitucional, para que não ocorra contingenciamentos orçamentários, dada a visão estratégica de importância relevante para a grandeza da nação que leve a independência e possa, assim, auxiliar seus vizinhos, como preceitua a política e a estratégia de defesa.

Consequentemente, a atenção que o Brasil precisa ter ao enxergar a presença de

qualquer nação que esteja fora da aliança ZOPACAS no entorno estratégico delineados pela END e PND, requer rígida análise, pois as forças assimétricas dos países podem ser diferentes e a arremetida de apoio político também. O Reino Unido, ao possuir assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e, tem em suas mãos o instrumento do direito de vetar as Resoluções a serem exaradas por aquele organismo, o que lhe confere capacidade de negociação de alto nível, bem como aliados de grandeza ímpar, que são os Estados Unidos da América e a OTAN.

Trata-se da apresentação de números não precisos acerca de valores de riquezas apuradas por este estudo, devido à necessidade, dentre outras, de maior tempo para que as empresas de prospecção possam indicar números mais precisos, o que indica a necessidade de estudos futuros sobre este fenômeno.

Entretanto, é possível afirmar neste trabalho que a presença de hidrocarburetos (petróleo e gás), bem como nódulos polimetálicos fomenta a cobiça de países pela geração de riquezas dela proveniente, e projeta a necessidade de investimento estratégico-militar na região. Os dados apresentados pelo sítio governamental das *Falkland Islands* não são iguais por apresentados por demais pesquisadores e as projeções de quantificar em moeda ficam prejudicadas, por inexatidão da quantidade de bens a serem explorados.

Em relação a fatores estratégicos, verifica-se que as Ilhas Malvinas proporcionam aos britânicos uma condição ímpar dentro do Atlântico Sul, pois, o Estreito de Drake proporciona o controle das rotas de navegação entre os Oceanos Pacífico e Atlântico, o que poderá ser utilizado em momento futuro, se algum país ou nação pretender intervir na área, que está, atualmente está sob seu controle.

Denota-se, portanto que o componente estratégico é o fator motivador britânico na região, o controle do espaço marítimo e das rotas de comunicação austrais, em especial pela passagens que circundam o extremo sul do continente americano, que lhe permite obter vantagens comerciais e militares. A descoberta de novas riquezas de cunho econômico, como petróleo e gás acrescem os ânimos de permanecer na área, mesmo com a inconsistência de dados que este trabalho conclui em relação à quantidade encontrada em torno do arquipélago.

Doravante a descoberta destes recursos, há de se observar os preços deles no mercado internacional, com o fulcro de verificar as viabilidades de sua extração e de como transportar estes bens, visto que os portos das nações sul-americanas estão fechados para os navios que possuam a bandeira das Ilhas Falklands, sendo essa uma decisão política, de cunho a apoiar as intenções argentinas, que buscam a abrir diálogo com Londres sobre a questão da soberania dos ilhéus.

Apesar da derrota, a Argentina não desiste de seu pleito, porém ao adotar uma política e estratégia diferenciadas, consubstanciadas em atuações nos meios diplomáticos nos foros internacionais, não busca cooperar verdadeiramente com os ilhéus. É preciso compreender que o trauma da Guerra traz uma sensação de repulsa à qualquer ideia de integração ou devolução à Buenos Aires e esta, por sua vez, deve trabalhar no sentido de reverter este sentimento e não aprofundar a cisma existente entre os populações.

Superar as diferenças do passado é um caminho eficaz para o início da solução da contenda. Porém, vemos que ambos os países atuam em foros diversos: o Reino Unido parece-nos mais preocupado em transmitir a mensagem de proteção aos ilhéus, replicando-lhes benesses de *britanidade*, mesmo com a distância considerável da "ilha-mãe" e com as adversidades impostas pelos vizinhos sul-americanos.

A Argentina não privilegia a cooperação e integração com os kelpers, lhe restringe o escoamento de seus bens comerciais e, em contrapartida, não estabelece contato regular, como o estabelecimento de voos regulares e tampouco facilita a criação de vínculos com o continente, o que lhe facilitaria um eventual processo de transição de soberania – e a *contrário sensu* faz com que a britânica seja aceita incontestemente -, pois entre a dúvida e a segurança, os ilhéus optam pela segunda opção, pois imaginam, assim, que seus interesses primordiais estão protegidos.

Dada a permanência da contenda e os recentes acontecimentos abrem-se novas perspectivas de análise, a saber: a decisão da Comissão e Limites da Plataforma Continental (CLPC)<sup>105</sup> que outorga à Argentina ampliar a exploração exclusiva dos recursos ao limite de 350 (trezentos e cinquenta) milhas náuticas, abarcando o arquipélago Malvinas, o que não é interessante para o Reino Unido que busca desqualificar essa decisão, reafirmando seus direitos soberanos.

Outro elemento que merece análise futura é entender o processo de negociação de retirada britânica da União Europeia, reconhecido nos meios de comunicação como Brexit. Em junho de 2016, os cidadãos dos países que formam o Reino Unido decidiram pela saída do bloco, com votação apertada, com aproximadamente 52% dos votos válidos.

Entretanto, há de se averiguar e observar como este processo de saída vai afetar os Tratados já firmados, aos qual Londres já aderiu, como o Tratado de Lisboa, que lhe interessa, uma vez que concede status privilegiado as possessões além-mar dos países do

---

<sup>105</sup> Tem por objetivo delimitar e estabelecer os limites exteriores da plataforma continental de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar. (UNITED NATIONS, 2012, não paginado).

bloco em outras partes do mundo, atualmente com a chancela europeia.

No direito internacional, a saída de um país de um Tratado se opera pela denúncia, mas, neste caso específico da decisão de abandonar o bloco, com múltiplos tratados vigentes, qual será o caminho da negociação a ser estabelecida, esta é uma pergunta para o qual não se tem a resposta exata e somente o prazo que acaba de se iniciar das condições de saída que deverá permanecer por 24 (vinte e quatro) meses poderão nos aclarar sobre qual rumo tomar.

O processo que agora se inicia vai mostrar o *modus operandi*<sup>106</sup> de como serão as responsabilidades e, ainda, se poderão ser mantidos alguns dispositivos,; todavia, o Reino Unido permanece como membro da OTAN (Tratado do Atlântico Norte), o que nos indica a importância da segurança e defesa estratégica remanescente em âmbito britânico junto ao continente europeu.

Contudo, pela incerteza do alcance dos efeitos que o *Brexit*, as exportações direcionadas para União Europeia encontram nos países da América do Sul, em especial o Brasil, com sua economia mais diversificada, a oportunidade da abertura de mercado para a região do arquipélago, bem como para as demais possessões, além do próprio Reino Unido.

A discussão do tema é presente o que leva a perpetuação do dilema e com esses novos acontecimentos, a geopolítica britânica no Atlântico Sul ganhará novos contornos, por isso a necessidade de estudos futuros que demonstrem a relevância da presença do Reino Unido nas águas austrais da bacia do atlântico, bem como sua importância dentro do panorama global de influência que preconizam em seus documentos de estratégia e de defesa nacional.

---

<sup>106</sup> Modus operandi, do latim, significa: modo de operação. (Nota e tradução nossa).

## REFERÊNCIAS

- ALDOUS, R. **Reagan e Thatcher: uma relação difícil**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- ALMEIDA, Ângelo Nolasco de. **Ângelo Nolasco de Almeida: depoimento**, 1986. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.
- ALSINA JÚNIOR, J. P. S. **Rio-Branco: grande estratégia e o poder naval**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- ANDERSON, D. **Essential histories: the Falklands War - 1982**. London: Osprey Publishing Ltd., 2002.
- ARENDETT, H. **Origens do totalitarismo**. 4. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. Secretaría de Asuntos Relativos a las Islas Malvinas. **La comunidad internacional y la cuestión Malvinas**. Buenos Aires, 2014.
- ARGENTINA. Presidencia de la Nacion. Casa Rosada. **Historia de la Casa Rosada**. Buenos Aires, 2017. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/la-casa-rosada/historia>>. Acesso em: 07 abr. 2017.
- ARRAES, V. C. A presença britânica na ilha de Trindade e a reação do Parlamento brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 38, n. 153, p. 241-253, jan./mar. 2002.
- BANDEIRA, L. A. M. **Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília, DF: FUNAG, 2009.
- \_\_\_\_\_. Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano XI, n. 132, p. 157-165, maio 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17120/9113>>. Acesso em: 26 jul. 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Câmbio e capitais internacionais. Taxas de câmbio. **Conversão de moedas**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>>. Acesso em: 06 abr. 2017.
- BBC BRASIL. **Malvinas vira foco de tensão entre Argentina e Grã-Bretanha 3 décadas após guerra**. Rio de Janeiro, 20 jan. 2012. Com reportagem de Vladimir Hernández, da BBC Mundo em Buenos Aires. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120119\\_malvinas\\_rp.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120119_malvinas_rp.shtml)>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- BBC BRASIL.com. **8 questões-chave para entender o plano do Reino Unido para o Brexit, a saída da União Europeia**. São Paulo: Terra.com, 18 jan. 2017. Reportagem da BBC BRASIL.com. Mundo. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/mundo/8-questoes-chave-para-entender-o-plano-do-reino-unido-para-o-brexite-a-saida-da-uniao-europeia,9bc5fdbd59ed0f9780490817315c95c64118tnpz.html>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

BECK, A. C. W. **Malvinas, uma disputa bicentenária: razões que levam à perpetuação do conflito**. 2013. 111 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Relações Internacionais)-UFSC, Florianópolis, 2013.

BONIFACE, P. **La géopolitique: 42 fiches thématiques et documentée pour comprendre l'actualité**. 3e édition revue et corrigée Paris: Eyrolles, 2015.

BRANDÃO, L.; SOARES, M. R. L. “Navios de madeira e homens de ferro”: a problemática das relações internacionais na Guerra das Malvinas (1982). **Revista de Relações Internacionais e Economia – RECRIE**, Santo André, n. 1, p. 1-18, dez. 2009. Disponível em: <<http://www3.fsa.br/proppex/recr/numero1/recrietexto52009.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

BRASIL. Mercosul. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

BRASIL. **Ministério da Defesa**. Intervenção do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na VII Reunião ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).Montevideo, 15 jan. 2013. Disponível em:

<[http://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso\\_ministro/zopacas.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/zopacas.pdf)> Acesso em: 18 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/livro\\_branco/livrobranco.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Política Externa. **União de Nações Sul-Americanas**. Brasília, DF. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>>. Acesso em 07 abr. 2017.

BRASIL. Portal Brasil. **Celac**. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/conteudos-excedentes/celac/brasil-e-america-do-sul-1/celac>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Entenda a diferença entre plebiscito, referendo e leis de iniciativa popular**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/11/entenda-a-diferenca-entre-plebiscito-referendo-e-leis-de-iniciativa-popular>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

BRASIL. Prática Recomendada n. 1 de 21 de janeiro de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jan. 2015. Seção 1, p. 98. Disponível em: <[http://www.inde.gov.br/images/inde/Pratica\\_Recomendada\\_1\\_2015\\_CONCAR.pdf](http://www.inde.gov.br/images/inde/Pratica_Recomendada_1_2015_CONCAR.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2017.

BRITISH GEOLOGICAL SURVEY. **About the British geological survey**. [S.l.], 2017. Disponível em: <<http://www.bgs.ac.uk/about/>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRITISH GEOLOGICAL SURVEY. Natural Environment Research Council. Falklands oil exploration progress. **BGS International Activities**, Nottingham, p. 16, jan. 2010. International. Energy. Disponível em: <[http://www.bgs.ac.uk/research/international/ProjectSummaries/International\\_magazine\\_hypers.pdf](http://www.bgs.ac.uk/research/international/ProjectSummaries/International_magazine_hypers.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BROTTON, J. **Uma história do mundo em doze mapas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CABRAL, A. et al. **Guerra santa nas Malvinas: história de uma derrota**. São Paulo: EMW, 1983.

CAMOGLI, P. **Batallas de Malvinas: todos los combates de la guerra del Atlántico Sur**. Buenos Aires: Aguilar, 2012.

CAROU, H. C. **La construcción social del conflicto territorial argentino-britânico: uma aproximación geopolítica crítica**. Madrid: Biblioteca Universitária, 1995.

CARVALHO, E. Volta da Antártica tem ondas gigantes em travessia de estreito. **G1**. São Paulo, 14 fev. 2013. Ciência e Saúde. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/02/volta-da-antartica-tem-ondas-gigantes-na-travessia-do-estrito-de-drake.html>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

CARVALHO, R. do Nascimento. **Ilhas Malvinas: uma reflexão sobre a soberania argentina**. 2014. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE)- Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. Ilhas Malvinas: análise de segurança e defesa no Atlântico Sul. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. São Paulo, p.1-15, out. 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 05 abr 2017.

CASTRO, T. **Teoria das relações internacionais**. Brasília, DF: FUNAG, 2016.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. Estratégia e defesa (1960-1990). In: ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon. **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. São Paulo: USP, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais, 2000, v. 4.

\_\_\_\_\_. P&D militar: situação, avaliação e perspectivas. **Premissas**, Campinas, n. 5, p. 3-58, dez. 1993.

CHEBABI, H. E. Self-determination, territorial integrity and the Falklands Islands. **Political Science Quarterly**, Ithaca, v. 100, n. 2, p. 215-225, Summer 1985.

CHIARETTI, D. A vida dupla de uma ilha. **Valor econômico**, Rio de Janeiro, 07 abr. 2017. Eu & fim de semana. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/especial/Ilhas-malvinas>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

COELHO, L. R. **Os principais canais de navegação do mundo**. [S.l.]: Logística descomplicada.com., 07 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.logisticadescomplicada.com/os-principais-canais-de-navegacao-do-mundo/>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

COGGIOLA, O. A outra guerra do fim do mundo: Malvinas e “redemocratização” da América do Sul. *Aurora*, Marília, v. 5, n. 2, p. 169-246, jan./jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **A outra guerra do fim do mundo: a batalha pelas Malvinas e a América do Sul**. Cotia: Ateliê Editorial, 2014.

THE COMMONWEALTH. **Member countries**. London, 2017. Disponível em: <<http://thecommonwealth.org/member-countries>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (Brasil). **Pesquisa CNT do transporte marítimo 2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://cms.cnt.org.br/Imagens%20CNT/Publica%C3%A7%C3%B5es/Pesquisa%20Maritima/Pesquisa%20CNT%20do%20Transporte%20Maritimo%202012.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

CORRÊA, L. F. S. **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011**. 3. ed. Brasília, DF: FUNAG, 2012.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Géostratégie de l’Atlantique Sud**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

CUNHA, C. L. M. **Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro**. Brasília: FUNAG, 2009.

CUNLIFFE, B. **History of Britain and Ireland**. London: Penguin, 2004.

DEAR, Paula. **We don't sit here doing nothing**. London: BBC News, 13 June 2007. UK. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/6743645.stm>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

DEUTSCHE WELLE. Com Brexit, Ilhas Malvinas miram comércio com Brasil. Bonn, 28 mar. 2017. América do Sul. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/com-brexite-ilhas-malvinas-miram-com%C3%A9rcio-com-brasil/a-38173677>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

DILLON, G. M. **The Falklands, politics and war**. New York: St. Martin’s Press, 1989.

DOBSON, C.; MILLER, J.; PAYNE, R. **Malvinas contra Falklands: das origens históricas à rendição argentina**. Lisboa: Europress, 1982. Coleção História Viva.

DOBSON, W. Antecedentes político-diplomáticos no conflito das Ilhas Falklands. **Palestra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2007.

DUARTE, P. Q. **Conflito das Malvinas**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. 2v.

EMBRAER. Assessoria de Comunicações (Ed.). Como ganhamos a guerra da Inglaterra. **O Bandeirante**, São José dos Campos, ano III, n. 185, p. 1-3, 29 mar./04 abr. 1985. Continua no próximo número do jornal O Bandeirante. Disponível em: <<http://www.revistabandeirante.com.br/revista/hist/1985/185.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

EQUIPAMENTOS obsoletos e insuficientes. **Em Discussão**, Brasília, DF, ano 3, n. 10, p. 50- 59, mar. 2012. Realidade Brasileira. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!\\_marco\\_2012\\_internet.pdf](http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_marco_2012_internet.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ESPECIALISTAS debatem sobre a Guerra das Malvinas. Entrevistador: William Waack. Produção: Globo News Painel. Entrevistados: Roberto Abdenur, Eduardo Viola e Roberto Godoy. São Paulo: Globo News, 17 jul. 2012. Vídeo (47 min.), son., color. You Tube. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_H3d81P6tJQ](https://www.youtube.com/watch?v=_H3d81P6tJQ)>. Acesso em: Acesso em: 20 jul. 2015.

FALKLAND ISLANDS GOVERNMENT. Department of Mineral Resources. **Mineral resources: exploration history: the 2010-2012 drilling campaign**. Stanley, Falkland Islands, 2013. Disponível em: <<http://www.falklands-oil.com/>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

FALKLAND ISLANDS GOVERNMENT. **Fisheries**. Stanley, Falkland Islands, 2012a. Disponível em: <<https://www.falklands.gov.fk/self-sufficiency/commercial-sectors/fisheries/>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Self-sufficiency**. Stanley, Falkland Islands, 2012b. Disponível em: <<https://www.falklands.gov.fk/self-sufficiency/>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Our people: local life, traditions and services on the islands**. London, 2012c. Disponível em: <<http://www.falklands.gov.fk/our-people/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

FERGUSON, N. **El imperio británico: como Gran Bretaña forjó el orden mundial**. 3. ed. Barcelona: Debate, 2011.

FERNANDES, D. C. **A política externa da Inglaterra: análise histórica e orientações perenes**. Brasília, DF: FUNAG, 2011.

FINLAN, A. **The Royal Navy in the Falklands conflict and the Gulf War: culture and strategy**. London: Frank Cass Publishers, 2004.

FLORES NETO, Francisco T. O desafio geoestratégico. In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. São Paulo: USP, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais, 2000, p. 175-186, v. 3.

FOWLER, W. **Royal Marine Commando 1950-82**. From Korea to the Falklands. New York: Osprey Publishing, 2009.

FREEDMAN, L. **The official history of the Falklands campaign**. London: Routledge, 2007.  
v. II. War and diplomacy.

FREEDMAN, L; GAMBA, V. **Señales de guerra: el conflicto de las islas Malvinas**. Buenos Aires: El Ateneo, 2012.

G1.GLOBO.COM/MUNDO. **Malvinas aprovam domínio britânico: moradores querem que território permaneça sob domínio do reino unido**. São Paulo, 11 mar. 2013. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/mundo/noticias/2013/03/malvinas-aprovam-dominio-britanico.html>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

GALANTE, Alexandre. 30 anos da Guerra das Malvinas. **Forças de Defesa**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 28-45, jan./fev./mar. 2012. Seção Poder Naval.

GAMBA, V. **The Falklands/Malvinas War: a model for north-south prevention**. Winchester: Allen & Unwin Inc., 1987.

GARCIA, José Manuel. Tratado de TordesIlhas: versão portuguesa. In: Minuta do Tratado de TordesIlhas, **Oceanos**, Lisboa, n. 18, p. 62-76, jun. 1994. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <[http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado\\_tordesIlhas/ficha.html](http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesIlhas/ficha.html)>. Acesso em: 3 abr. 2016.

GÓES, G. S. A nova ordem mundial na era pós-bipolar. **Cadernos de Estudos Estratégicos**. Rio de Janeiro: ESG, n. 1, p. 134-175, jul. 2005.

GOMES FILHO, E. U-507: um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas do Brasil. **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 57-71, jun. 2006.

AS GRANDES lições da Guerra das Malvinas: 1982. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, Centro de Estudos Avançados, 1982. Caderno de Trabalho Interno.

A GUERRA das Malvinas. Programa do Jô. Entrevistado: Roberto Lopes. São Paulo: TV Globo, 28 fev. 2013. Vídeo (21 min.), son., color. Programa de TV no You Tube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RoqY4LlO-Kk>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

GUERREIRO, R. S. **Política externa do Brasil**. Departamento de Estudos. Rio de Janeiro: ESG, 1982.

HENRIQUES, E. M. **Uma visão da Antártica**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

HER MAJESTY'S GOVERNMENT. Foreign & Commonwealth Office. **About us**. London: Her Majesty's Stationery Office, 2015. Disponível em:

<<https://www.gov.uk/government/organisations/foreign-commonwealth-office/about>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

HER MAJESTY'S GOVERNMENT. Ministry of Defence. **Overseas territories: the Ministry of Defence's contribution**: London: Her Majesty's Stationery Office, 1 March 2012. Directorate-General Security Policy. Disponível em:

<[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/27626/overs](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/27626/overs)

e as\_territories.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2017.

HER MAJESTY'S GOVERNMENT. Her Majesty's Stationery Office. **Securing Britain in an age of uncertainty: The Strategic Defence and Security Review 2010**. London, October 2010. Disponível em: <[http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2010/uk-mod\\_strategic-defense-review\\_101019.pdf](http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2010/uk-mod_strategic-defense-review_101019.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Strategic Defence Review [1998]**. London, 1998. Disponível em: <<http://fissilematerials.org/library/mod98.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **The United Kingdom Defence Programme: the way forward**. London, 1981. Disponível em: <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/991284B4011C44C9AEB423DA04A7D54B.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

HOBSBAWN, E. Falklands fallout. **Marxism Today**, London, v. 26, n. 1, p. 13-19, jan. 1983.

JAGUARIBE, H. **Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Instituto de Estudos Políticos e Sociais - IEPES, 1985. (Coleção Debates; v. 3).

KÄMPF, M. N. **Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)**. Brasília, DF: FUNAG, 2016.

KILN. **The ship map: global shipping via 250 million data points: merchant fleet: container, dry bulk, tanker, gas bulk, vehicles, with CO<sup>2</sup> emissions in 2012**. London, 20 jun. 2012. The map was created by KILN based on data from UCL Energy Institute - UCL EI. Disponível em: <<http://www.kiln.digital/>>; <[www.shipmap.org](http://www.shipmap.org)>. Acesso em: 15 mar. 2017.

KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LAMBERT, J. M. **Curso de Direito Internacional Público: o Mercosul em questão**. Goiânia: Kelps, 2002.

LANUS, J. A. **Aquel apogeo**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2001.

\_\_\_\_\_. **De Chapultepec al Beagle**. 3. ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984.

\_\_\_\_\_. **Repensando Malvinas: una causa nacional**. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2016.

LEITÃO, N. A. **Exposições universais: Londres 1851. Lisboa: Expo'98, 1994**.

MACKINDER, H. J. **Britain and the British seas**. London: William Heinemann, 1902.

MacMAHON, R. J. **Guerra Fria**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MAHAN, A. T. **The influence of sea power upon history 1660-1783**. New York: Dover

Publication, 1987.

MALATRASI, Jorge Baeza. **Cabo de hornos 400 años de su descubrimiento**. Santiago: Blog Filanaval, 2016. Disponível em: <<http://filanaval.blogspot.com.br/2016/04/cabo-de-hornos-400-anos-de-su.html>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MALLEA, R.; SPEKTOR, M.; WHEELER, N. J. (Eds.). **Origens da cooperação nuclear: uma história oral crítica entre Argentina e Brasil**. Rio de Janeiro: FGV; Washington, DC: Woodrow Wilson International Center of Scholars, 21-23 mar. 2012. Conferência conjunta entre FGV, ICCS e o Woodrow Wilson International Center for Scholars.

MANSO, G. C. A análise dos militares brasileiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Primeiro Caderno, p. 9, 18 jul. 1982. Acervo.

MAPA da divisão política da Antártida. [S.l.]: vmapas.com, [2003?]. Disponível em: <[http://www.vmapas.com/Antartida/Mapa\\_Politico\\_Antarctica.jpg/maps-pt.html?map\\_viewMap=1](http://www.vmapas.com/Antartida/Mapa_Politico_Antarctica.jpg/maps-pt.html?map_viewMap=1)>. Acesso em: 02 mar. 2017.

MARGHERITIS, A. Os recursos energéticos das Ilhas Malvinas e sua relação com o conflito anglo-argentino. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 111-132, jan./jul. 1991. Disponível em: <[http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Margheritis\\_vol13n1.pdf](http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Margheritis_vol13n1.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MARQUES, F. **#Brexit**: uma história de amor-ódio entre o Reino Unido e a União Europeia. Paris: Euronews, 23 jun. 2016. Mundo. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2016/06/23/brexit-esta-e-historia-de-amor-odio-entre-o-reino-unido-e-a-uniao-europeia>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MATTOS, H. J. **Crises e alternativas da América Latina**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

MONTEIRO, A. A. D. **O Atlântico Sul e o poder naval brasileiro**. Palestra proferida na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 12 jun. 2014.

MORAES, M. Figueiredo ameaçou apoiar Argentina militarmente se britânicos a invadissem.

**Estadão**, São Paulo, 02 de abril de 2012, Internacional. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,figueiredo-ameacou-apoiar-argentina-militarmente-se-britanicos-a-invadissem,856698>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MORGENTHAU, J. H. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília, DF: Editora UnB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MÜLLER, L. Jones. **Se for radar, ele vai atrás**. Rio de Janeiro: PortalDEFESA.com, 11 fev. 2013. Disponível em: <<http://portaldefesa.com/3189-se-for-radar-ele-vai-atras/>> Acesso em: 10 abr. 2017.

MUÑOZ, H. **A sombra do ditador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

NIKANDROV, N. Oil war in South Atlantic: Great Britain vs. Latin America. **Strategic**

**Culture Foundation on-line journal**, [S.l.], 02 jul. 2012. World. Disponível em: <<http://www.strategic-culture.org/news/2012/02/07/oil-war-in-south-atlantic-great-britain-vs-latin-america.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **NATO member countries**. Brussels, 06 Feb. 2017. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/nato\\_countries.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/nato_countries.htm)>. Acesso em: 07 abr. 2017.

O'DONNELL, G. A Argentina antes e um pouco depois das Malvinas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 9-14, nov. 1982.

OLIVEIRA, C. T. **Dois temas para Dilma: China e portos**. São Paulo: Aduaneiras, 2015.

OLIVEIRA, M. A. G. (Org.). **Comparando a defesa sul-americana**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The General Assembly. **Resolution 1514 (XV): Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples**. New York, 14 December 1960. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/1514\(XV\)%20](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/1514(XV)%20)>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Tratados Multilaterais. **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca**. Rio de Janeiro, 1947. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/spanish/Tratados/b-29.html>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

PALACIOS, A. 1 milhão de pinguins, 600 mil ovelhas, 15 mil minas explosivas, 3.000 Homo Sapiens civis... e pelo menos 18 bilhões de barris de petróleo. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 fev. 2010. Internacional. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/1-milhao-de-pinguins-600-mil-ovelhas-15-mil-minas-explosivas-3-000-homo-sapiens-civis-e-pelo-menos-18-bilhoes-de-barris-de-petroleo/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PANAMÁ inaugura ampliação que dobrou capacidade do canal entre Atlântico e Pacífico. São Paulo: Globo News, 26 jun. 2016. Vídeo (51 seg.), son., color. Notícia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/panama-inaugura-ampliacao-que-dobrou-capacidade-do-canal-entre-atlantico-e-pacifico/5121403/>>. Acesso em: Acesso em: 21 jan. 2017.

PASTORINO, A. **Malvinas: El derecho de libre determinación de los pueblos y la población de las islas**. Buenos Aires: Eudeba, 2013.

PECEQUILO, C. S. **Manual do candidato: política internacional**. Brasília, DF: FUNAG, 2012.

PENNA FILHO, P. **Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI**. Brasília, DF: Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército, Núcleo de Estudos Prospectivos, 2013.

PINO, G. G. Combined Joint Peace Force “Cruz del Sur” (Southern Cross). In:

INTERNATIONAL SECURITY CONFERENCE OF FORTE DE COPACABANA, IV. International Security. A European-South American dialogue. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2008.

PINTO, P. C. A. **Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)**. Brasília, DF: FUNAG, 2015.

PIRES, C. M.; ARDISSONE, A. Cooperação regional no Mercosul: democracia e segurança. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JÚNIOR, Domício. (Orgs.) **Panorama brasileiro de paz e segurança**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 353-382.

PLANEJAMENTO voltado para o futuro. **Em Discussão**, Brasília, DF, ano 3, n. 10, p. 11-14, mar. 2012. Realidade Brasileira. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!\\_marco\\_2012\\_internet.pdf](http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_marco_2012_internet.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2017.

REINO Unido. In: BRITANNICA ESCOLA ONLINE. **Enciclopédia Escolar Britannica**, [S.l.], 2017. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/482747/Reino-Unido>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

REIS, R. G. G. Atlântico Sul e Amazônia Azul: um desafio geopolítico para a sociedade brasileira. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 134, n. 04-06, p. 29-45, abr./jun. 2014.

REYES, M. J.; GONÇALVES, J. (Orgs.). **Atlântico Sul XXI: África Austral e América do Sul na virada do milênio**. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUNEB, 2009.

RIBEIRO, D. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROBINSON, P. S. Reason, meaning, and the institutional context of foreign policy decision-making. **International Journal**, [S.l.], XLIX, p. 408-433, Spring 1994.

ROHWER, J. Operações navais da Alemanha no litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. **Navigador: subsídios para a história marítima do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 4-38, jan./dez. 1982.

ROMERO, L. A. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RUCKS, Jessica Tekaro. A geopolítica do Atlântico Sul: a importância da ZOPACAS para o Brasil. In: GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA CLÁSSICA E CONTEMPORÂNEA DOS SÉCULOS XX E XXI. Rio de Janeiro, 2014. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 147-158.

SAINT-PIERRE. H. L. 30 años de Malvinas: entre la fuerza y la diplomacia. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al (Org.). **Argentina hoje**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012a.

p. 9-14.

\_\_\_\_\_. **Especialista em relações internacionais avalia tensão entre Argentina e Grã-Bretanha.** São Paulo: UNESP, 20 jan. 2012b. Vídeo (02 min.) son., color. Podcast.

Disponível em: <<http://podcast.unesp.br/radiorelease-20012012-especialista-em-relacoes-internacionais-avalia-tensao-entre-argentina-e-gra-bretanha>>. Acesso em: 27 jul. 2016

SANTOS, E. **Entre o Beagle e as Malvinas:** conflito e diplomacia na América do Sul. Brasília, DF: FUNAG, 2016.

SECRETARIA DO TRATADO ANTÁRTICO. **Protocolo al Tratado Antártico sobre Protección del Medio Ambiente.** Buenos Aires, 2011a. Disponível em: <[http://www.ats.aq/documents/keydocs/vol\\_1/vol1\\_4\\_AT\\_Protocol\\_on\\_EP\\_s.pdf](http://www.ats.aq/documents/keydocs/vol_1/vol1_4_AT_Protocol_on_EP_s.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Tratado Antártico.** Buenos Aires, 2011b. Disponível em: <[http://www.ats.aq/documents/keydocs/vol\\_1/vol1\\_2\\_AT\\_Antarctic\\_Treaty\\_s.pdf](http://www.ats.aq/documents/keydocs/vol_1/vol1_2_AT_Antarctic_Treaty_s.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2016.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. O Atlântico Sul na perspectiva da segurança e da defesa. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Orgs.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico:** América do Sul e Atlântico Sul. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 199-213.

SILVA, P. M. **Implicações do conflito das Malvinas para o sistema Interamericano:** a posição do Brasil e possíveis reflexos em sua doutrina militar. Rio de Janeiro: ESG, 1984.

SILVEIRA, Antônio Azeredo da. **Arquivo pessoal.** Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1982. Parte: embaixador em Washington (1979-1983) com 5158 documentos. AAS ew 1982.01.21, I-58 - A/10.

SPYKMANN, N. **America's strategy in world politics.** Harcourt, Brace and Company, New York, 1942.

TAYLOR, C. **The Defence White Paper.** London: House of Commons Library, 2004. Research paper 04/71.

TEIXEIRA, Francisco. **Francisco Teixeira:** depoimento, 1983/1984. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992.

TEMPONE, V. A batalha do Atlântico e o Brasil na II Guerra Mundial. **Navigator:** subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 89-102, dez. 2013. Edição de 2014 foi publicada com data de dez. 2013.

THUSWOHL, M. EUA reativam a IV Frota e preocupam dirigentes da AL. **Carta Maior,** Rio de Janeiro, 18 jul. 2008. Internacional. Copyleft. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/EUA-reativam-IV-Frota-e-preocupam-dirigentes-da-AL/6/14205>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

TILL, G. **O Atlântico Sul na Percepção de um Britânico**. Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (Brasil) – n. 06 (mar 2007). Rio de Janeiro: CEE – ESG, 2007.

\_\_\_\_\_. **Estrategia marítima y la era nuclear**. 2ª.ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 1988.

TRINDADE, A. A. C. O conflito anglo-americano no Atlântico Sul e a Vigésima Reunião de Consulta (1982) do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, ano 20, n. 79, p. 259-283, jul./set 1983.

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado de Lisboa**. 2009. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2007:306:FULL&from=PT>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

UNITED NATIONS. **Convención de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar**. New York, 1982a. Disponível em: <[http://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/convemar\\_es.pdf](http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/convemar_es.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2017.

UNITED NATIONS. The General Assembly. **Resolution 2065 (XX)**: Question of the Falkland Islands (Malvinas). New York, 16 December 1965. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/218/28/IMG/NR021828.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 20 mar. 2016

UNITED NATIONS. The General Assembly. **Resolution n. 41/11**: zone of peace and cooperation of the South Atlantic. New York, 27 October 1986. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/41/11&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/41/11&Lang=E&Area=RESOLUTION)>. Acesso em: 07 abr. 2017.

UNITED NATIONS. Office of Legal Affairs. Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. Division for Ocean affairs and the law of the sea. **Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS)**: purpose, functions and sessions. New York, 2012. Disponível em: <[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/commission\\_purpose.htm#Purpose](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/commission_purpose.htm#Purpose)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

UNITED NATIONS. The Security Council. **Resolution 502 (1982) OF 3 April 1982**. New York, 3 April 1982b. Demands an immediate cessation of hostilities in Falkland Islands (Islas Malvinas). Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/502%281982%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/502%281982%29)>. Acesso em: 27 jul. 2014.

VAISSE, M. **As relações internacionais a partir de 1945**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

VELASCO, J. O. **O uso de livros eletrônicos na prática científica**. 2008. 188f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Instituto de Ciência da Informação, UFBA, Salvador, 2008.

RUMO às Malvinas: Hércules inglês pousa na base de Canoas. **Veja**, Rio de Janeiro, edição 773, p. 51, 29 de junho de 1983. Diplomacia. Disponível em:

<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/773?page=50&searching=true&section=1&word=DIPLOMACIA%20Rumo%20C3%A0s%20Malvinas%20Hercules%20ingl%C3%AAs%20pousa%20na%20base%20de%20Canoas>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VIDIGAL, A. A. F. **Conflito no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1985.

\_\_\_\_\_, A. A. F. Atlântico Sul: uma visão brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 34, p. 103-114, 1997.

VISENTINI, P. F. **Manual do candidato: história mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética**. 3. ed. rev. atual. Brasília, DF: FUNAG, 2012.

WIEMER, R. E. S. A concepção político-estratégica e a atuação internacional da Marinha do Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 18. n. 2, p. 189-206, jul./dez. 2012.

WIGHT, M. **A política do poder**. Brasília, DF: FUNAG, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

YANAKIEW, M. **Grã-Bretanha vai investir mais de R\$ 1 bilhão na defesa das Ilhas Malvinas**. Brasília, DF: EBC, 24 mar. 2015. Disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/03/gra-bretanha-vai-investir-mais-de-r-1-bilhao-na-defesa-das-ilhas-malvinas>>. Acesso em: 30 set. 2016.

## ANEXO A - RESOLUÇÃO 502 (03 DE ABRIL DE 1982)

### Resolution 502 (1982)

of 3 April 1982

*The Security Council,*

*Recalling* the statement made by the President of the Security Council at the 2345th meeting of the Council on 1 April 1982<sup>59</sup> calling on the Governments of Argentina and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to refrain from the use or threat of force in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas),

*Deeply disturbed* at reports of an invasion on 2 April 1982 by armed forces of Argentina,

*Determining* that there exists a breach of the peace in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas),

1. *Demands* an immediate cessation of hostilities;
2. *Demands* an immediate withdrawal of all Argentine forces from the Falkland Islands (Islas Malvinas);

### Decision

On 5 May 1982, following consultations of the Council, the President of the Council announced that he had been authorized to issue the following statement<sup>60</sup> on behalf of the members of the Council:

"The members of the Security Council express deep concern at the deterioration of the situation in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas) and the loss of lives.

"The members of the Security Council also express strong support for the efforts of the Secretary-General with regard to his contacts with the two parties.

"The members of the Security Council have agreed to meet for further consultations tomorrow, Thursday, 6 May 1982."

<sup>60</sup> S/15047.